

**SILVANA MARA MORAIS DOS SANTOS**

**A Dimensão Política dos Movimentos Sociais: Um Estudo das  
Representações dos Dirigentes Comunitários sobre a Relação  
entre os Movimentos Sociais Urbanos e os Partidos Políticos.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

MESTRADO DE SERVIÇO SOCIAL

RECIFE

1995

Santos, Silvana Mara Morais dos

A dimensão política dos movimentos sociais: um estudo das representações dos dirigentes comunitários sobre a relação entre os movimentos sociais urbanos e os partidos políticos/Silvana Mara Morais dos Santos. – Recife: O Autor, 1995.

175 Folhas

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social. 1995.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Movimentos sociais urbanos. 2. Movimentos sociais urbanos x Partidos políticos. 3. A representação dos dirigentes comunitários.

316.334.56:329

CDU (2. ed.)

UFPE

361.25

CDU (20. ed)

BC-95-65



**SILVANA MARA MORAIS DOS SANTOS**

**A Dimensão Política dos Movimentos Sociais: Um Estudo das  
Representações dos Dirigentes Comunitários sobre a Relação  
entre os Movimentos Sociais Urbanos e os Partidos Políticos.**

Dissertação apresentada como exigência parcial  
para a obtenção do título de mestre em Serviço  
Social, junto à Universidade Federal de  
Pernambuco, sob a orientação da professora  
*Anita Aline Albuquerque Costa.*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**1995**

**A Dimensão Política dos Movimentos Sociais: Um Estudo das  
Representações dos Dirigentes Comunitários sobre a Relação  
entre os Movimentos Sociais Urbanos e os Partidos Políticos.**

**SILVANA MARA MORAIS DOS SANTOS**

**BANCA EXAMINADORA:**

**RECIFE - 1995**

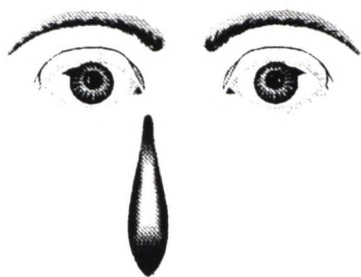
## ABSTRACT

This is a study concerning to the political dimension of the urban social movements (Movimentos Sociais Urbanos - MSU's) in the sense of analysing the relation they keep with the political parties. In this focus, the study has the objective of apprehending, through the representations of the leaders of the movements, the vision they have concerning to this relation: how they are building, as leaders, the articulations between the movement and the political parties; which ambiguities, limits and possibilities exist for making effective the democratic relation between these two scopes. The research was made during the year of 94, having as its basic point researches made with 16 leaders of the federation of movements and entities of districts in Pernambuco (Federação Estadual e Metropolitana de Entidades de Bairro - FEMEB). The study leads to the reflection about the presence of political parties in the MSU's organization, and its results take us into the following consideration: a) in the daily life of the social conflicts the MSU's leaders recodify and rebuild speeches and actions of other social agencies existing in our social life. Among them we can detach the left parties that have a great influence over the political background of the leaders; b) the fact of the MSUs' leaders take also part into a specific political party does not mean necessarily the instrumentalization or the loss of autonomy of the movement; c) the articulation of the MSU's with the political parties brings about the loss of autonomy of the movements, due to the agents in a position of leadership reproduce a strict point of view politics in the daily life. This point of view is based on the concept that movements come from low nature organizations, and because of that they need the help of the parties to direct their fights, so they can go further the claims of their daily problems; d) it is possible to have autonomy when knowledge is put into comparison in this articulation; the different points of view are discussed with and there is an acceptance of the specific objectives and claims of each organism according to the social context, as well as the possibility of making alliances effectively in strategic moments. At last, we believe that contribution of this study is on the convergence of three basic aspects: 1) in the systematization of the different kinds of articulation between the social movements and the political parties through the action of internal agents of the movements, who have leadership positions on it; 2) in the analysis of the political parties' role in the organization of the civil society, through the social movements; 3) in the understanding that despite of the prevalence – in Brazilian reality which is based on an authoritarian political culture – of disrespecting what is different and making homogeneous the many ways of fighting, there are alternatives being formulated so that the relation between the movements and the political parties can be developed with democracy.



## RESUMO

Este é um estudo sobre a dimensão política dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU's), no sentido de analisar a relação que estes desenvolvem com os partidos políticos. Nesta perspectiva, o estudo tem como objetivo apreender, através das representações dos dirigentes dos movimentos, a visão que eles têm desta relação: como estão construindo, enquanto dirigentes, as articulações entre o movimento e os partidos políticos, quais as ambigüidades, os limites e as possibilidades para a efetivação de uma relação democrática entre estas duas esferas. A pesquisa foi realizada durante o ano de 94, tendo como base entrevistas realizadas com 16 dirigentes da Federação Estadual e Metropolitana de Entidades de Bairro de Pernambuco (FEMEB). O estudo leva à reflexão sobre a presença dos partidos políticos na organização dos MSU's e seus resultados permitem considerar que: a) no cotidiano das lutas sociais os dirigentes dos MSU's recodificam e reelaboram discursos e práticas de outras agências sociais presentes na vida social. Entre estas destacam-se os partidos políticos de esquerda que exercem uma grande influência na formação política dos dirigentes; b) o fato dos dirigentes dos MSU's pertencerem também a um determinado partido político não significa necessariamente a instrumentalização ou a perda de autonomia do movimento; c) a articulação dos MSU's com os partidos políticos leva à perda de autonomia dos movimentos, quando os agentes em posição de direção reproduzem no cotidiano uma visão restrita da política, fundamentada na concepção de que os movimentos são organizações inferiores e, portanto, necessitam da orientação partidária na direção de suas lutas, para que estas transcendam as reivindicações em torno dos seus problemas cotidianos; d) é possível a existência da autonomia quando nesta articulação ocorre um confronto de saberes, onde as divergências são enfrentadas e há o reconhecimento das reivindicações e objetivos específicos de cada organismo no contexto social, bem como a possibilidade de efetivar alianças em momentos estratégicos. Por fim, acredita-se que a contribuição deste trabalho repousa na convergência de três aspectos fundamentais: 1) na sistematização das diferentes formas de articulação entre os movimentos sociais e os partidos políticos através da atuação de agentes internos ao movimento e que desenvolvem posições de direção; 2) na análise do papel dos partidos políticos na organização da sociedade civil, através dos movimentos sociais; 3) na compreensão de que apesar do predomínio, na realidade brasileira, de uma cultura política autoritária, no sentido de desrespeitar o diferente e homogeneizar as formas de luta, existem alternativas em construção e, assim, a relação entre movimentos e partidos pode se desenvolver de forma democrática.



"(...) Cada coisa p'ra mim é porta aberta  
Por onde vejo a mesma escuridão;  
Quanto mais olho, mais eu compreendo  
De quanto é escura aquela escuridão;  
E quanto mais o compreendo, mais  
Me sinto escuro em o compreender.  
Desde que despertei para a consciência  
Do abismo da noite que me cerca,  
Não mais ri nem chorei, por que passei  
Na monstruosidade do sofrer  
Muito além da loucura, da que ri  
E da que chora monstruosamente  
Consciente de tudo e da consciência.  
Que de tudo horrorosamente tenho.  
Todas as máscaras que a alma humana  
Para si mesmo usa, eu arranquei —  
A própria dúvida, trementemente,  
Arranquei eu de mim e inda depois  
Outra máscara [...]  
Mas o que vi então — essa nudez  
Da consciência em mim, como relâmpago  
Que tivesse uma voz e uma expressão  
Gelou-me para sempre em outro ser [...]  
Só compreendi  
Que não há forma de pensar ou crer,  
De imaginar, sonhar ou de sentir(...)"



(Fernando Pessoa)



## *Agradecimentos*

*Durante a realização do curso de mestrado em Serviço Social diferentes pessoas me marcaram. Cada uma "na sua" forma de ser e fazer acontecer são especiais e foram decisivas no apoio e atenção que me concederam. Agradecê-las, nesse momento, é um compromisso que expresso com alegria, além de revelar-lhes meu desejo de eternizar pontes de amizade, de "contato" para além da vida acadêmica. Neste sentido minha gratidão e carinho à:*

*Paizinho e Mãezinha, que desde "sempre" e em especial durante a realização desse trabalho, foram presenças constantes (mesmo à distância) no amor, atenção e na força que me deram "sem controvérsias".*

*Sâmya Rodrigues, seu companheirismo e amizade se traduzem em valores, atitudes e compromissos assumidos no cotidiano, que tão bem revelam a afirmação da vida e do amor. Particularmente na realização desse trabalho contei com seu apoio e otimismo em todos os momentos, sempre de forma atenta e carinhosa desdobrando-se a cada dia em disponibilidade, além de dividir comigo longas conversas sobre o tema e "as neuras" que envolvem o processo de estudo.*

*Anita Aline, que me orientou ao longo de todo o mestrado e em particular na realização dessa dissertação, sempre com uma imensa generosidade, companheirismo, segurança e competência. Suas palavras ditas em momentos oportunos e diversos me fizeram entender que as minhas limitações não deveriam ser, necessariamente, os meus limites.*

*Sandra, irmã e amiga, que além de dividir comigo seus estudos e questionamentos, por reiteradas vezes "reinventou o tempo" e com seu jeito tranquilo e sincero me deu uma enorme força.*

*Gerardo Filho e Alexandre, que, à sua maneira, estiveram presentes no carinho, amizade e alto astral.*

*Marylúcia Mesquita pela atenção e apoio num processo de amizade que vem sendo construído meio as adversidades de tempo-espço.*

*Fátinha Carvalho, na medida certa me proporcionando descontração e dando a maior força.*

*Companheiras(os) do mestrado em Serviço Social, pela oportunidade de aprender com e na diversidade e, em especial às amigas Hermelinda Rocha, Socorro Duarte e Ângela Amaral, que para além da UFPB, me deram o prazer de conhecê-las e descobrir o quanto são companheiras.*

*Socorro Araújo (Côca), amiga que descobri na última hora em Recife e tem se revelado bela demais.*

*Derleide Marinho, que soube unir companheirismo e disponibilidade de tempo na realização de grande parte das entrevistas.*



*As (os) companheiras (os) da ENEDSO e do C.A.L.S.S da UECCE pela oportunidade de discutir meu objeto de estudo em seus fóruns.*

*Lídice, que digitou a primeira versão dessa dissertação, me surpreendendo com suas palavras de incentivo e tamanha sensibilidade na percepção das pessoas e dos acontecimentos.*

*Cláudia, pela atenção, dedicação, paciência e bom humor e à Mina pelo "aconchego" durante o processo de digitação desse trabalho na sua versão final.*

*Dirigentes da FEMEB, pela disponibilidade de tempo e atenção durante as entrevistas e, em especial, a Marcelo, que facilitou em muito o acesso aos entrevistados.*

*Marcelo e Valéria pela socialização de informações e documentos sobre o Movimento de Bairro em Recife.*

*Conceição Pio, que me incentivou a cursar o mestrado, sempre preocupada com as "gerações futuras" do Serviço Social.*

*Companheiras(os) do Departamento de Serviço Social da UFRN, pela liberação concedida de um semestre, tempo fundamental para o término desse trabalho.*

*Francisco Luís dos Santos, que se alegraria profundamente em dividir esse momento comigo. Este trabalho, tenho certeza, contou com sua energia e inspiração.*

## LISTA DE SIGLAS

**AM's** – Associações de Moradores

**CEB's** – Comunidades Eclesiais de Base

**CM's** – Conselhos de Moradores

**FABEP** – Federação das Associações de Bairro do Estado de Pernambuco

**FASE** – Federação de Órgãos para Assistência ao Serviço Educacional

**FEACA** – Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores

**FECOPE** – Federação Comunitária de Pernambuco

**FEMEB** – Federação Estadual e Metropolitana de Entidades de Bairro

**FEMOCOHAB** – Federação das Associações de Moradores dos Núcleos Habitacionais de Cohab e similares

**GAJOP** – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

**MB** – Movimento de Bairro

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**MR-8** – Movimento Revolucionário 8 de outubro

**MS** – Movimentos Sociais

**MSU's** – Movimentos Sociais Urbanos

**NMS** – Novos Movimentos Sociais

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PC do B** – Partido Comunista do Brasil

**PCR** – Prefeitura da Cidade do Recife

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**PFL** – Partido da Frente Liberal

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PPS** – Partido Popular Socialista

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro

**PSTU** – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**RMR** – Região Metropolitana do Recife

## SUMÁRIO

|                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO.....                                                                                                | 13 |
| CAPÍTULO I - Os Movimentos Sociais e a Constituição da sua Dimensão Política .....                               | 20 |
| 1.1. Movimentos Sociais: A Constituição de um Novo Sujeito Coletivo .....                                        | 21 |
| 1.2. A Dimensão Política dos Movimentos Sociais.....                                                             | 28 |
| 1.2.1. A Relação Movimentos Sociais - Partido Político na Abordagem Marxista.....                                | 34 |
| • Lênin e a Centralização do Partido Político .....                                                              | 35 |
| • Rosa Luxemburgo e o Resgate da Dimensão Política dos Movimentos Sociais .....                                  | 40 |
| • Gramsci e a Ampliação da Noção de Política .....                                                               | 43 |
| 1.2.2. A Relação Movimentos Sociais Urbanos - Partidos Políticos no Debate Nacional .....                        | 51 |
| • Da Perspectiva Instrumental à de Autonomia Estrito Senso.....                                                  | 52 |
| • Reconstruindo a Concepção de Autonomia: Movimentos Sociais - Partidos Políticos num Confronto de Saberes ..... | 59 |
| 1.3. O Intelectual e a Ação Política .....                                                                       | 68 |
| CAPÍTULO II - O Processo de Organização dos Movimentos Sociais Urbanos na Região Metropolitana do Recife .....   | 73 |
| 2.1. Resgatando a História do Movimento de Bairro e sua Relação com o Poder Municipal .....                      | 73 |
| 2.2. O Processo de Criação da FEMEB: Uma Instância de Coordenação.....                                           | 86 |
| • FEMEB: Estrutura e Organização .....                                                                           | 90 |



|                                                                                                                                |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| • FEMEB: das Principais Lutas à Crise de Representatividade .....                                                              | 93         |
| <b>CAPÍTULO III - A Relação Movimento de Bairro – Partidos Políticos<br/>na Perspectiva dos Dirigentes Comunitários.....</b>   | <b>100</b> |
| 3.1. Perfil dos Dirigentes Comunitários .....                                                                                  | 101        |
| • Caracterizando o Grupo Dirigente.....                                                                                        | 102        |
| • A participação dos Dirigentes Comunitários em outras Esferas<br>de Ação Coletiva e sua Inserção no Movimento de Bairro ..... | 111        |
| • A Aproximação dos Dirigentes Comunitários com os Partidos Políticos.....                                                     | 118        |
| 3.2. O Movimento de Bairro e os Partidos Políticos .....                                                                       | 128        |
| • Os Partidos Políticos com a Atuação no Movimento de Bairro.....                                                              | 128        |
| • Partidos Políticos: Do Discurso de Autonomia à Instrumentalização<br>do Movimento .....                                      | 134        |
| 3.3. O Papel do Dirigente na Construção da Dimensão Política do<br>Movimento de Bairro .....                                   | 141        |
| • A Influência dos Partidos Políticos na Formação Política do<br>Dirigente Comunitário .....                                   | 142        |
| • A Condição de Intelectual do Dirigente Comunitário.....                                                                      | 144        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                              | <b>152</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>                                                                                                       | <b>156</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                            | <b>166</b> |

## APRESENTAÇÃO

Na década de setenta uma variada gama de ações coletivas expressas na campanha pela “*Anistia*” e “*Diretas Já*”, movimentos contra carestia, greves dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, entre outras, conquistaram visibilidade social e foram denominadas na literatura especializada de novos movimentos sociais. Inseridos nesse contexto os MSU’s que, a rigor na realidade social brasileira são os movimentos de Bairro (também denominados de movimento de moradores ou comunitários) adentraram o cenário público naquela década e, durante os anos subsequentes, forjaram espaços e processos de luta.

Sob os ares democráticos presentes na sociedade brasileira, os partidos políticos também começam a se reorganizar. No final da década de setenta, a estrutura partidária sofre modificações tendo em vista o processo de “*abertura política*” que pôs fim ao bipartidarismo até então presente. Desse modo, a oposição unificada ao governo pós-64, formada por diferentes concepções políticas que estavam aglutinadas no MDB se fragmenta, formando um leque abrangente de partidos políticos. O PCB e o PC do B voltam a legalidade e, num processo de mobilização e organização dos trabalhadores, cria-se o PT.

No início dos anos oitenta, a intensa crítica elaborada, pelos mais diferentes setores da sociedade, quanto ao caráter disciplinador e centralizador da prática da maioria

dos partidos políticos é reforçada em grande parte dos estudos realizados sobre os MS. Assim, enfatiza-se como valores fundamentais do movimento a independência e a autonomia frente ao Estado, Igreja, partidos políticos e outras instituições presentes no tecido social.

Encontrou-se justificativa para o presente estudo quando foi observado na prática uma teia de articulações entre movimentos e partidos. Além disso, os estudos sobre MSU's constatava o crescimento do número de dirigentes comunitários que se engajavam na vida partidária. Essa questão é mencionada por muitos analistas e, no entanto, recebe um tratamento ambíguo sob o seguinte aspecto: a idéia de que os partidos atuavam no interior dos movimentos na qualidade de agentes externos, confrontava-se com o fato dos dirigentes ingressarem nos partidos e formalizarem, ao nível das ações cotidianas, uma interação movimento/partidos.

A literatura especializada sobre MS no Brasil privilegiou aspectos multifacetados sobre o cotidiano de suas lutas. Contudo, os temas abordados, no que dizem respeito as articulações com outras agências, priorizam a relação com o Estado e com a Igreja. Tais estudos deixam uma lacuna quando se trata da relação com os partidos políticos. Neste caso, a abordagem é feita basicamente no reconhecimento de que o partido se relaciona com o movimento na condição de agente externo.

Refletindo sobre a dimensão política dos MSU's, este estudo partiu de uma



questão básica: a obsessiva preocupação com a sua autonomia merecia ser questionada. Isto porque *“se no plano das relações variadas de trabalho, das origens de classe ou diversidade de situação de moradia, o heterogêneo apareceu como elemento considerado pelas análises, no plano da política, o heterogêneo no interior dos movimentos foi pouco valorizado, predominando a idéia de homogeneidade viabilizada pela situação comum de dominação. Embora inúmeros trabalhos tenham identificado a presença de lideranças nos movimentos urbanos, vindas de outros segmentos da sociedade, a classificação que lhes foi atribuída de “externos”, em oposição aos “internos” que eram a base dos movimentos, criou recortes segmentados sobre a forma de explicar a dinâmica desses movimentos. Ao se definir os movimentos tomando como referência uma outra ordem que deveriam negar ou manter-se à distância, institui-se, de certa forma, os dominados como consciência homogênea”* (Barreira, 1985: 07).

Neste sentido, o presente estudo aborda a relação entre os MSU's e os partidos políticos, considerando os dirigentes comunitários o canal principal de comunicação e mediação entre essas duas esferas de organização e de participação política. Assim, assume especial relevância a condição intelectual da prática dos dirigentes ou seja, trata-se de entender o compromisso político-ideológico expresso nas suas ações. Considera-se, portanto, que *“a concepção dos projetos políticos dos movimentos passa pelo entendimento da composição de seus quadros dirigentes”* (Gohn, 1992: 39). Por sua vez, admite-se, ainda, que o partido político influencia na visão de mundo dos dirigentes.

Inserido na área de concentração relacionada aos movimentos sociais e direitos sociais do mestrado em serviço social da UFPE, este estudo tem como objetivo

resgatar e analisar as representações dos dirigentes comunitários sobre a relação entre os MSU's e os partidos políticos.

Parte-se do pressuposto no qual *“a produção das representações é uma dimensão da praxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais. Pensar e representar são momentos de praxis, tanto quanto o agir...”* (Chauí, 1978: 09). Neste sentido, na configuração desse estudo *“as representações realizam a função de organizar significativamente a realidade para os que a vivenciam. Contêm um ‘modelo’ de sociedade, explicam o real e respondem à necessidade de criação de uma identidade social, na qual a questão da diferenciação social aparece, muitas vezes, como elemento organizador e justificador dos comportamentos”* (Yasbek, 1993: 78).

A pesquisa em sua fase de coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro à dezembro de 1994. Assim, para apreender as representações dos dirigentes privilegiou-se, além da observação/participante em alguns momentos da dinâmica do movimento, os seguintes instrumentos para a coleta de dados: questionário para caracterização do perfil sócio-político-cultural dos entrevistados; entrevistas semi-estruturadas visando o aprofundamento da relação MB-Partidos Políticos, através de suas representações e análise dos documentos produzidos no âmbito da entidade (ata das reuniões, eleições, anais de congressos, relatórios e planos de atividades, além de material de divulgação).



Tomou-se como universo da pesquisa os dirigentes de AM's com exercício no corpo dirigente da FEMEB, uma vez que esta se constitui numa federação que aglutina grande parte das organizações do MB da RMR, além de apresentar, no seu processo de organização, uma história de lutas. Nessas condições foram identificados 50 dirigentes, dos quais 16 integraram a amostra desse estudo, construída segundo os critérios a seguir:

1. Pertencer ou ter pertencido aos quadros da diretoria da FEMEB, em uma ou mais gestões no período 1987/93;

2. Encontrar-se, no momento da realização da pesquisa, em posição de direção na sua AM de origem, no sentido de garantir que o (a) entrevistado (a) esteja no exercício da função de dirigente no próprio cotidiano das lutas no bairro.

Essa amostra, correspondente a 32 % dos agentes que já ocuparam cargo de direção na FEMEB, ganha expressividade do ponto de vista da análise na medida em que congrega agentes vinculados à várias associações na RMR e, tendo em vista a representatividade desses dirigentes, uma vez que foram eleitos para posto de direção numa entidade federativa.

Os depoimentos foram gravados, transcritos e ordenados com a devida permissão dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas, na sua maioria, na sede da FEMEB e as outras na residência ou local de trabalho do entrevistado.



No percurso para a construção das reflexões deste trabalho, buscou-se apreender o objeto de estudo numa dimensão de totalidade, onde a infra-estrutura articula-se dialética e organicamente ao político ideológico. Assim, a apresentação dos resultados do estudo obedece a seguinte ordem:

O primeiro capítulo constitui uma revisão teórica acerca dos MS e sua dimensão política, onde se busca explicitar alguns referenciais de apoio para a compreensão da relação entre os MS e os partidos políticos.

No segundo capítulo é resgatado o processo de organização dos MSU's em Recife, priorizando as lutas em torno da criação da FEMEB.

No terceiro capítulo são analisadas as representações dos dirigentes entrevistados, quando então é abordada a complexa teia de articulações entre movimentos/partidos, destacando-se o papel exercido por esses agentes enquanto intelectuais em Constituição.

Por último, são apresentados as conclusões do estudo.

Considera-se importante registrar que, na realização deste trabalho, foram encontradas múltiplas dificuldades: algumas inerentes ao processo de elaboração intelectual da autora e outras geradas no processo de pesquisa, tendo em vista a dificuldade de localização dos sujeitos e uma certa resistência expressa através de mecanismos de

racionalização dos entrevistados com relação a questão investigada. Ambas as dificuldades, a medida que foram sendo enfrentadas, combinaram de forma expressiva prazer e dor. E, assumindo as responsabilidades pelas lacunas, acredita-se que os resultados deste trabalho possam contribuir com a prática dos MS e dos partidos políticos no que diz respeito, sobretudo, a ação política dos seus protagonistas.

## **CAPÍTULO I**

### **Os Movimentos Sociais e a Constituição da sua Dimensão Política**

Este capítulo dedica-se à caracterização dos MS, a partir da década de 70, priorizando a análise do processo de constituição e expressão da sua dimensão política.

Na primeira seção será tematizada as discussões em torno de sua formação enquanto sujeito coletivo e as polêmicas que daí emerge.

A partir desse quadro, busca-se na segunda seção, analisar a dimensão política desses movimentos, considerando uma dupla determinação. Ou seja, a dimensão política do MS é determinada tanto pe'as relações estabelecidas no âmbito interno ao próprio movimento como também, nas relações de enfrentamento e nas articulações desenvolvidas com outras instituições e práticas sociais. Neste sentido, valendo-se de contribuições no campo da abordagem marxista, procura-se fundamentar a análise da dimensão política dos MS na sua articulação com os partidos políticos. Após a discussão em torno dos MS em sentido amplo retoma-se, a reflexão sobre os MSU's para analisar como vem sendo tratado o processo de articulação entre esses movimentos e os partidos políticos no debate nacional.



Na terceira seção, procurar-se-á analisar o papel do intelectual na ação política, a partir da noção de intelectual proposta por Gramsci.

### 1.1 - Movimentos Sociais: A Constituição de um Novo Sujeito Coletivo

A partir dos anos 70 a sociedade civil brasileira se redescobre (Weffort, 1986) através do surgimento e da emergência de práticas coletivas que aos poucos foram reanimando as experiências de organização no campo da política. Nas palavras de Sader (1988: 36)

*“Eram os novos movimentos sociais, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade.”*

Inseridos no contexto contraditório, característico do processo de liberalização do regime autoritário, onde estão presentes traços da transição democrática brasileira<sup>1</sup>, os NMS<sup>2</sup> abrangem as expressões do sindicalismo, gestado a partir de 1978

<sup>1</sup> Analistas da realidade brasileira caracterizam a transição democrática como “continuista” e “pactada”. Sobre isso afirma Moisés (1989:63) “a transição política brasileira caracterizou-se por ser um dos casos exemplares de transição por continuidade, isto é, um processo que não apenas manifesta uma enorme influência das Forças Armadas nos rumos da institucionalização da democracia, como, além disso, registra uma ampla e difusa presença de antigos quadros provenientes do antigo regime em todos os níveis da vida política do Brasil”.

<sup>2</sup> Vale salientar que estes - NMS - não são fenômenos exclusivos da sociedade brasileira, daí a nomenclatura internacional de NMS, que recebem tanto nos países europeus, como nos da América Latina. O que vai diferenciá-los, no entanto, é o papel e as características que assumem face à situações estruturais, conjunturais e culturais específicas de seus espaços de atuação.

durante as greves do ABC paulista, a ação das CEB's que fundamentavam sua prática nos postulados da teologia da libertação, bem como os MSU's que, a rigor, na realidade brasileira, são os movimentos de moradores que se organizam nos bairros dos grandes centros urbanos do país. Além desses, a irrupção de movimentos em torno de questões relacionadas com o sexo, raça e ecologia configuram o amplo espectro de NMS presentes no cenário nacional a partir da década de setenta.

Após o longo período de repressão imposta aos canais de participação coletiva, a emergência e o surgimento de NMS contribui para a dinamização da sociedade civil, o que levou vários analistas a se perguntarem sobre a novidade que a prática desses movimentos trazia à tona. Nessa perspectiva, as análises desenvolvidas, até a metade da década de 80, procuram caracterizar os MS emergentes como novos sujeitos coletivos no contexto das relações sociais.

A esse respeito, Sader (1988: 55) argumenta que usa a noção de sujeito coletivo:

*“No sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se sujeitos coletivos nessas lutas”*

Tal noção traz no seu bojo uma reflexão acerca da concepção de classe social e sua relação com os MS. Segundo o autor as reivindicações dos MS no cotidiano de sua prática não são mecanicamente determinadas pelas condições objetivas de vida dos indivíduos envolvidos. Isto significa, de acordo com Sader (1988: 48) que

*“A constituição dos movimentos sociais implica uma forma particular de elaboração dessas condições pelos agentes (elaboração mental enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente.”*

Na mesma direção segue o pensamento de Tellez (1987), quando ela afirma que a ação dos NMS significa

*“A existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na figuração tradicional e paradigmática de classe operária, e que impunha, por isso mesmo, a exigência de elucidar a sua singularidade e sentido político.”*

Chauí, no prefácio do livro de Sader (1988:10), apresenta três características que nos permitem entender, do ponto de vista teórico, esses movimentos enquanto um novo sujeito social. Ao se interrogar - “por que sujeito novo ?” diz:



*“Porque criado pelos próprios movimentos sociais populares: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado; em segundo lugar, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto despojado das marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam idéias e representações. De outro modo, o novo sujeito é social: são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. Em terceiro lugar, porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro das ações sócio-políticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora.”*

Note-se que a novidade desse novo sujeito coletivo diz respeito, principalmente, no caso dos MSU's e do novo sindicalismo, às práticas que mesmo existentes em outras épocas, emergem com novas características e são capazes de gerar novas formas de sociabilidade e perspectivas no processo de democratização da cultura política (Wanderley, 1993).

Neste sentido, as principais características que expressam a renovação da prática dos MS são: a valorização da autonomia face ao Estado e aos partidos políticos; a formulação da noção de direitos como fundamento para as reivindicações e a definição do cotidiano como espaço onde as lutas se originam<sup>3</sup>.

Na trajetória analítica sobre a ação coletiva podem ser periodizadas, de modo genérico, quatro fases. Na primeira que vai do início do século até a década de 70 predomina a visão de que é nos partidos políticos e nas suas vanguardas ou no próprio Estado (Sociedade Política) que está concentrada a força das ações coletivas organizadas. Seria, portanto, nesses espaços que se operariam as condições necessárias, do ponto de vista político - organizativo, para a manutenção ou transformação da ordem social vigente.

Para Scherer Warren (1993: 15), durante este período “*menos atenção foi dada para as organizações da sociedade civil (isto é, ações coletivas de grupos específicos) ou sobre o significado de suas ações, conflitos ou resistências.*” Isto porque a concepção de mudança social residia basicamente no plano macroestrutural.

O segundo período se inicia em meados da década de 70 e se estende até a metade dos anos 80. Como já foi dito anteriormente, neste período há uma proliferação

---

<sup>3</sup> Os problemas e necessidades da vida cotidiana são os impulsionadores de grande parte das lutas dos NMS. Isto porque as desigualdades sociais e culturais são vivenciadas e reconhecidas - como questão a ser enfrentada de modo coletivo - na prática cotidiana a partir de lugares e situações antes considerados de natureza privada. (Durham, 1984; Scherer Warren e Krischk, 1987; Sader, 1988; Jacobi, 1989; etc)



dos MS que produziram um efeito revitalizador na sociedade civil. No tocante à reflexão teórica o marco é a introdução de novas categorias e “*considerações paradigmáticas (do macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil etc)*” (Scherer-Warren, 1993: 15).

No terceiro período a ser considerado (segunda metade dos anos 80) os MS, sobretudo os MSU's sofrem um processo de institucionalização e meio às mudanças ocorridas no seio do Estado brasileiro, que passa a ser permeado por contradições decorrentes fundamentalmente de transformações conjunturais (Jacobi, 1989), os MSU's são chamados a participar de políticas governamentais e muitas experiências, neste período, resultaram numa adesão acrítica aos programas do governo, o que descaracterizou, em certo sentido, sua ação de movimento social (Quiroga, 1993; Gondim, 1993; Nascimento, 1993; Diógenes, 1993, etc).

As análises sobre os MS neste período são bastante polêmicas. Há uma tendência na literatura de imputar um estado generalizado de crise à prática dos MS a partir da realidade dos MSU's, que, com o advento da Nova República, vivenciaram inúmeras dificuldades diante das articulações com o Estado e os partidos políticos.

A confirmação dessa tendência se encontraria na pouca atenção concedida, num primeiro momento, aos movimentos feminista, ecológico, negro, homossexual, que



redescobrem novas estratégias e espaços de luta na segunda metade dos anos 80. Desse ponto de vista, o mais importante seria procurar entender as singularidades de cada movimento, bem como identificar suas características comuns, sob a influência das condições conjunturais.

Finalmente o quarto período indicado são os anos 90. Do ponto de vista analítico, pode-se destacar, pelo menos, duas tendências nos estudos sobre os movimentos sociais:

*“Uma primeira visão é aquela que já não mais atribui grande relevância aos movimentos sociais, mesmo que o tenha feito num período anterior. Isto porque voltou sua atenção para os processos de desorganização social que vêm ocorrendo sobretudo devido ao crescimento urbano acelerado e desordenado e aos processos de exclusão que acompanham as crises de crescimento (...) E a segunda visão é aquela que, a partir da avaliação crítica das interpretações sobre os MS dos períodos anteriores, pretende encaminhar novas perspectivas de estudo dos movimentos sociais. Não se trata de negar, tampouco, a visão anterior sobre as crises que se operam na sociedade civil, mas de admiti-la, tentando contrapor ao imobilismo das massas os espaços possíveis de mobilização; ao antiovimento ou condutas de crise, as novas formas de se movimentar ou de ações coletivas, e*

*entender os significados políticos e culturais destas”* (Scherer - Warren, 1993: 20).

A trajetória dos MS evidencia que o acúmulo político das décadas 70 e 80 foi a redescoberta da sociedade civil, ainda que restrita aos segmentos organizados, baseada numa racionalidade, cujo fundamento é o reconhecimento da noção de direito, como pressuposto para o enfrentamento de uma gama variada de opressões. Este processo que não aconteceu sem dificuldades, permanece em aberto como uma necessidade histórica, de uma sociedade que não tem resolvido questões básicas de cidadania.

## **1.2 - A dimensão política dos Movimentos Sociais**

Analisar a dimensão política da prática dos MS implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de política que não se restringe a uma auto-suficiente arte de governar ou a uma estratégia de mudança social restrita à conquista do aparelho do Estado.

Na sua análise sobre a política, Gramsci (1989: 159) distingue duas formas:

*“A grande política (ou alta política) que compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais e a*

*política menor (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredores, de intrigas) que compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, em virtude de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.”*

A grande política corresponde, então, ao processo de luta que engendra novas relações sociais a partir da transformação estrutural da sociedade. Neste sentido, não pode prescindir da pequena política que está presente em todas as práticas sociais, desenvolvidas no âmbito da sociedade civil, enquanto “*uma ação humana, intencional e criadora que se realiza em múltiplas esferas da vida cotidiana, seja no movimento social ou na esfera institucional*” (Olinda, 1993: 17).

Desse modo, não há uma oposição entre a grande e a pequena política, existindo entre as duas uma relação de complementaridade que é dinâmica e contraditória. As denominações de grande e pequena política não atestam um juízo de valor quanto à importância de uma em detrimento da outra, mas dizem respeito às singularidades do seu móvel de ação enquanto atividade prática.

Importa ter presente que toda prática social é essencialmente histórica e está em consonância com o movimento concreto da sociedade na qual se desenvolve. Por conseguinte, sua dimensão política surge da complexa rede de relações de poder que se



articula tanto em torno dos blocos e frações dominantes, bem como daquelas que se articulam em torno das classes subalternas (Iamamoto, 1994). Isso não significa que daí emerge “*naturalmente*”, mas que é constituída no processo histórico, “*à medida que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes, dentro do conjunto de relações sociais*” (Thompson, 1968: 38).

A discussão em torno da dimensão política dos MS no âmbito desse estudo reside basicamente no entendimento da articulação entre reivindicação e luta política.

Neste sentido, situam-se duas vertentes explicativas:

1) A interpretação ortodoxa que se caracteriza por uma separação radical entre as esferas da produção e reprodução. Assim, considera que os movimentos na esfera da reprodução, por desenvolverem reivindicações circunscritas à funcionalidade do capitalismo, deveriam ser relegados a uma importância secundária;

2) a interpretação não-ortodoxa que pode ser resumida do seguinte modo:

*“(...) Não se pode deduzir orientações e comportamentos de condições objetivas dadas. Tais deduções pressupõem uma noção de necessidades objetivas que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais”* (Sader, 1988: 42).

Esse novo enfoque segundo Barreira (1985: 05) *“Implicou no abandono à perspectiva ortodoxa, que supunha o fundamento básico do conflito social na relação capital x trabalho. Sendo assim, o privilégio da fábrica como lugar de representação política da classe trabalhadora foi ampliado para se entender as manifestações no âmbito da reprodução, o viver, associado a determinadas necessidades básicas de consumo, variáveis historicamente.”*

Diante dessas interpretações, pode-se extrair concepções diferentes acerca da dimensão política dos MS, tais como:

1) De posse da interpretação ortodoxa, as esquerdas de forma majoritária até a década de 70, bem como algumas tendências minoritárias até hoje acreditam que o avanço dos movimentos reivindicatórios urbanos é *“identificado à sua subordinação às verdadeiras organizações de luta social - os sindicatos e os partidos - para nestas dissolverem-se tendencialmente”* (Evers, 1985: 119). Assim, a dimensão política dos movimentos seria previamente determinada, não se levando em consideração os objetivos específicos do movimento, nem os processos de politização a eles vinculados.

2) a interpretação não-ortodoxa engendrou dois enfoques na análise da dimensão política dos MS:

a) considerando que os MSU's emergem das contradições sociais que se expressam na estruturação da vida urbana, eles poderiam assumir uma postura anti-

capitalista. Tal fato, explica-se em virtude desses movimentos se constituírem numa resposta a ação do Estado, que se revela incapaz de atender às necessidades sociais para a reprodução da força de trabalho, sendo assim, eles teriam em potencial, condições para controverter a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana;

b) o outro enfoque considera que, de fato, as contradições, determinadas pela lógica de acumulação capitalista e, portanto, com raízes estruturais profundas, deterioram, de modo acentuado, as condições de vida de amplos setores sociais. No entanto, não se pode superestimar os fatores estruturais como determinantes para a ação dos movimentos reivindicatórios urbanos. Neste sentido, a dimensão política desses movimentos é concebida com menor otimismo quanto ao seu poder revolucionário. Trata-se de entender que não pode haver uma linearidade dedutiva entre a vivência da carência e da exclusão, vivenciadas por amplos setores no mundo capitalista e a sua organização e mobilização através dos movimentos sociais.

Diante dessas concepções sobre a dimensão política dos MS, acredita-se que esta última se aproxima mais da realidade dos movimentos analisados nesse estudo e se materializa no fato de que sua ação coletiva *“tem como um dos referentes fundamentais a luta por cidadania, onde os direitos sociais, ao lado de novas representações simbólicas, constituem a contrapartida do exercício tradicional da política”* (Barreira, 1989: 48).



Os MS, como toda prática social, apresentam especificidades na constituição de sua dimensão política, a qual se realiza em vários planos que se articulam e se determinam reciprocamente. Quando se examina o largo espectro de MS pode-se observar que sua dimensão política se constrói:

a) **no plano da organização interna** – nesse terreno os sujeitos individuais se reconhecem e formam uma coletividade baseada numa linguagem, valores e reivindicações comuns que tem como objetivo fazer valer o direito de se organizar politicamente, rompendo a tradição de que a prática política está circunscrita ao Estado, aos partidos políticos e aos sindicatos;

b) **no plano social** – note-se que as lutas dos MS se concretizam a partir de reivindicações na esfera social e cultural, na medida em que não visam a conquista do poder do Estado estrito senso, mas giram em torno do exercício do direito de se organizar coletivamente e participar das decisões, questionando assim, a verticalidade do poder local em sua vertente estadual e municipal, no sentido de exigir do poder público que este atue como público, atendendo reivindicações sociais (Chauí, 1990);

c) **no plano das articulações com outras instituições e práticas sociais** – a dimensão política dos MS se gesta também no processo de articulações que estes desenvolvem, de forma direta ou indireta, com instituições (Estado, Igreja, partidos políticos, ONG's, etc) e práticas sociais (profissionais, militantes, etc).

Tendo em vista o objeto de estudo, procurar-se-á analisar no próximo item como a articulação entre os MS e os partidos políticos tem sido tratada do ponto de vista teórico. Toma-se como referência a abordagem marxista, através de Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci que se ocupam da questão, privilegiando como pano de fundo desse debate o potencial político dos MS e a noção de partido político.

### **1.2.1 - A Relação Movimentos Sociais - Partido Político na Abordagem Marxista**

Na abordagem marxista, a articulação entre os MS e os partidos políticos é tematizada na discussão sobre a consciência política de classe. A questão diz respeito ao potencial político do movimento, na tentativa de identificar o caminho para transformar a massa em classe.

A problemática colocou-se no centro do debate no século passado, entre blanquistas e anarquistas. Para Augusto Blanqui a substituição do poder do Estado capitalista ocorreria de modo insurrecional, através da organização de uma elite. Fazia-se necessário forjar o processo revolucionário e tomar o poder do Estado com a direção e o apoio restrito de um pequeno grupo hierarquizado e consciente do seu papel político. Por sua vez, o anarquismo posicionava-se contra qualquer estrutura de poder e negava a necessidade da centralização da ação política através de lideranças ou grupos organizados. No pensamento anarquista o processo revolucionário seria produto da ação direta das massas, o que significava valorização da espontaneidade em detrimento da direção consciente defendida pelo blanquismo e, em outros termos, também pelo marxismo.

Do ponto de vista de Marx e Engels, o movimento de massas tendia a se fortalecer mediante sua organização política. Através dessa organização, e partindo da situação objetiva de classe, os trabalhadores assumiriam sua condição proletária, seus interesses e suas lutas rumo à formação da sua consciência de classe. Sob esse aspecto, assumem relevância as lutas dos movimentos sociais e, em particular, os movimentos operários que adquirem assim, um conteúdo político.

Nesse processo de organização, o proletariado criaria o instrumento adequado para sua unificação como classe revolucionária na condução de sua luta contra o Estado burguês. Tal instrumento aparece sob a forma de um partido político, o partido de classe.

Desse modo, a articulação entre os MS e o partido político faz parte da construção da consciência de classe e como tal, se mostra em estreita relação com o processo revolucionário.

#### • **Lênin e a Centralização do Partido Político**

Lênin analisou a natureza da dimensão política dos MS, notadamente em sua modalidade sindical, e reconheceu a presença de duas tendências: a economicista, que admitia a supremacia da espontaneidade, ao defender a idéia de que o movimento se desenvolve de acordo com a aspiração geral dos seus membros, e outra, a tendência



verdadeiramente revolucionária, que acreditava que o movimento político impõe desafios cada vez mais complexos no que concerne às questões teóricas, políticas e de organização. Desse ponto de vista, teria, portanto, a presença da vanguarda do partido na condição de dirigente dos MS.

Para os economicistas o engajamento dos trabalhadores na política sindical indicava que a formação de sua consciência política se gestava no bojo das reivindicações trabalhistas, como reflexo direto das lutas econômicas e de suas condições objetivas. Numa polêmica que se tornou célebre, Lênin criticava-os afirmando que eles valorizavam de tal forma a espontaneidade que acabavam por “*desviarem-se constantemente da social-democracia*”<sup>4</sup> para o sindicalismo, tanto nas tarefas de organização como nas tarefas políticas”.

Nota-se que Lênin (1988: 34) reconhece uma dimensão política na prática dos MS. Ao mesmo tempo, adverte que o conteúdo político aí manifesto expressa “*a aspiração geral dos operários para obter do Estado as medidas suscetíveis de remediar os males inerentes à sua situação, mas que não suprimem tal situação, isto é, não suprimem a submissão do trabalho ao capital*”. Isto significa, segundo a concepção leninista, que a dimensão política dos MS se insere nos limites da institucionalidade burguesa.

---

<sup>4</sup> Social Democracia no sentido ora empregado era o nome dado aos seguidores do projeto revolucionário inspirado em Marx. Após muitos debates e polêmicas no interior da social-democracia os revolucionários reivindicaram para si a denominação de comunistas, enquanto que os reformistas se autodenominaram sociais democratas, daí a origem do sentido que a expressão tem na contemporaneidade.

Para Lênin, a tendência economicista ao eleger a luta sindical como o caminho para a formação da consciência política das massas, estaria na verdade, realizando o culto da espontaneidade do movimento e rebaixando a política social-democrata ao nível da política sindical. Tal rebaixamento nas próprias palavras de Lênin (1988: 74) *“resume-se exatamente em preparar o terreno para fazer do movimento operário um instrumento da democracia burguesa, afinal, o movimento operário espontâneo, por si mesmo, só pode engendrar o sindicalismo; ora, a política sindical da classe operária é precisamente a política burguesa da classe operária”*.

Na concepção leninista, caberia ao partido político se antecipar aos MS e formular, através dos seus intelectuais, uma teoria revolucionária capaz de apreender o processo de produção em sua totalidade. A consciência política das classes subalternas vem de fora da luta econômica, de fora dos conflitos decorrentes da relação entre patrões e empregados. E é justamente o partido político que conduz através da sua vanguarda a teoria revolucionária para a prática política das massas<sup>5</sup>. Lênin acreditava que, como estavam submetidos à alienação dentro do processo produtivo, os trabalhadores não eram capazes de apreender a lógica da sociedade capitalista de forma espontânea, a partir simplesmente de suas experiências de organização nos movimentos sociais.

Desse modo, Lênin considerou o partido político, através da ação política de

---

<sup>5</sup> Não se pode deduzir que haja no pensamento de Lênin uma relação de exterioridade entre espontaneidade e consciência. Seguindo o legado de Marx e Engels quanto à questão da política revolucionária partir da posição dos trabalhadores no processo de produção, Lênin considerava o elemento espontâneo a forma embrionária da consciência política da massas.



sua vanguarda, o sujeito responsável pela disseminação da ideologia revolucionária e, por conseguinte, o veículo capaz de conduzir a consciência política das massas.

As principais características da noção leninista de **partido político** estão presentes no seu livro “O Que Fazer ?” e podem ser assim resumidas:

- a) é uma organização consciente de classe;
- b) é formado por revolucionários profissionais que se dedicam exaustivamente à revolução, entendida enquanto a conquista do aparelho do Estado;
- c) constitui o espaço verdadeiramente político e representa o máximo de organização possível;
- d) é regido pelo princípio do centralismo democrático e pela disciplina entre seus membros;
- e) é o responsável pela introdução da consciência de classe nas massas, tendo em vista a construção do seu poder político.

Na abordagem leninista, pelo menos três aspectos merecem destaque no âmbito deste estudo. O primeiro diz respeito às características dos movimentos sociais de sua época. Tratava-se do movimento operário, movimento de massas que se definia nos limites das relações capital x trabalho estrito senso. Esta dissertação privilegia outro tipo de movimento. Trata-se de movimentos que *“têm como horizonte de ação reivindicações vinculadas à melhoria das condições de vida. Na grande maioria, os MSU’s estão*



*relacionados com a deterioração e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas”* (Jacobi, 1985: 13). Isto implica que a natureza da dimensão política dos MSU’s assume características distintas dos MS analisados por Lênin.

O segundo aspecto, igualmente relevante para os fins deste trabalho, é o fato de Lênin ter considerado com tanto rigor a disciplina do partido que há no seu pensamento uma tendência de negação da potencialidade política do movimento em nome da centralização do partido. Este aspecto aparecerá como um legado presente na postura de alguns partidos e tendências políticas de esquerda em relação aos MSU’s na realidade social brasileira.

O terceiro aspecto refere-se ao caráter universal que assumiu a sua concepção de partido. No seu livro “Que fazer ?” (1902), ele defendeu a necessidade histórica de um partido de quadros hierarquicamente organizados. Posteriormente, valendo-se de mudanças conjunturais na Rússia proporcionada pela revolução de 1905 e, em seguida, pela revolução de 1917, Lênin manifestou-se favorável à criação de um partido de massas. No entanto, o movimento socialista a nível internacional, empenhado no processo de mudança social, adotou a estratégia política desenvolvida na Rússia como um modelo oficial de transição ao socialismo. Tal fato resultou na transposição mecânica de uma estratégia revolucionária para realidades mais desenvolvidas e complexas que a Rússia da Revolução de Outubro.

O pensamento de Lênin encontrou diversos interlocutores que de forma crítica analisaram, sob outro prisma, a dimensão política dos MS e sua relação com o partido político.

#### • Rosa Luxemburgo e o Resgate da Dimensão Política dos Movimentos Sociais

Além dos economicistas, Rosa Luxemburgo protagonizou com Lênin um importante debate sobre o processo de formação da consciência política, o significado da espontaneidade e o papel do partido político na articulação com os movimentos sociais.

Defensora resoluta da espontaneidade das massas, entendida enquanto um conjunto de aspirações e necessidades dos indivíduos na sua vida cotidiana, bem como a perspectiva e a forma como estes elementos vão se transformando num movimento coletivo, Rosa empenhou-se também em demonstrar os limites da concepção leninista de partido.

Apesar de considerar, tal como Lênin a necessidade histórica do partido político na direção dos MS, seu pensamento tende a se afastar da concepção leninista, à medida que Rosa começa a reconhecer explicitamente o potencial político das manifestações e organismos de representação popular.

Sua crítica refere-se à forma profissional, seletiva e rígida que Lênin atribuía a vanguarda do partido. Em – **Greve de massas, partidos e sindicatos** – chama a atenção para um fenômeno presente no movimento político: trata-se do distanciamento

entre o partido político e os MS em momentos nos quais a aproximação deles poderia garantir maior eficácia na ação das massas. Do ponto de vista de Rosa Luxemburgo, a problemática podia ser atribuída à ultracentralização do partido leninista que acabava por se afastar da dinâmica viva do movimento.

Ao contrário de Lênin, Rosa *“não concebe o partido como uma instituição rígida, único centro ativo do processo revolucionário, mas como um processo em que são conservadas, tornadas conscientes e desenvolvidas as experiências coletivas e as múltiplas tentativas de organização da classe operária”* (Negt, 1984: 39). O ponto culminante da ação revolucionária consiste na greve de massas na qual

*“As massas elementares, espontâneas tornam-se conscientes no próprio processo da sua formação como classe, alcançam consciência da sua situação de espoliadas e passam à ação revolucionária, transformando-se assim de objetos em sujeitos conscientes da história. Portanto, a forma de unir teoria e prática consiste na consciência de classe (latente, teórica e que se torna prática nos momentos revolucionários) encarnada, não no partido, mas na própria classe, com as suas múltiplas formas de expressão”* (Loureiro, 1994: 63).

O pensamento de Rosa Luxemburgo foi considerado, no próprio campo marxista, espontaneísta, acusado de não levar em conta o processo objetivo da história.



Segundo a interpretação de alguns analistas, Rosa desenvolveu sua teoria econômica de forma determinista ao prever o colapso do capitalismo e, também, por ela acreditar na capacidade das massas construir com criatividade sua consciência política e seus métodos de luta.

Vale destacar a relação que estabelece entre os MS e o partido político. Na sua concepção, a formação da consciência política das massas ocorre no enfrentamento das lutas cotidianas, não sendo, portanto, algo exterior às reivindicações econômicas, nem tampouco tarefa exclusiva de um segmento intelectual do partido político. No célebre debate que travou com Lênin, a questão central diz respeito ao modo como deve ser desenvolvida uma direção para os movimentos sociais, no sentido de identificar quais são as consequências dos diferentes tipos de articulação entre movimentos e partidos e suas repercussões na práxis social efetiva.

No tocante à elaboração de uma estratégia revolucionária, as diferenças entre Lênin e Rosa têm como pano de fundo os processos sociais desenvolvidos na Alemanha e na Rússia. Enquanto Lênin tratou da organização das classes subalternas na Rússia, um país considerado atrasado com uma sociedade civil frágil, Rosa Luxemburgo elaborou sua estratégia revolucionária face às condições da Alemanha que tinha uma sociedade civil mais organizada, sendo reconhecida, inclusive, como o país capitalista mais desenvolvido da Europa naquele período.

Estas diferenças quanto aos processos sociais internos de cada sociedade, que foram posteriormente analisados por Gramsci, exigem do movimento político das classes subalternas diferentes métodos no enfrentamento das opressões cotidianas e, conseqüentemente, na própria elaboração de uma estratégia de mudança social.

### • Gramsci e a Ampliação da Noção de Política

Ao desenvolver uma estratégia para realidades mais complexas que a Rússia de 1917, Gramsci elaborou elementos para uma nova compreensão sobre a construção do poder político das classes subalternas. Trata-se de uma estratégia de luta pelo poder que consiste na conquista do consenso, da direção política-cultural-ideológica na sociedade civil como condição fundamental para o desenvolvimento do processo revolucionário.

A análise gramsciana parte da perspectiva de explicar o fracasso da revolução nos países ocidentais<sup>6</sup>. Desse modo, ele procurou demonstrar que nos países onde existia um desenvolvimento das forças produtivas o processo de socialização da participação política também tendia a se expandir através da formação de partidos políticos de massa e dos movimentos sociais. Isto significa, usando uma expressão de

---

<sup>6</sup> Para Gramsci (1989), *“no Oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa. No ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada”*. Isto significa dizer que quando nos referimos às sociedades de tipo “oriental” e “ocidental” não se trata de uma questão puramente geográfica, mas dos processos sociais internos de cada país.



Cerroni (1982: 30), que “o tema da revolução entendida como insurreição fica, em suma, desintegrado e decomposto no outro problema: o da dialética força-consenso”.

É nesta perspectiva que Gramsci propõe uma estratégia de acumulação de forças de modo processual e progressivo no contexto da sociedade civil através do que ele chamou de “*guerra de posições*”, ou seja, a construção do poder político das classes subalternas não se refere de modo restrito à tomada do Estado estrito senso. Segundo Coutinho, “a chave da guerra de posição, da estratégia adequada aos países ‘ocidentais’ ou que se ‘ocidentalizam’ reside precisamente na luta pela conquista da hegemonia, da direção política ou do consenso” (1989: 90).

Lênin e Rosa, considerando as devidas diferenças, defenderam uma concepção de revolução baseada numa “*guerra de movimento*”, onde o objetivo era estabelecer um choque frontal entre as classes subalternas organizadas e o Estado.

Gramsci, que se valeu dos ensinamentos leninistas, inclusive aprofundando e superando-os, afirmou que, mesmo diante da aplicação vitoriosa da guerra de movimento na Rússia, Lênin havia reconhecido a necessidade de mudar a estratégia política para a “*guerra de posição*” nos países que vivenciavam um contínuo processo de socialização das forças produtivas. Apesar disso, segundo Gramsci, Lênin não teve tempo para aprofundar esta nova concepção revolucionária. Já sua crítica à Rosa Luxemburgo foi implacável pois, para ele, sua estratégia reforçava a lógica espontaneísta da organização,



além de ficar circunscrita ao economicismo, uma vez que Rosa acreditava que as sucessivas crises econômicas levariam inevitavelmente ao colapso do capitalismo.

A estratégia gramsciana da “*guerra de posições*” não pode prescindir de uma participação organizada dos diferentes grupos sociais no contexto sócio-político-cultural. Neste sentido, Gramsci discute teoricamente a trajetória vivenciada pelas classes subalternas no processo de construção de uma concepção de mundo que oriente sua organização e, por conseguinte, contribua na elaboração de seu projeto político.

Esta trajetória se inicia com os grupos subalternos desenvolvendo uma consciência corporativa, onde as reivindicações estão restritas a ações de defesa dos interesses imediatos e econômicos. É neste contexto que são criados os sindicatos, os MS com diferentes reivindicações, as caixas de assistência e outros canais de organização que não possuem de forma delineada um projeto político capaz de ser oposição ao projeto dos grupos e classes sociais dominantes.

No desenvolvimento das lutas de caráter econômico-corporativo, os indivíduos vão num processo cumulativo de organização, criando e participando dos partidos políticos que têm como objetivo representar os interesses dos trabalhadores (as) no âmbito das instituições democráticas. Isto significa um avanço na organização dos grupos subalternos, uma vez que passam a perceber o caráter de classe do Estado, anteriormente escondido sob o signo da neutralidade e do bem comum. Assim, vão cada vez mais

superando os interesses corporativos-econômicos, ainda que permaneçam presos a um outro tipo de corporativismo, o da sua própria classe.

É na continuidade desse processo de organização que as classes subalternas desenvolvem uma hegemonia ético-política na sociedade civil e, assim, antes mesmo de se tornarem classe dominante já são capazes de exercer uma direção política, cultural e ideológica sobre o conjunto da sociedade<sup>7</sup>. Isto porque, para Gramsci,

*“(...) a possibilidade de tornar-se classe hegemônica encarna-se precisamente na capacidade de elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional-popular; e só quando se forma essa vontade coletiva é que se pode construir e cimentar um novo bloco-histórico revolucionário, em cujo seio a classe subalterna (liberta de corporativismos) assuma o papel de classe dirigente”* (Coutinho, 1989: 105).

Para Gramsci, tal como em Lênin, é o partido político o sujeito coletivo capaz de efetivar as mediações para elevar a consciência puramente econômico-corporativa ao nível da consciência ético-política. Na elaboração gramsciana (1989: 08),

---

<sup>7</sup> A consciência corporativo-econômica de que fala Gramsci assemelha-se na concepção leninista àquela consciência sindical que apreende os conflitos imediatos decorrentes da relação entre patrões e empregados. Enquanto que a consciência ético-política situa-se ao nível da totalidade das relações sociais. Nas palavras de Lênin, é a verdadeira consciência política que se gesta de fora da práxis econômica e ascende ao plano universal.



o partido político *“deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna”*.

Nesse sentido, ele denomina o partido de **moderno príncipe**, numa alusão ao pensamento de Maquiavel. No entanto, para Gramsci, o sujeito político mais característico da sociedade não é um indivíduo concreto como sugere Maquiavel. Ele se refere, pois, a um organismo que é determinado pelo desenvolvimento histórico, constituindo-se o primeiro canal no qual se unificam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais, ou seja, trata-se do partido político.

Trabalhando a partir das indicações de Lênin, bem como sobre a realidade objetiva, Gramsci (1989: 26) afirma que o partido não é mais que uma nomenclatura de classe e, neste sentido, o autor destaca o elemento da consciência e da direção. Assim, para que um partido exista, se faz necessário três elementos fundamentais: *“um elemento difuso, de homens comuns, médios cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade; outro que é formado pelo elemento de coesão principal (os dirigentes) e um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só ‘físico’, mas moral e intelectual”*.



O que vai diferenciar o pensamento de Gramsci do de Lênin, quanto ao papel do partido político no processo de organização, é a função atribuída à direção do partido. De acordo com Scherer-Warren (1987: 69)

*“(...) enquanto Lênin defende a necessidade de uma direção política do partido, recaindo numa prática de ditadura do proletariado, como momento histórico na passagem ao comunismo, Gramsci dá prioridade à direção cultural e ideológica do partido, com a função de obter o consenso das massas na conquista da direção moral e cultural da sociedade”.*

Desse modo, na articulação entre o partido político e os MS há, em Gramsci, uma superação tanto da organização baseada na espontaneidade das massas, como do vanguardismo partidário. Ele propõe a elaboração cotidiana de uma mediação entre a espontaneidade e a direção consciente. Gramsci (1989) alerta, também, para o fato do partido jamais se completar e se formar, tendo em vista que o desenvolvimento histórico cria novas missões e encargos.

Apesar de não admitir a pluralidade partidária<sup>8</sup>, Gramsci reconhece a importância dos MS. Parece claro, no seu pensamento, que o processo de organização e formação de uma visão de mundo das classes subalternas se insere numa dinâmica de

---

<sup>8</sup>“Ainda não há em Gramsci a idéia explícita de que essa mediação possa ser realizada por mais de um partido; é uma idéia que só tomará corpo na elaboração teórica de seus herdeiros, em particular na teoria togliattiana da ‘democracia progressiva’ ” (Coutinho, 1989: 105).

acumulação de informações e amadurecimento dos métodos de luta, onde as experiências tidas como reformistas ou funcionais ao sistema são imprescindíveis. Segundo suas próprias palavras

*“(...) pode-se dizer que nenhum movimento real adquire consciência da sua totalidade de um golpe, mas só por experiência sucessiva; isto é quando percebe através dos fatos que nada do que lhe é próprio é natural, mas existe porque surgem determinadas condições cujo desaparecimento não permanece sem consequências. Assim, o movimento se aperfeiçoa, perde os elementos de arbitrariedade e torna-se verdadeiramente independente na medida em que, para obter determinadas consequências, cria as premissas necessárias”* (Gramsci, 1989: 32).

Cerroni (1982: 51), partindo das contribuições gramscianas, afirma que o grande problema do partido político hoje é *“reconstituir ao nível da consciência a integração objetiva de vida; sintetizar o real, mediando todas as articulações e especificidades. Hoje não existe palavra mais difundida do que autonomia. Fala-se de autonomias territoriais, funcionais, profissionais, culturais, científicas, artísticas, religiosas, lingüísticas, étnicas e sindicais (...) tudo isto não significa que não estamos, em absoluto, diante do fim do partido político, mas diante do fim do partido político anacrônico; não estamos diante do fim das ideologias, mas diante do fim das ideologias dogmatizadas”*.

Interessa destacar no pensamento de Gramsci o novo sentido dado à política através da estratégia da “*guerra de posições*”. Tal estratégia, segundo Bocayuva

*“(...) alarga os pontos e os lugares políticos a partir das quais são travadas lutas decisivas. Podemos dizer, que a partir do conceito de revolução ou de estratégia de acumulação de forças no combate em relação ao Estado e a sociedade civil burguesa, existem inúmeras instituições, movimentos de camadas sociais e de grupos humanos. Eles aparecem diferenciados pela fragmentação capitalista do trabalho, da idade e do sexo. Isto exige uma ruptura com a idéia de um centro único condutor da revolução. Mais, ainda: permite a superação mística, messiânica e escatológica da idéia de revolução”*(1992: 182).

É neste sentido que Coutinho afirma que Gramsci “*parece ter colocado com rigor os fundamentos de uma transformação democrática ao socialismo*”(1987:108).

Outro aspecto relevante para a renovação da noção de política consiste no fato de Gramsci pensar a prática política a partir da análise concreta da cultura, da reprodução de valores sociais<sup>9</sup> que permeiam o cotidiano dos indivíduos e expressam sua representação do mundo social em que vivem.

---

<sup>9</sup> Reprodução de valores sociais no sentido ora empregado significa “*a própria produção material de idéias e símbolos e a criação de condições pelas quais ela possa continuar ocorrendo*” (Bocayuva, 1992: 37).



### **1.2.2 - A Relação Movimentos Sociais Urbanos - Partidos Políticos no Debate Nacional**

O tema da relação dos MSU's com os partidos políticos tem sido insuficientemente analisado, apesar da maioria dos estudos realizados no país revelar a presença dos partidos de forma direta ou indireta no cotidiano da organização desses movimentos<sup>10</sup>.

As dificuldades que têm se apresentado ao aprofundamento do tema em questão situam-se na confluência dos seguintes aspectos:

a) a conjuntura política em que os MSU's emergem coincide com o final do período autoritário - repressivo, onde as forças políticas, principalmente as de esquerda, ainda não podiam se manifestar livremente. Tal fato fez com que os militantes partidários com atuação nos MS ocultassem a militância desenvolvida nos partidos políticos;

b) a fragilidade da estrutura e da organização partidária no Brasil que, ao longo dos anos, vem contribuindo para a formação e disseminação de uma cultura anti-partidária<sup>11</sup>;

---

<sup>10</sup> Diversos autores(as) chamam atenção para a ausência de estudos sobre a relação MS - partidos políticos. (CF. Durham, 1984; Gohn, 1985; Cardoso, 1987; Kowarick, 1987; Jacobi, 1989; Diniz e Boschi, 1990; Ribeiro, 1991; Ferreira, 1991; Scherer - Warren, 1993, etc.)

<sup>11</sup> Segundo Meneguelle e Lamonier (1986: 22) a estrutura partidária no Brasil é bastante frágil tendo em vista, resumidamente, os seguintes aspectos: *"a precária coesão organizacional dos partidos, sua*

c) o discurso apartidário dos participantes dos MS que difunde uma concepção restrita de autonomia, entendida enquanto o isolamento dos movimentos de outras instituições e práticas sociais<sup>12</sup>.

Dentro dos objetivos deste item, buscou-se apreender como se configura a relação dos MSU's com os partidos políticos no debate nacional. Neste sentido, o tema é discutido a partir de três tendências principais: a instrumental, a de autonomia estrito senso e a de confronto de saberes.

Desde logo, cumpre ressaltar que as três tendências assinaladas não se encontram na esfera cotidiana de forma pura, uma vez que a relação MS - partidos políticos é construída sob diferentes formas de prática social que estão fundamentadas em concepções políticas, ideológicas e culturais diversas e, por vezes, conflitantes.

#### • Da perspectiva Instrumental à de Autonomia *Estrito senso*

A prática dos MSU's, a partir do final dos anos setenta, propiciou um debate fecundo sobre a concepção de política desenvolvida no âmbito dos partidos políticos.

---

*debilidade enquanto agregados de interesses ou como sustentáculos de uma ordem civil, o personalismo das lideranças e sua escassa fidelidade a compromissos ideológicos*". Para Andrade (1989) os partidos políticos vivenciaram uma crise que repercutiu na institucionalização da democracia no país porque são, na sua maioria, heterogêneos (não contam com uma unidade de ação); sectários (não dispõem de uma capacidade de negociação) e fisiológicos (nem o partido hegemônico dispõe de capacidade para governar, nem os demais de fazer oposição).

<sup>12</sup> Sobre o discurso apartidário dos participantes dos MSU's ver os seguintes estudos: Durham, 1984; Gohn, 1985; Barreira, 1985 e 1992; ETAPAS, 1988; Jacobi, 1989, etc.

Diferentes analistas<sup>13</sup> indicaram nos seus estudos a existência de uma concepção de organização e de participação política, de certo modo restrita por parte dos principais partidos políticos no Brasil. Entre as razões apresentadas apontam como principal a enorme dificuldade de apreensão das mudanças travadas na relação Estado - sociedade civil no curso do processo de democratização do país.

Sobre isso Durham (1984: 24) argumenta que *“a novidade política dos MS deriva do fato desses movimentos não se enquadrarem nas expectativas que os estudiosos e os militantes políticos haviam construído sobre a forma pela qual deveria ocorrer a transformação política da sociedade brasileira, e sobre os instrumentos adequados para essa transformação”*.

Durante décadas, os partidos políticos representaram o centro tradicional de formação e organização política, o que determinou aos partidos, tanto de direita, como de esquerda, uma espécie de exercício do oligopólio da representação partidária como forma exclusiva de participação política (Santos, 1988). Admite-se neste estudo a concepção de Esquerda/Direita proposta por Sader (1995: 114).

*“No Brasil, a esquerda significa a contra-posição ao neoliberalismo. Essa é a atualização da dualidade direita/esquerda aqui e agora. Significa a*

---

<sup>13</sup> Além dos(as) autores(as) já citados na nota (12) pode-se acrescentar: Rezende, 1985; Telles, 1987; Scherer-Warren, 1987 e 1993; Sader, 1988; Ferreira, 1991, etc



*afirmação dos direitos de cidadania para todos, significa a priorização das políticas sociais sobre as lógicas econômicas privatizantes, significa o desenvolvimento do mercado interno de massas para distribuir renda e capacidade de consumo para as grandes massas marginalizadas, significa a transformação da democracia política numa democracia com conteúdo social de igualdade, de liberdade e de fraternidade” e a concepção de direita que no Brasil “(...) está historicamente identificada com o conservadorismo, com a elite, com a desigualdade social”.*

As esquerdas brasileiras, inspiradas nas orientações do marxismo - leninismo, concebiam a mudança social enquanto a tomada do aparelho do Estado. Assim, para efetivação do projeto político de transformação social, o partido era encarado como o maior centro de formação e representação política presente na vida social, lugar para onde deveriam convergir as lutas e os movimentos sociais. Daí deriva a noção de que o partido deve absorver, no sentido de organizar e dirigir, todas as manifestações potencialmente revolucionárias. Desse modo, os movimentos sindicais e o movimento estudantil, durante a década de sessenta, constituem-se na arena prioritária para a prática dos partidos de esquerda.

A perspectiva instrumental se caracteriza por levar às últimas consequências a idéia de que é através dos ensinamentos da vanguarda do partido que os participantes dos MS podem adquirir sua consciência política. A visão de vanguarda atribuída ao

partido é entendida como a “*defesa da necessidade de uma elite intelectual, política que orienta e dá direção ao movimento em seu desenvolvimento, tendo também um papel importante na conscientização dos membros do grupo participante*” (Scherer - Warren, 1987: 19).

Segundo Jacobi (1989: 120) na relação MSU's - partidos políticos a visão instrumental se efetiva quando:

*“(...) os militantes parecem superestimar constantemente o potencial político das mobilizações, procurando reforçar nos moradores um papel a desempenhar do qual poucos têm clareza, além de configurar, um menosprezo (não expresso mas perceptível) pelas chamadas lutas menores e seu caráter reformista. Para os militantes, é fundamental que tais formas inferiores de mobilização evoluam para outras mais avançadas e eficientes de atuação política. Assim, a partir de uma concepção instrumental da política, desconsideram que estes movimentos constituem formas específicas de mobilização popular, com espaço próprio, diferente dos canais normais de representação”.*

Na perspectiva instrumental há uma supervalorização dos ensinamentos da vanguarda do partido, a ponto de minimizar as necessidades e reivindicações concretas dos MS. Trata-se de uma posição fundamentada numa visão restrita da participação

política. Para Aarão Filho (1986: 23) o caráter instrumental da relação MSU's - partidos reside na tentativa desses últimos de *“fazer das entidades populares agências de repercussão, de divulgação de suas concepções, correias de transmissão de suas perspectivas políticas”*.

Outra característica da perspectiva instrumental é conceber os MSU's como uma forma inferior de mobilização. Ao invés disso, os MSU's devem ser pensadas como uma forma específica de organização e mobilização que se distingue da dinâmica e da estrutura partidária. A esse respeito, Durham (1984:25) faz a seguinte afirmação:

*“(...)devemos evitar a noção de que os movimentos sociais são formas inferiores de mobilização, que devem evoluir para formas mais plenas e satisfatórias de atuação política: a partidária e a sindical.”*

A reprodução de práticas autoritárias de cunho instrumental, desenvolvida pelos partidos políticos na sua relação com os MS *“levou à consideração de que a salvação, tanto no plano teórico como político pudesse estar no resgate de um movimento independente”* (Barreira, 1985: 09). É neste sentido, então, que a autonomia aparece como uma questão fundamental a ser enfrentada e conquistada pelo conjunto dos MS.



No início dos anos oitenta, uma extensa polêmica é encontrada, na literatura, a respeito da autonomia dos movimentos, que, de certa maneira, gira em torno da defesa *a priori*, do afastamento dos MSU's do Estado e dos partidos políticos. Isto porque:

*“o discurso de autonomia que coloca os MS totalmente desvinculados das instituições e partidos oficiais constitui uma necessidade dos movimentos no sentido de se diferenciarem dos movimentos tradicionais comprometidos com esquemas clientelistas e de cooptação de suas lideranças”* (Ferreira, 1991: 51).

A defesa da autonomia pelos MS se revela na resposta de alguns movimentos ao caráter disciplinador, centralizador e vanguardista da prática dos partidos e tendências partidárias<sup>14</sup> de orientação marxista-leninista, bem como nas suas manifestações de repúdio ao caráter clientelista e eleitoreiro dos partidos conservadores e do próprio Estado.

Segundo Durham (1984) a defesa *a priori* da autonomia faz com que a participação de atores provenientes da Igreja e dos partidos políticos seja ocultada diante da valorização do caráter espontâneo e genuinamente popular dos movimentos. Desse modo, além da defesa do afastamento dos movimentos em relação ao Estado e aos

---

<sup>14</sup> Segundo Antônio Ozai da Silva em - História das tendências no Brasil - a palavra tendência no jargão político corresponde ao mesmo sentido de termos como facção, grupo político e significa que “um certo número de pessoas se agrupam em torno de uma ideologia comum, com propostas e princípios comuns que norteiam a sua intervenção na luta”.

partidos, a autonomia estrito senso apresenta, também, como uma de suas principais características a extrema valorização da espontaneidade dos participantes no processo de organização, que tende a se constituir como fim em si mesma.

Segundo Ferreira (1991:53),

*“É possível elencar uma série de fatores que podem explicar este discurso apartidário preferido pelos militantes partidários que estão inseridos no movimento: a) os militantes ocultam o caráter partidário de suas intervenções porque é preciso apresentar a entidade à administração pública com um perfil neutro; b) os militantes estão convencidos de que o próprio funcionamento interno das associações depende da união daqueles que a compõem; c) para evitar que as diferenciações internas existentes entre as orientações partidárias provoquem a repulsa dos moradores independentes; d) em função da própria cultura política brasileira que tem uma visão negativa dos partidos, e pela crise de representatividade que os partidos tem experimentado nos últimos anos”.*

Na verdade, essa perspectiva nega, através de um discurso apartidário, a necessidade da articulação entre os MS e os partidos políticos. No caso dos MSU's é possível observar, no entanto, que a autonomia, entendida enquanto distanciamento dos

participantes dos movimentos da vida do partido, consiste bem mais num discurso ilusório dos movimentos do que numa prática efetiva.

• **Reconstruindo a Concepção de Autonomia: Movimentos Sociais - Partidos Políticos num Confronto de Saberes**

Uma terceira tendência pode ser identificada na abordagem da questão, tendo como referência o relacionamento democrático entre MS e partidos políticos. A reconstrução da concepção de autonomia dos MS, nessa perspectiva, tem seu ponto de partida na consideração de dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, trata-se de combater todo e qualquer tipo de prática instrumental, seja no âmbito do Estado, dos partidos ou dos próprios MS, e, em segundo lugar, de realizar uma crítica à concepção de autonomia, entendida a partir de uma visão anarquista, ou seja, que toma a autonomia como recusa do Estado (com o qual o poder é identificado) e como recusa de toda forma de autoridade, graças à espontaneidade das massas (Chauí, 1990:305).

No que tange à perspectiva instrumental, são salientadas tanto o clientelismo à direita como a infiltração militante à esquerda como práticas de caráter autoritário, pois utilizariam os movimentos para fins políticos definidos fora deles. Sobre a perspectiva de autonomia estrito senso alertam alguns analistas para o perigo do '*autonomismo*' e '*antiestatismo*' que poderiam ser desencadeados pelos novos movimentos e que conduziriam à descrença na política, a uma lógica perversa de reforço do corporativismo



e, finalmente, do Estado (Wanderley, 1993: 63). Isto porque ao elaborarem uma crítica às práticas partidárias, por sua conduta centralizada e hierárquica, os MS parecem de início, defender uma política de “*gueto*”, isto é, do isolamento de outras práticas sociais. Na concepção daqueles analistas, essa concepção de autonomia pode levar os MS ao isolamento, a um certo tipo de comunitarismo “*que não os impede de se abrirem às manipulações populistas do Estado; à afirmação de um basismo que tem como contrapartida a recusa das formas de representação política e uma visão instrumental das instituições*” (Telles, 1988: 247).

Com essa posição fica identificada, assim, no cerne da relação entre os MS e os partidos políticos, uma questão bem mais ampla: a própria concepção de mudança social e sua relação com a democracia no plano teórico-prático das esquerdas.

As esquerdas brasileiras, particularmente até a década de sessenta, concebiam as relações entre democracia e socialismo a partir de uma visão etapista e economicista. Sob esse prisma, num primeiro momento, tratava-se de realizar uma “*revolução democrático-burguesa*” para superar os atrasos econômico-sociais decorrentes do próprio processo de estruturação do capitalismo no país. Por conseguinte, a luta pelo socialismo, propriamente dita, deveria ocorrer num segundo momento, através da ruptura radical com as instituições.

Esta visão revelou-se, porém, anacrônica e completamente incapaz de ajustar-se a realidade nacional. As transformações ocorridas na sociedade brasileira, após o declínio da ditadura militar, e as críticas de experiências que apontavam a falência teórico-política do marxismo-leninismo indicaram às esquerdas a necessidade de rever seus paradigmas, valores, táticas e estratégias para a realização da transformação social e política.

Intensifica-se, desse modo, em escala nacional e internacional, um amplo processo de renovação do próprio marxismo, através de uma atualização do seu campo de valores<sup>15</sup>. Segundo Ribeiro (1991: 98):

*“São indicativos deste movimento de renovação: a valorização da categoria-processo em face da categoria-estrutura; o reconhecimento dos riscos originados pela imposição teórica de totalidade vazias que excluem ou subordinam os sujeitos das reivindicações sociais retirando-lhes, potencialmente, a consciência do sentido de seus atos (Kosik, 1976); a identificação dos riscos igualmente presentes na sobrevalorização da essência explicativa dos fenômenos à custa das chamadas aparências que compõe também elas, parte relevante da realidade social e da situação histórica das classes sociais (Lowy, 1987); a aceitação dos valores sociais e da*

---

<sup>15</sup> Nos estudos sobre MS, a necessidade dessa renovação no campo de valores do marxismo foi discutida por Telles (1987), Scherrer-Warren (1987 e 1993), Sader (1988), Jacobi (1989), Nunes (1989), Ribeiro (1991) e Barreira (1992).

*cultura como elementos básicos à compreensão dos móveis de ação social (Heller, 1972); a valorização da construção da realidade social pela subjetividade, ou seja, a inclusão desta como parte constitutiva essencial da realidade objetiva das relações sociais, das relações entre as classes sociais”.*

Um aspecto importante dessa atualização de valores consiste num novo sentido dado à mudança social<sup>16</sup>. Diante do crescente processo de socialização da participação política há uma necessidade cada vez mais requisitada de valorização e fortalecimento da sociedade civil. Isto implica uma concepção de mudança social a partir de um outro prisma, ou seja:

*“(...) transformar não é só modificar a sociedade a partir do aparelho do Estado, é modificá-la também no nível das ações concretas da sociedade civil, o que não significa que Estado e sociedade civil são campos sociais autônomos. Os dois se interpenetram em suas dinâmicas próprias. Todavia, o Estado enquanto aparelho, possui um campo institucional de atuação privilegiada, e a sociedade civil, pela sua força numérica e vital na produção social, poderá ter uma atuação mais ou menos agressiva na transformação do social” (Scherer - Warren, 1993: 52).*

---

<sup>16</sup> Sobre a necessidade histórica da elaboração de uma nova estratégia de mudança social ver neste trabalho o item “Gramsci e a ampliação da noção de política”. Para aprofundar discussão ver Coutinho, (1985 e 1989).



Entre as mediações desta análise destaca-se a noção de democracia, entendida enquanto um processo em permanente construção<sup>17</sup>. Ao contrário da visão tradicional de democracia defendida pelas esquerdas, deriva dessa nova concepção de mudança social, o reconhecimento do pluralismo, da autonomia e da diversidade de múltiplos sujeitos coletivos no cenário sócio-político-cultural<sup>18</sup>. Coutinho (1992: 34) afirma que para entender o novo sentido dado à democracia “*o mais correto, apesar do aparente pleonasma, seria dizer que trata-se de uma concepção democrática da democracia*”.

Outra característica dessa concepção de mudança social, atualizada no campo marxista, consiste em apreender a autonomia enquanto um processo que é construído no cotidiano das experiências de organizações das lutas, descaracterizando, pois, a visão segundo a qual a autonomia se constitui em algo dado, um estado de ser (Gohn, 1985) que se manifesta empiricamente na presença de instituições e práticas sociais no interior dos movimentos sociais (Barreira, 1985).

---

<sup>17</sup> Carlos Nelson Coutinho (1992: 20) afirma que “Lukács ao falar de democracia prefere corretamente usar o termo ‘democratização’, já que, para ele, trata-se aqui, ontologicamente, de um processo e não de um estado. Por conseguinte, diz Coutinho “essa democratização torna-se um valor (ou manifesta sua natureza de valor) na medida em que contribui para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem.”

<sup>18</sup> Segundo Coutinho (1992: 23) “esses novos institutos democráticos, expressões da auto-organização popular, formam o que Gramsci chamaria de organismos da ‘Sociedade Civil’: são os partidos de massa, os sindicatos, as associações profissionais, os comitês de empresa e de bairro, as organizações culturais, etc. É por meio deles que as massas populares, e em particular a classe operária, organizam-se de baixo para cima, a partir das bases, constituindo o que poderíamos chamar de sujeitos políticos coletivos”.

No cerne da visão de autonomia proposta está “*a percepção da vida social em dimensões diferenciadas (trabalho, cidadania, vida privada) e descentralizadas, mas comunicantes, sem identificação (comumente desejada pelas esquerdas) e sem pulverização - privatização (produzida nas democracias liberais)*” (Chauí, 1990: 307).

Apoiando-se nesta visão ampla de democracia e de autonomia, que tem como pano de fundo o novo sentido dado a estratégia de mudança social, é possível situar a relação MS - partidos políticos num outro tipo de racionalidade: trata-se **do confronto entre saberes**.

Entender essa relação a partir de um confronto entre saberes supõe admitir que “*se os movimentos não podem ser vistos como algo destituído de influências, não são simplesmente, realização de um saber elaborado de fora*” (Barreira, 1985:12). Isto porque no cotidiano das lutas empreendidas, os movimentos reelaboram, recodificam discursos e práticas de outras agências sociais<sup>19</sup>.

A esse respeito afirma Sader (1988: 42):

---

<sup>19</sup> Tal fato aparece de forma explícita na análise realizada por Sader (1988) sobre as experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo na década de 70, quando identifica na prática dos MS que os sujeitos envolvidos constroem suas representações sobre os acontecimentos sociais e políticos, a partir de reelaborações de matrizes discursivas geradas por três agências sociais presentes no contexto sócio-político-cultural: o cristianismo das comunidades de base, o marxismo de uma esquerda dispersa e o novo sindicalismo.



*“Os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais. Mas encontramos na sociedade agências que, embora participando da cultura instituída, expressam práticas de resistências e projetos de ruptura. Constituem novas formas de agenciamento social, que abrem espaço para elaboração de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo.”*

Não se trata, pois, de descaracterizar as formas de manifestação dos MS que, à luz das experiências na América Latina, são identificados como novas práticas sociais, mas o reconhecimento de que, na condição de sujeitos sociais os MS constroem sua ação política num campo plural de comunicação com outras práticas e agências sociais. Ou seja, o MS não é apenas instrumentalizador de diretrizes externas mas também não é o “criador” isolado ou exclusivo de seu projeto político. Numa sociedade democrática a participação é, sem dúvida, o principal meio para o fortalecimento da sociedade civil e ampliação dos direitos sociais e políticos dos cidadãos. Essa participação dar-se, porém, num contexto onde prevalecem as instituições da democracia representativa que podem apenas ser suplementadas, mas não suplantadas.

O grau de democratização da sociedade vai depender da existência, da



competição e do debate político amplo, no qual se incluem os sindicatos, outras organizações de interesse coletivo, os MS, etc, além dos partidos que concorrem para influenciar nas decisões. O futuro da democracia depende da atuação efetiva dessas organizações que representam os interesses sociais. Os partidos políticos não têm o monopólio dos projetos da sociedade, nem constituem mais o canal único de participação e conexão da sociedade civil com o Estado. Na sociedade atual as negociações e decisões acontecem “*por cima*” dos partidos em relação às classes e frações de classes que representam (Poulantzas, 1983: 68).

Por outro lado, quando se fala hoje em mudança social não se pode reduzir tudo ao fim da exploração capitalista. Significa necessariamente lutar também pelos direitos da mulher, pelo equilíbrio ecológico, por uma mudança cultural enfim. E essas necessidades são expressas mais diretamente através dos MS do que através dos partidos políticos. O partido político certamente assume, estimula sua expressão pluralista – seria absurdo imaginar porém que pode monopolizar a representação de tais interesses e necessidades.

Neste sentido, o partido político deve atuar em conjunto com os MS, mas sem qualquer subordinação. Os MS constituem, assim, um desafio para os partidos políticos dos quais é exigida não apenas a mudança de atitude em relação a estes movimentos, mas também a mudança de sua organização interna e de suas relações com os sindicatos e as organizações de massa (Poulantzas, 1983). Referindo-se aos partidos

de esquerda Przeworski afirma que esse desafio se expressa sobretudo na competição por espaço político implicando em *“reformular sua forma de agir, sua prática política e sua forma de se relacionar com as bases”* (1989: 29).

Sob esse prisma, a relação MS - partidos políticos constitui-se num encontro que *“tem sido tenso e tensionante (confronto)”*<sup>20</sup>, por diversos motivos, mas desejados e buscado pelos dois pólos da relação gerando momentos de colaboração, oposição, integração e superação de preconceitos e posições ou confirmando-os num processo que parece ir produzindo novas representações que podem ser significativas” (Souza, 1991:13). É fácil compreender que em tal contexto o confronto torna-se estratégico para a democracia interna dos partidos e dos MS, influenciando também nos seus métodos de atuação. Pressupõe, ainda, um confronto de saberes que diz respeito à formulação de discursos e práticas sobre a realidade social que se traduzem em formas organizadas de ação e estratégias de direção social no interior dos movimentos sociais (Barreira, 1985:09) e dos partidos políticos.

O confronto de saberes<sup>21</sup> apresenta-se *“em situações nas quais os*

---

<sup>20</sup> Sobre esta noção de confronto, Carvalho e Laniado (1989: 130) fazem a seguinte afirmação: *“(...) a relação entre movimentos e partidos é tensa e problemática, com dificuldades de parte a parte. Dificuldades que passam, por exemplo, pelas concepções negativas, desconfiança e descrédito quanto à institucionalização, pela visão do apartidarismo como condição necessária à unidade dos movimentos e pela fraqueza e caráter dos partidos tradicionais no Brasil, que vem dando as costas à participação popular e desenvolvendo práticas que representam a antítese dos valores dos movimentos.”*

<sup>21</sup> Esta noção do confronto de saberes foi utilizada também por Barreira (1985 e 1992) para analisar a relação dos MSU's com os partidos políticos e Souza (1991) também utilizou-se dessa noção para analisar a relação entre os movimentos sociais populares e os intelectuais.



*movimentos sejam capazes de analisar as distintas práticas a eles vinculadas e formular uma proposta de ação criativa”* (Barreira, 1985:09). Nesse processo são levadas em consideração as diferenças que definem a singularidade e identidade dos interesses dos MS e dos partidos e, em cada conjuntura, a especificidade dos interesses sociais, de modo a distinguir a linha de atuação política mais apropriada para articulação e realização dos interesses da coletividade.

Na perspectiva de Gramsci, sobressai a figura do intelectual como principal articulador desses interesses.

### **1.3. O Intelectual e a Ação Política**

Segundo Gramsci (1989: 21) *“uma massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”*.

É, pois, neste sentido que se confere relevância à análise do intelectual no âmbito deste estudo. Os intelectuais são os representantes permanentes de um projeto político de resistência ou de manutenção do poder e, como tal, assumem um papel determinante no plano da ação política. O seu campo de atuação consiste, prioritariamente, nos organismos presentes na sociedade civil. É através de organizações como a escola, a imprensa, os MS e os partidos políticos que eles desempenham um papel



de liderança na batalha do processo de formação de uma concepção de mundo dos indivíduos.

Para Gramsci o processo de construção da hegemonia não pode prescindir das funções teórico-práticas desenvolvidas pelos intelectuais. Na linguagem gramsciana todos os indivíduos possuem uma capacidade intelectual, no sentido de serem portadoras de uma concepção de mundo.

*“O que quer dizer que todos participam a partir dos seus diferentes contextos de classe da trama de relações intelectuais como portadores de idéias, da língua, da cultura nas duas diversas formas e situações regionais, nacionais ou universais. Embora todos sejam intelectuais nem todos ocupam funções intelectuais nos vários planos de vida social, ou seja nem todos exercem atividades reconhecidamente intelectuais”* (Bocayuva, 1992: 196).

Na perspectiva de compreender qual a função do intelectual na sociedade, Gramsci distingue basicamente dois tipos fundamentais. Trata-se, em primeiro lugar, dos intelectuais tradicionais que pertencendo a uma classe ou estrato de uma formação histórica já superada, conseguiram sobreviver às mudanças estruturais ocorridas, mantendo, de certa forma, vivas relações políticas remanescentes. Na nova formação econômico-social podem (ou não) ser absorvidos por uma das classes fundamentais. Em

segundo lugar, Gramsci faz referência aos intelectuais orgânicos, que vinculados a uma determinada classe social, tornam-se responsáveis pela organização e divulgação do conjunto dos interesses políticos-ideológicos compatíveis com sua classe.

Esse dois tipos de intelectuais desempenham um papel importante no contexto sócio-político. Entretanto, nos deteremos, especificamente, na análise dos intelectuais do tipo orgânico, uma vez que estes se originam a partir das próprias necessidades históricas de sua época. E nesta perspectiva, eles elaboram uma relação de organicidade entre a estrutura e a superestrutura, no sentido de construir/garantir o consenso das massas no contexto da vida social.

A partir dessas considerações é possível apreender dois aspectos relevantes. O primeiro é que pode-se verificar, através dos diferentes canais de atuação dos intelectuais, a multiplicidade de organismos na sociedade civil que “*multiplica e fragmenta infinitesimalmente os espaços e instâncias da luta pelo poder*” (SOARES, 1992: 91). Assim, em cada espaço onde atuam, tornam-se responsáveis pela organização e divulgação do conjunto dos interesses político-ideológicos compatíveis com seu grupo.

Outro aspecto refere-se ao fato de que a função intelectual vai se revestindo cada vez mais de um caráter político, o que implica a necessidade de atribuir uma dimensão coletiva para a prática dos intelectuais.

No pensamento de Gramsci, considerando as condições de sua época, é o partido político que assume este papel do intelectual coletivo. Assim, há um vínculo bastante estreito entre a função intelectual e a função político-partidária, onde todos os membros do partido, ainda que em níveis diferenciados, são considerados intelectuais, pois desenvolvem uma função que é dirigente, organizativa e educativa, ou seja, intelectual. Neste sentido a função intelectual se desdobra do par intelectual-indivíduo para intelectual-massa. Por conseguinte, como afirma Soares (1992: 94), *“a conquista do poder passa a conformar um movimento molecular de destruição de velhas e construção de novas relações, de uma nova civilização nos espaços microfísicos de sua reprodução na esfera da sociedade civil”*.

Para os objetivos propostos neste estudo outros aspectos devem ser igualmente ressaltados. Em primeiro lugar, a própria noção de intelectual: ao considerar todos os indivíduos como intelectuais, Gramsci estabelece um nexo dialético entre o trabalho intelectual e o trabalho físico. Tal fato, embora não signifique que todos desempenham funções intelectuais, indica que **nenhuma atividade humana aparece completamente destituída de uma ação criadora**.

Outra questão que merece destaque é que **a atividade intelectual está imbricada na trama das relações de poder**. Isto significa a existência de um vínculo entre a função intelectual e o projeto de uma dada classe social. Ao mesmo tempo, este vínculo é construído no desenvolvimento da própria função intelectual, o que vem



demonstrar que esta atividade não é neutra, mas liga-se organicamente a uma determinada visão de mundo.

Além disso, **o intelectual tem uma dupla função: Educar e auto-educar-se.** Esta noção, proposta por Gramsci, choca-se com a concepção leninista de que o trabalho de educação política das massas é tarefa de uma vanguarda, que já tem devidamente formada sua concepção de mundo. Pode-se, então, afirmar que o exercício da função intelectual é uma das condições fundamentais para a concretização da estratégia política da “*guerra de posição*”.

Procurar-se-á mostrar, ao longo deste trabalho, como os indivíduos que ocupam posição de direção nos MS desenvolvem funções de organização, de divulgação de uma ideologia e, neste sentido, se projetam como intelectuais em constituição.

## **CAPÍTULO II**

### **O Processo de Organização dos Movimentos Sociais Urbanos na Região Metropolitana do Recife**

Este capítulo tem como objetivo realizar um breve resgate das lutas e mobilizações desenvolvidas pelos MSU's na Região Metropolitana do Recife, que resultaram na criação da Federação Estadual e Metropolitana de Entidades de Bairros (FEMEB).

Para atender o objetivo proposto focaliza-se, em primeiro plano, o processo de constituição do Movimento de Bairro, considerando sua relação com o poder municipal. Em seguida, concentra-se a reflexão na criação da FEMEB para demarcar seus objetivos, principais atividades e sua estrutura organizativa.

#### **2.1. Resgatando a História no Movimento de Bairro e sua Relação com o Poder Municipal**

O processo de organização do Movimento de Bairro, desenvolve-se, nas principais capitais do país, ainda na primeira metade do século, a partir de reivindicações em torno, principalmente, de demandas sociais por serviços urbanos e equipamentos de consumo coletivo.

No Recife este processo emerge, a partir de situações de carências vivenciadas pela população em seu cotidiano, sob as determinações conjunturais e da própria relação que se estabelece entre os moradores e o poder local.

A grosso modo, é possível delimitar três fases no processo de organização do MB: o período pré-64, o período 64-85, que vai do início da ditadura militar até o processo de abertura e a instalação da Nova República, e o período mais recente, de 1985 ao início da década de noventa.

O período pré-64 representa a fase de constituição dos Movimentos de Bairro na RMR. Enquanto nos primeiros anos de sua história, constituiu-se centro da região Nordeste, *“o Recife passou a absorver no século XX, os efeitos da decadência econômica dessa região. As áreas de moradia pobre da cidade passaram a somar, desde então, com pequenas variações, cerca de 50% de suas moradias”* (Souza, 1990: 116). Diante desse quadro, já na década de 20, surgem mobilizações de trabalhadores reivindicando melhoria nas condições de moradia, bem como lutando por habitação propriamente dita.

A organização do MB, no entanto, se inicia na década seguinte através da ação da Liga dos Proprietários da Vila de São Miguel em Afogados. A partir daí são criadas, nos diferentes bairros, **associações e ligas de moradores** que tinham como objetivo garantir a ocupação de alagados e morros, além da conquista de serviços de infra-



estrutura como água, luz, esgoto, transporte, etc. Contudo, é somente a partir da década de 50 que ocorre a unificação dessas manifestações coletivas, através das **associações de moradores de bairro**. Nesse período as associações de moradores se multiplicam e consolidam uma relação com o poder local, sobretudo a nível municipal.

Segundo Boschi (1987: 46) as associações de moradores configuram-se *“como uma estrutura organizada que alimenta a dinâmica da política comunitária e atua como intermediária entre as agências e as comunidades locais para o encaminhamento das várias demandas”*. Desse ponto de vista, as lutas empreendidas pelas associações de moradores, se inserem no universo dos movimentos urbanos uma vez que a dimensão institucional é parte integrante da lógica da ação coletiva desenvolvida por esses movimentos. Neste sentido, *“a organização é também ação coletiva, porque comporta uma ação para a consecução de metas comuns e a ação coletiva implica a organização em algum momento, mesmo que não pareça estruturada no início”*<sup>22</sup>.

Na primeira metade da década de 50, forma-se em Pernambuco a *“Frente do Recife”*<sup>23</sup>, que elege como prefeito da cidade, em 1955, Pelópidas Silveira, mantendo-se vitoriosa nas eleições seguintes, com Miguel Arraes, em 1959, e novamente Pelópidas

---

<sup>22</sup> “As análises dos NMS contrastam inadequadamente as práticas não-institucionais e as institucionais, porque sugerem que as primeiras são melhores e presumem que as últimas não estão presentes de saída na lógica da ação coletiva.”. Ver Boschi, op. cit, p.37.

<sup>23</sup> A *“Frente do Recife”* é constituída, num primeiro momento, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que encontrava-se na ilegalidade. Posteriormente, a Frente efetiva alianças com setores conservadores da União Democrática Nacional (UDN).

Silveira em 1963. A nível do Governo do Estado, vence as eleições de 1958 com Cid Sampaio e, em 1962 com Miguel Arraes.

A política implementada pela “*Frente do Recife*” em relação ao Movimento de Bairro, consiste em estimular a formação de associações de moradores. Neste sentido:

*“(...) o relacionamento entre o Movimento de Bairro e os prefeitos da ‘Frente’ foi estreito e possibilitou em certa medida, a participação das classes populares. Eram prefeitos que, por força de seus projetos políticos e por suas fases de sustentação deram prioridade à questão social, especialmente à população mais pobre” (César, 1985).*

Note-se porém, que a relação do MB com o PCB, em torno dos problemas da cidade, gerou um processo de reação dos setores conservadores, Assim

*“(...) em 1962 o governador Cid Sampaio, já rompido com o prefeito Arraes, objetivando neutralizar a influência da esquerda, principalmente do Partido Comunista, utiliza em relação as associações de bairro a estratégia de estimular a criação de outras organizações. Neste contexto é que ocorre o estímulo à criação da União dos Bairros do Recife (UBR) e das Uniões de Moradores” (Etapas, 1989: 27)<sup>24</sup>.*

---

<sup>24</sup> Esta pesquisa realizada pela ETAPAS teve como objetivo analisar o Movimento de Bairro do Recife e seu relacionamento com a prefeitura entre 1955 à 1989.

Em 1963 os moradores, a partir da articulação entre diversas associações e tendo o apoio dos governos estadual e municipal da “*Frente do Recife*” e, sobretudo, de outros segmentos sociais, como o PCB, criaram a Federação dos Bairros do Estado de Pernambuco (FABEP). Em meio à conjuntura nacional do Governo João Goulart, com sua intenção de efetuar “*reformas de base*” desenvolve-se um clima favorável para a organização das classes subalternas e dos setores médios que se identificam com as reformas propostas.

No que concerne a organização dos moradores na RMR, é possível verificar, neste período, duas formas básicas de ação coletiva. A primeira diz respeito às lutas que se formam a partir das necessidades dos moradores, embora exista o apoio e, por vezes, iniciativa de segmentos dos partidos e das administrações estadual e municipal comprometidas com as reivindicações oriundas do seio do movimento. A segunda forma é aquela que se desenvolve por iniciativa e deliberação exclusiva dos órgãos governamentais para neutralizar o desenvolvimento de práticas consideradas “*combativas*” e que estão articuladas aos partidos de esquerda.

A partir de 1964, delineia-se uma nova fase do Movimento de Bairro. Diante da conjuntura nacional, do regime autoritário implantado com o golpe militar, os canais de organização da sociedade civil perdem seu caráter de interlocutores políticos e seu funcionamento é proibido.



Inserido neste contexto, o Movimento de Bairro também sofre as determinações do autoritarismo então vigente e a prática das Associações de Moradores, tal como vinha se desenvolvendo predominantemente, se modifica. Segundo Gohn (1992: 24), as Associações vivenciam durante o período da ditadura militar:

*“(...) uma fase assistencialista e de resistência ao mesmo tempo. Programas de lazer e assistência social foram implementados com sua ajuda, assim como mecanismos de controle social a nível do bairro. Contudo, foi também um período de resistência, porque elas lograram sobreviver como um dos raros canais de acesso à população.”*

Os prefeitos do Recife entre 1964 e 1978<sup>25</sup> em sintonia com a conjuntura nacional, implementam a política de “modernização” da cidade. Os recursos existentes são destinados, sobretudo, às grandes construções, como os viadutos e as avenidas, ficando as questões sociais relegadas a segundo plano.

Este modelo de desenvolvimento, posto em prática, resultou num aumento considerável da especulação imobiliária e numa “(...) situação de estrangulamento na

---

<sup>25</sup> Durante este período o prefeito passa a ser indicado pelo governador, que por sua vez, era nomeado pelo presidente da República. Desse modo, no Recife, assume em 1964, com a cassação de Pelópidas, o vice-prefeito Augusto Lucena. Em 1969 o prefeito é Geraldo Magalhães; em 1971 novamente é nomeado Augusto Lucena; em 1975 assume a prefeitura Antônio Farias e em 1979, o então governador Marco Maciel nomeia Gustavo Krause como prefeito do Recife e, finalmente, encerrando este círculo de nomeações, em 1983 Joaquim Francisco é nomeado prefeito.

*relação população 'versus' bens de consumo coletivo. Esse quadro se agrava pelo fato de o regime militar colocar sérios obstáculos a solução dos problemas emergentes, ao concentrar na esfera federal grande parte dos recursos municipais*" (Silva, 1988: 16). Observa-se, então o aumento da situação de miséria expressa na multiplicação das favelas e dos bairros afastados, criados para acolher um número cada vez maior de famílias que, expulsas do campo ou das chamadas "*áreas nobres*" da cidade, se avolumam na periferia dos centros urbanos.

Na efetivação desse modelo de desenvolvimento, o Movimento de Bairro não se constitui num interlocutor para os programas sociais e demais ações comunitárias, que são efetivadas pelos governos municipal e estadual sempre de forma vertical. Somente a partir da gestão dos dois últimos prefeitos nomeados (Gustavo Krause e Joaquim Francisco) que administram a cidade do Recife, entre 79 e 85, é possível identificar formas diferentes na relação com o Movimento de Bairro.

Gustavo Krause, já em seu discurso de posse em 1979, evidencia o tipo de relação que a prefeitura iria manter com o movimento organizado dos moradores. Num trecho do discurso de posse, afirma: "*(...) é meu compromisso que o povo não me fará pedidos porque me anteciparei na satisfação de sua vontade. Subirei morros, visitarei palafitas, percorrerei a sabedoria de vivência feita: o Governo se fará da cidade para a Prefeitura e não da Prefeitura para a cidade (...)*". Através desse discurso de Krause é possível apreender o descompasso entre as estratégias postas em prática pela Prefeitura e a



dos movimentos. Enquanto estes últimos começavam a gestar nas suas reivindicações a noção de que direitos precisavam ser atendidos, a Prefeitura recorria ao fato de que “*pedidos*” deveriam ser atendidos e ainda revelava sua intenção de, à revelia das reivindicações feitas pelos moradores, antecipar o que supostamente seriam suas necessidades<sup>26</sup>.

Durante a primeira gestão de Joaquim Francisco (1983 - 85), segundo pesquisa realizada pela ETAPAS (1989: 52) “*não se detecta nenhuma estratégia política específica de conquistar ou arregimentar, para o jogo político, o Movimento de Bairro*”. Tal fato parece constituir-se na própria estratégia, visto que a Prefeitura insiste em atender individualmente as lideranças que ela reconhece como tal, evitando, assim, a negociação com os representantes considerados legítimos na esfera do movimento organizado.

Durante essas duas administrações, assume maior visibilidade nos bairros a presença de vereadores e deputados que atuam de forma clientelista no atendimento das necessidades da população. Alastra-se, também, a ação dos cabos eleitorais que, na diretoria das associações, reproduzem o discurso e a prática do clientelismo e da tutela.

Já no final da década de 70 surgem as mobilizações em torno do processo de

---

<sup>26</sup> Exemplos concretos desse processo foram os programas “*Levante a mão e defenda o seu bairro*” e “*Um por todos*” que chegavam nas áreas de execução como projetos acabados, embora que para sua efetivação fosse necessário o trabalho gratuito dos moradores em obras de pavimentação, escadarias, etc.



democratização do país. Destaca-se, também, o retorno à cena pública dos partidos políticos comunistas que estavam na ilegalidade, bem como a criação do PT no início da década de 80 e de outros partidos que se organizavam na sombra do MDB e da ARENA. Esta conjuntura repercute sobre o Movimento de Bairro que, num primeiro momento, sob uma forte influência dos setores progressistas da Igreja Católica e dos partidos de esquerda vão resgatando, através de grupos e comissões específicas (Clube de Mãe, Grupo de Jovens, Comissões em torno das questões de saúde, etc) sua função política no bairro e no contexto mais amplo da cidade.

Como demonstrativo desse fato temos em 1975 o “*Movimento Terras de Ninguém*” que resgata a luta dos moradores de Casa Amarela pela posse da terra para 18.000 moradores. Outro momento importante no processo de reorganização do Movimento de Bairro no Recife é a fundação, em 1978, da Pró-Federação de Casa Amarela que, em 1982, foi transformada em Federação, a FEACA. Durante o final da década de 70 e início dos anos 80, o conjunto de lutas desenvolvidas em diferentes bairros se unifica nas Assembléias de Bairro<sup>27</sup>.

Nesta conjuntura de “*abertura política*” ocorre uma movimentação na sociedade civil, onde algo novo emergia na história política do país. “*Trata-se de grupos*

---

<sup>27</sup> Na próxima seção retoma-se a discussão em torno das assembléias de bairro.

*populares os mais diversos que irrompiam na cena pública, reivindicando seus direitos a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos” (Sader, 1988: 26).*

O Movimento de Bairro, por sua vez institui novas formas de lidar com carências que se manifestam na esfera cotidiana na vida dos indivíduos. Trata-se, então, de um processo de enfrentamento dos problemas vivenciados no bairro baseado na perspectiva do reconhecimento da noção de direito. Assim, *“não só em Recife, como em todo o Brasil, os Movimentos Sociais, nesta fase, foram pouco a pouco, elaborando valores cujo significado consistia, em última instância, em inscrever as carências no campo do direito”* (Souza, 1990: 119). A noção do direito à habitação, saúde, transporte, etc. inicia, segundo Durhan (1984:29) *“(...) um processo de construção coletiva de uma nova cidadania, definida por um conjunto de direitos, tomados como auto-evidentes, que é pressuposto da atuação política e fundamento da legitimidade do poder”*.

O movimento, neste período, travou uma batalha para se reorganizar e ser reconhecido pelos partidos políticos, governos estadual e municipal e outros segmentos sociais como canais de representação das necessidades dos indivíduos em relação aos problemas da vida na cidade. Entre momentos de adesão às propostas autoritárias, seus métodos de luta parecem se configurar numa perspectiva permanente de consolidação de *“espaços”* de participação política na esfera da sociedade civil.

A partir de 1985, durante o governo da Nova República, houve uma tentativa de alterar a relação do Estado com as demandas sociais advindas dos setores organizados da população. Segundo Diógenes (1991: 125)

*“(...) o Estado, antes restrito ao posto de sociedade política, articula-se com os movimentos sociais, através de políticas sociais de natureza participativa, a fim de garantir sua legitimidade, mediando e situando-se nas lutas ‘fora do Estado’ em sentido restrito”.*

Nestas circunstâncias, o Governo Federal implementa algumas medidas de descentralização das políticas públicas através dos governos estaduais e municipais que são convocados a reconhecer os movimentos de bairro, sobretudo através das associações de moradores, como interlocutores que devem participar na execução dos programas de corte social do governo. Configura-se, então, um novo momento político no enfrentamento das questões sociais, com o Estado elaborando um discurso oficial de participação na perspectiva de aproximação com os setores populares.

Sob a égide da Nova República, no Recife<sup>28</sup>, com Jarbas Vasconcelos a frente da Prefeitura, desenvolve-se o programa **“Prefeitura nos Bairros”**. Tal projeto, segundo documento da PCR, se fundamenta em três diretrizes básicas: **“assegurar a**

---

<sup>28</sup> Vale considerar que em termos de aliança eleitoral, *“a conjuntura nacional não explica por completo o quadro político no Recife. As forças que, a nível nacional, formam a Aliança Democrática e dão sustentação ao governo Sarney, em Pernambuco se encontram divididas”*. (ETAPAS, 1989: 65)



*transparência de decisões e ações; descentralização e aproximação da população; estímulo e institucionalização da participação popular direta e indiretamente no cotidiano da administração”.*

De fato, pesquisas realizadas pela ETAPAS e o próprio depoimento de alguns dirigentes entrevistados durante a pesquisa confirmam que o programa “*Prefeitura nos Bairros*” trouxe alguns ganhos para a organização do Movimento de Bairro, no sentido de forjar o processo de discussão e elaboração de propostas que deveriam ser apresentadas ao poder público. A efetivação desse programa é atravessada, no entanto, por inúmeros problemas que vão desde a antiga questão das associações que se formam à revelia da história de organização dos moradores, até as dificuldades encontradas pelos dirigentes no processo de institucionalização da participação popular. Afinal, “(...) *a proposta de transparência da municipalidade vai colocar em foco as contradições que informam as decisões e prioridades do governo. Embora a discussão, a participação, a escolha de prioridades a serem atendidas e a alocação de recursos sejam objeto de reuniões e encontros da Prefeitura com a população, os problemas emergentes remetem as condições de reprodução da sociedade*” (Silva, 1988: 23).

No período anterior (64 - 85), notadamente a partir do final da década de 70, com a liberalização do Regime Militar a prática dos movimentos tinha, prioritariamente, um caráter reivindicativo (passeata, abaixo-assinado, etc). No momento em que se tornam interlocutores do Estado, no próprio campo institucional dos órgãos do governo, os

movimentos passam a enfrentar uma dificuldade a mais que decorria da própria condição em que se encontravam, tendo de elaborar propostas para levar à Prefeitura, e manter, ao mesmo tempo, seu caráter reivindicativo e autônomo. As avaliações procedidas junto aos dirigentes de Associação de Bairro à época, mostram que a dependência financeira, a inexistência de uma receita orçamentária própria constituíram os principais fatores responsáveis pela adesão das associações aos projetos oficiais, combinando o mínimo de realizações estatais com o máximo de prejuízo dos interesses sociais.

A segunda experiência do programa Prefeitura nos Bairros, ora em execução na atual gestão de Jarbas Vasconcelos (1993 - 1995), vem intensificando as dificuldades manifestadas na fase de implantação do projeto. Um dos principais problemas refere-se ao fato de que *“algumas lideranças populares, ao verem frustrados seus pleitos, têm acusado o atual governo municipal de idêntico aos anteriores, pelo fato de prometer e não fazer”* (Silva, 1988: 23). Como pano de fundo dessa problemática está a idéia de que o movimento precisa manter viva a sua capacidade de analisar de modo crítico e conseqüente as ações do Estado em todos os níveis e não atrelar suas lutas aos programas governamentais.

Entre as duas administrações de Jarbas Vasconcelos, a gestão Joaquim Francisco/Gilberto Marques Paulo (1990 - 1993), assume as características de um hiato, de perfil conservador. O movimento organizado de moradores é colocado em segundo plano, face ao atendimento individual das lideranças dos bairros e dos vereadores, de



acordo com suas bases eleitorais. Tal fato contribuiu significativamente para o comprometimento do processo de negociação dos movimentos de bairro. Nesse período, o avanço das práticas participativas é muito discreto sugerindo o refluxo dos MSU's ao nível local.

## **2.2. O Processo de Criação da FEMEB: uma instância de coordenação**

Desde seu aparecimento no cenário urbano, na década de 30, o Movimento de Bairro do Recife tem demonstrado que sua ação e objetivos de luta não estão restritos às iniciativas do poder público estadual ou municipal, da Igreja e dos partidos políticos, embora em diferentes conjunturas e situações tenha se articulado, bem como recebido apoio desses e de outros segmentos representativos da sociedade.

Neste sentido, no início dos anos 80, sob a atmosfera política de uma sociedade civil que se reencontrava consigo mesma num processo de democratização, o Movimento de Bairro encampa uma luta cujo desdobramento se transformaria, anos seguintes, na criação de uma entidade federativa de bairros a nível da RMR. Com o objetivo de reunir representantes das AM's dos diversos bairros para, numa ação conjunta, discutir e encaminhar soluções referentes aos problemas de expulsões e violências provocadas pelo poder público (Justiça e Polícia) formou-se, por iniciativa da Comissão de Justiça e Paz e Ação Social da Arquidiocese de Olinda-Recife, um movimento denominado de Assembléia de Bairros.



Nesta mesma época, fortes chuvas caem sobre a cidade do Recife, provocando enormes enchentes que desabrigam inúmeras famílias, além de ter resultado na morte de aproximadamente 60 pessoas<sup>29</sup>. Diante desse fato, a Assembléia de Bairros assume a coordenação do movimento reivindicatório, ao nível local, que objetivava, inicialmente, encontrar espaços para acolher os desabrigados. O marco referencial dessa luta foi uma passeata de protesto com cinco mil pessoas<sup>30</sup> até o Palácio do Governo.

Daí em diante, representantes de AM's de cerca de 40 bairros passam a promover, assembléias para discutir os problemas que atingem o seu cotidiano. Aos poucos, a Assembléia de Bairros ganha força e expressão junto às AM's e sua base, bem como *“vai assumindo as reivindicações urbanas relativas à posse da terra, habitação, saneamento básico e transportes coletivos, passando a reunir em suas plenárias uma quantidade crescente de bairros, que lhe conferiam uma certa representatividade entre os moradores mais engajados e algum respeito frente aos poderes governamentais. Tal respeito foi conquistado a duras penas, pois no começo dos anos 80, a administração pública ignorava a Assembléia de Bairros e negava-se a negociar diretamente com seus líderes”*<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Informação obtida através de documentos produzidos pela FASE (1985) e ETAPAS (1989).

<sup>30</sup> Este dado foi obtido através de ETAPAS (1989: 56), bem como foi lembrado por alguns dirigentes entrevistados na realização deste trabalho.

<sup>31</sup> Extraído do documento produzido pela FASE sobre os limites e dilemas da participação popular.

Perpassam todo o processo de articulação da Assembléia de Bairros as divergências ideológicas e partidárias entre os seus participantes, o que dava um tom polêmico, vivo, às discussões e, ao mesmo tempo, afastava diversos setores de seu campo de atuação. Vale salientar, no entanto, que um certo amadurecimento político dos dirigentes mais experientes e a necessidade concreta de união, imposta pela conjuntura que atravessava o país naquele momento, em face do clima de mobilização nacional pelas Diretas Já – foram determinantes para o prosseguimento da organização dos bairros. Apesar das divergências partidárias e ideológicas, o rumo da organização não ficou comprometido nem sofreu descontinuidade em consequência de práticas de caráter instrumental. A Assembléia prossegue em seu trabalho de aglutinar os bairros, não desanimando frente a toda ordem de obstáculos encontrados em seu percurso. O saldo dessas lutas e dificuldades alicerçou a criação da Federação Metropolitana de Entidades de Bairros do Recife, em setembro de 1987.

Essa Federação, além de não ser a única, também não foi a primeira existente no Recife. Durante a administração de Krause, em 1980, já havia sido criada uma federação estadual com o objetivo de dar apoio às associações criadas pelo Estado: a FEMOCOHAB. Por outro lado, a política de cooptação e atrelamento das entidades de bairro levava à fundação da FECOPE, em 1983 na gestão Joaquim Francisco (ETAPAS, 1989).

A particularidade da FEMEB consiste muito mais, portanto, na forma como se deu sua criação. Ao invés de uma decisão governamental, que ignora o processo de luta do Movimento de Bairro, a iniciativa, neste caso específico, decorreu de um processo de mobilização e participação, de discussão permanente com as AM's e demais entidades que atuavam de forma organizada no movimento. Um processo que durou aproximadamente sete anos. É ilustrativo desse fato “*a expressiva presença no congresso de fundação da federação de 107 AM's, movimentos, articulações e de 412 delegados*”<sup>32</sup>.

Sem prejuízo de suas origens no movimento popular, a criação da FEMEB também deve ser creditada ao apoio da prefeitura municipal tendo a frente o prefeito Jarbas Vasconcelos. Tal fato, segundo opinião da maioria dos entrevistados, não se constituiu numa tentativa de neutralizar ou dividir o movimento, mas do reconhecimento, por parte da administração municipal, da organização e força política do MB a nível da Região Metropolitana do Recife. A esse respeito, consta do documento de deliberação do Congresso de fundação da FEMEB a seguinte justificativa:

*“(...) há hoje uma nova forma de relacionamento do Movimento de Bairros e a prefeitura do Recife, uma vez que se estabeleceu um processo de discussão dos problemas locais, através de mecanismo institucional como o pro-*

---

<sup>32</sup> Ibid., p. 19



*grama 'Prefeitura nos Bairros'. Entretanto, a tão almejada participação e descentralização não aconteceram, as organizações populares não tem participação no processo decisório quanto às prioridades e ao orçamento do município(...) é dentro desse quadro que precisamos avançar no processo político e de organização popular como condição indispensável às nossas conquistas. A situação é bem mais grave em outras prefeituras da RMR, onde verificamos a cooptação, o clientelismo e o aparelhamento (...)"*.

O que merece destaque, ainda, no processo de criação da FEMEB é a vontade política de grande parte dos dirigentes para construir a federação. O argumento utilizado diz respeito, principalmente, à necessidade do MB ter uma entidade para aglutinar as lutas e representar o movimento frente ao governo municipal e estadual e à sociedade civil. Além da participação, buscava-se uma posição na estrutura de representação do poder local.

#### • FEMEB: Estrutura e Organização

A formalização da FEMEB ocorreu em 87, durante o I Congresso do MB no qual foram aprovadas o estatuto, o plano de lutas, bem como foi realizada a eleição da diretoria para o primeiro mandato, com a duração de três anos. Criada com o propósito de desenvolver um trabalho político de coordenação das lutas das entidades filiadas, a FEMEB tem sua dinâmica de luta determinada pelas associações e conselhos de

moradores incluídos naquela condição. E dos quadros dessas entidades é que saem os nomes para compor sua diretoria.

De acordo, com as deliberações do Congresso a estrutura organizativa da FEMEB ficou assim hierarquicamente constituída:

- Congresso;
- Assembléia Geral;
- Conselho Federativo;
- Diretoria da entidade formada pela executiva e departamentos.

O Congresso que é a instância máxima de deliberação da Federação é constituído pelos delegados de todas as entidades filiadas. Reúne-se ordinariamente de três em três anos e extraordinariamente sempre que a diretoria ou um terço das entidades filiadas ou, ainda, dois terços dos delegados julgarem necessário. É de competência do Congresso discutir e aprovar as bandeiras de lutas gerais e específicas da Federação, relacionando-as a conjuntura nacional, estadual e municipal, além de:

- a) eleger e empossar a diretoria do FEMEB;
- b) determinar e informar a linha política da FEMEB;
- c) deliberar, modificar ou reformar os estatutos e Regimento interno da FEMEB<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Estatuto da FEMEB capítulo IV, artigo 14º.

A Assembléia Geral, segunda instância de poder da Federação é constituída por dois delegados titulares e um suplente de cada entidade filiada que se reúne ordinariamente uma vez por ano<sup>34</sup>.

O Conselho Federativo, terceira instância de deliberação da FEMEB é constituído por seis delegados de cada entidade federativa filiada e reúne-se ordinariamente de três em três meses<sup>35</sup>.

De acordo com o estatuto da FEMEB no seu capítulo VII a Diretoria, órgão executivo da Federação, é composta por quatro membros titulares (Presidente, Vice-presidentes, secretário, tesoureiro), seus respectivos suplentes (segundo vice-presidente, segundo secretário, segundo tesoureiro) e os diretores dos departamentos que estão distribuídos em: Habitação; planejamento; transportes; saúde; comunicação; educação e cultura; meio ambiente; abastecimento; assuntos especiais; assuntos da mulher; obras e urbanismo; esporte, lazer e eventos; assuntos da criança, do adolescente e idoso. Com a estadualização da entidade ocorrida em 1993, foram acrescentados oito cargos de vice-presidente regional (Metropolitano; Mata Sul, Mata Norte, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Sertão do Vale do São Francisco, Sertão de Pajeú e Sertão de Araripe)<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> Estatuto da FEMEB capítulo V, artigo 18º.

<sup>35</sup> Estatuto da FEMEB capítulo VI, artigo 24º.

<sup>36</sup> A composição da diretoria da FEMEB foi alterada durante o III Congresso do MB realizado em novembro de 1993 que estadualizou a entidade, alargando, assim, sua área de atuação da RMR para todo o Estado de Pernambuco.



Podem filiar-se à FEMEB as associações, conselhos de moradores e entidades afins, bem como entidades federativas comunitárias. De acordo com os registros existentes, o número de entidades filiadas era de 170 em 1994, as quais se fizeram representar nas eleições para a diretoria através dos delegados previamente escolhidos.

Como foi salientado, o objetivo principal da FEMEB consiste na aglutinação das entidades filiadas. Para tanto, promove reuniões, debates que possibilitem o acompanhamento da realidade da base do MB e seu poder de representação junto às filiadas em assuntos de interesse do conjunto do movimento. Além do trabalho de coordenação e articulações das lutas dessas entidades, a FEMEB, destina-se também a realizar estudos, treinamentos e outras atividades com vistas à formação e capacitação política dos dirigentes comunitários. Na dinâmica organizativa da Federação constitui um aspecto fundamental sua articulação com outros movimentos e entidades comprometidas com as lutas democráticas.

- **FEMEB: Das principais lutas à crise de representatividade**

De acordo com os estatutos, o papel estratégico da FEMEB consiste em:

- a) garantir a democracia interna e tomar decisões coletivas;
- b) unificar as lutas do movimento;
- c) garantir a autonomia do movimento frente a outras instituições (partidos, Estado, Igreja, etc);
- d) priorizar uma política de mobilização de massas e organização do movimento;
- e) promover articulação com outras entidades e movimentos, inclusive o sindical;
- f) lutar por um conselho de representantes forte e representativo, respeitando suas decisões e encaminhamentos;
- g) garantir a participação dos conselhos e associações de moradores, nas diversas instâncias no interior da FEMEB bem como sua autonomia política e financeira.

Nessa perspectiva, o plano de ação da FEMEB é elaborado com base em bandeiras de lutas gerais e específicas que se redefinem de acordo com a conjuntura nacional e local, segundo as estratégias utilizadas pela federação no dia-a-dia, nas reivindicações e lutas por melhorias urbanas. Nas três gestões da FEMEB analisadas neste trabalho (1987/89/91), as lutas gerais incorporam as reivindicações da classe trabalhadora:

- **pela reforma agrária**, considerando suas implicações nas condições da vida urbana;

– **pela reforma urbana** tendo em vista a efetivação de uma política habitacional voltada aos interesses populares, onde o direito à moradia prevaleça sobre o direito de propriedade;

– **por um sistema de saúde e educação descentralizado** e em condições de atender as demandas da maioria da população.

Quanto às lutas específicas, elas se originam a partir de reivindicações, sobretudo, nos seguintes setores: transporte, educação e cultura, habitação, saneamento, saúde, segurança pública e abastecimento alimentar. A primeira diretoria da FEMEB elegeu como prioridade o trabalho de aglutinação das entidades de base, anteriormente iniciado com as assembléias de bairros.

Assim, promoveu diversas reuniões com suas filiadas para discutir, conjuntamente, as estratégias que a federação deveria desenvolver no encaminhamento das lutas específicas e sobre a postura da FEMEB em relação à prefeitura, ao governo do Estado e a conjuntura nacional. A linha de trabalho implementada durante esta gestão contribuiu para divulgação e fortalecimento da entidade, com a assessoria da FASE, CEAS, GAJOP, Comissão de Justiça e Paz e ETAPAS.

No que diz respeito à relação com os partidos políticos, algumas observações podem ser antecipadas, a partir do depoimento a seguir:



*“Desde as assembléias de bairro que há uma forte influência da linha política de esquerda. Veja bem, a FEMEB surgiu graças a ação de militantes que estavam também nos partidos (PT, PCB - na época - e outras correntes combativas). Até a segunda gestão havia um respeito: os dirigentes sabiam separar o que é o partido e o movimento e o papel da FEMEB”.*

A opinião desse ex-dirigente da FEMEB foi confirmada em outros depoimentos colhidos, como também nas entrevistas complementares realizadas durante a pesquisa com outros dirigentes do MB e técnicos das ONG's que prestam assessoria ao movimento. Observa-se que durante a primeira e a segunda gestão, a postura assumida pela diretoria contribuiu para dinamizar e democratizar o trânsito entre a Federação e a base do Movimento de Bairro, além de estabelecer uma relação democrática, baseada num confronto entre os saberes do próprio Movimento de Bairro, da Igreja, partidos políticos, Estado e ONG's. Ou seja, a FEMEB, enquanto entidade representativa do MB, soube interagir com diversas instituições e práticas sociais sem perder sua autonomia.

Durante a terceira gestão desencadeia-se uma crise interna na entidade. Tal crise se manifesta sob diferentes ângulos:

1. Nas relações internas, entre os próprios dirigentes, que possuem diferenças profundas quanto à funcionalidade e ao papel estratégico da federação.

A insatisfação com a atuação do órgão ganha visibilidade neste trecho da carta-renúncia de três dirigentes, em fevereiro de 1993: *“(...) até as reuniões da diretoria não chegam mais a acontecer com regularidade, ficando a direção centralizada na figura do presidente. Apesar da FEMEB ter uma presença mais constante nos meios de comunicação especialmente nos jornais, o que consideramos um ponto positivo, essa presença quase sempre fica restrita a pessoa do presidente (...). Nenhuma mobilização tem sido puxada pela FEMEB, seja na área de transportes, habitação ou educação. Lembramos que apenas colocar o nome da FEMEB em articulação mais ampla da sociedade, a exemplo da campanha “Fora Collor” não basta (...)”*

## 2. Na relação com outras instituições e práticas sociais

Observou-se, ao longo da realização deste trabalho, que a FEMEB, na sua terceira gestão, se distanciou das organizações que historicamente prestam assessoria ao Movimento de Bairro (FASE, ETAPAS, GAJOP, etc) na RMR. Com isso, a federação deixou em segundo plano as discussões sobre o seu papel estratégico de fortalecer e representar o Movimento de Bairro, passando a se burocratizar e a tomar decisões à revelia das entidades filiadas.

Intensifica-se, também, durante essa gestão, o desenvolvimento de uma relação instrumental entre a FEMEB e alguns deputados estaduais, no sentido de descaracterizar o debate coletivo sobre a política, as eleições e as reivindicações do

movimento em nome de uma relação personalizada entre dirigente e deputado. Isto se torna problemático à medida que acordos podem ser firmados com base em posturas eleitoreiras e clientelistas. Segundo depoimento de um dirigente *“a FEMEB vem se constituindo numa representação de parlamentares, que nem do partido são. Do ponto de vista político não tem mais credibilidade (...)”*

### 3. Na funcionalidade de suas instâncias deliberativas:

De acordo com um dirigente entrevistado *“o conselho de representantes se reunia uma vez por mês para a prestação de contas, para discussão. Agora (3ª gestão) isto já não acontece: a diretoria faz o que pretende”*.

Nas disputas internas do Movimento de Bairros, uma nova polêmica diz respeito ao processo de estadualização da federação. O Congresso realizado em novembro de 1993, na sua própria convocação, já se auto-intitula I Congresso Estadual da FEMEB. A decisão de estadualizar a FEMEB não foi amplamente discutida no âmbito do Movimento de Bairro, o que mais uma vez traduz um certo distanciamento entre a federação e as entidades de base.

Com efeito, duas chapas disputaram a diretoria da entidade meio a um caloroso embate político. No entanto, com a vitória de segmentos da oposição, o processo democrático das eleições foi interrompido, diante do recurso da chapa derrotada. Encaminhado para a Justiça comum, em primeira instância, a chapa vitoriosa no



Congresso assume a diretoria. Depois de aproximadamente três meses nova medida judicial atribui porém a direção da FEMEB à sua antiga diretoria. Tal processo, até a conclusão deste trabalho, permanecia em aberto, aguardando decisão final da Justiça. A FEMEB chega, portanto, aos anos noventa com inúmeros desafios quanto à democratização de suas relações e direcionamento das ações políticas.

Observa-se, no entanto, a preocupação e o desejo dos integrantes do movimento no sentido de viabilizar a federação enquanto uma entidade portadora de uma política alternativa e autônoma, diferenciada de outras que vivem do clientelismo e dos compromissos eleitoreiros.

## **CAPÍTULO III**

### **A Relação Movimento de Bairro - Partidos Políticos na Perspectiva dos Dirigentes Comunitários**

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa realizada, com o objetivo de analisar como se concretiza a relação do MB com os partidos políticos.

Em acordo à metodologia adotada, além do levantamento documental, incluindo a consulta aos estatutos, relatórios e atas referentes às três últimas gestões da FEMEB, foram utilizados os depoimentos dos dirigentes, tomando como referência as seguintes indagações: O MB está construindo uma relação democrática com os partidos políticos, na busca de um confronto entre saberes, ou limita-se a reproduzir articulações de caráter instrumental? Em que medida a atuação concreta dos dirigentes do movimento, que também são militantes partidários, contribui para demarcar as diferenças existentes entre as duas esferas, visando a efetivação de relações autônomas?

A interação movimento/partido é apreendida no discurso das lideranças do MB, admitida a influência de sua visão de mundo na direção social da entidade e no encaminhamento das ações políticas. Como já foi referido anteriormente o estudo exploratório inicial permitiu a identificação de 50 dirigentes da FEMEB. Os entrevistados

(16) integram a amostra retirada de um segmento desse universo, delimitado segundo critérios de filiação e exercício da função dirigente.

No primeiro item procura-se caracterizar o perfil social dos entrevistados, considerando aspectos das suas condições pessoais, além, de situar as motivações e expectativas da sua inserção no MB e no movimento político partidário. A seguir, o estudo mostra como os dirigentes percebem a relação do MB com os partidos políticos: as ambigüidades, os limites e as possibilidades para o entendimento efetivo das articulações entre essas esferas.

No terceiro e último item procura-se analisar o papel do dirigente na construção da dimensão política do MB, onde se prioriza a discussão sobre a influência dos partidos na ação do dirigente e como se expressa a sua condição intelectual no plano da ação coletiva.

### **3.1. Perfil dos Dirigentes Comunitários**

Os dirigentes dos movimentos sociais na sua prática cotidiana imprimem uma orientação política à ação do movimento, de onde se pode concluir que a construção da relação entre o MB e os partidos políticos depende também do posicionamento político-ideológico assumido por esses agentes.



Nessa perspectiva, o objetivo de traçar um perfil dos dirigentes entrevistados apresenta-se como algo necessário, uma vez que a caracterização da realidade de vida quanto a idade, ao sexo, trabalho, opção partidária, as condições nas quais se aproximou do movimento e do partido e o tempo de militância constituem aspectos que, de certa maneira, influenciam na visão de mundo do dirigente e, conseqüentemente, no tipo de relação desenvolvida entre o MB e os partidos políticos.

#### • Caracterizando o Grupo Dirigente

Em primeiro lugar, vale considerar que a amostra pesquisada é composta, em sua totalidade, por indivíduos do sexo masculino. Isto não significa que, ao longo das três gestões da FEMEB, as mulheres não tenham exercido cargos de direção. No entanto, por ocasião da realização da pesquisa, das três dirigentes localizadas, duas não se encontravam dentro dos critérios estabelecidos e a outra por motivo de doença, não pôde ser entrevistada.

O dirigente da FEMEB é, por sua origem o homem do interior, apenas 30% dos entrevistados nasceram no Recife, embora todos os outros se encontrem residindo na RMR há mais de 10 anos. É possível que os fatores físicos, sócio-econômicos e culturais ligados à sua infância ainda influam no comportamento atual. Observa-se, porém, que essa influência da origem rural é bastante relativizada pela convivência no meio urbano, sua condição de assalariado e também pela própria experiência associativa no MB. Pode-

Nessa perspectiva, o objetivo de traçar um perfil dos dirigentes entrevistados apresenta-se como algo necessário, uma vez que a caracterização da realidade de vida quanto a idade, ao sexo, trabalho, opção partidária, as condições nas quais se aproximou do movimento e do partido e o tempo de militância constituem aspectos que, de certa maneira, influenciam na visão de mundo do dirigente e, conseqüentemente, no tipo de relação desenvolvida entre o MB e os partidos políticos.

#### • Caracterizando o Grupo Dirigente

Em primeiro lugar, vale considerar que a amostra pesquisada é composta, em sua totalidade, por indivíduos do sexo masculino. Isto não significa que, ao longo das três gestões da FEMEB, as mulheres não tenham exercido cargos de direção. No entanto, por ocasião da realização da pesquisa, das três dirigentes localizadas, duas não se encontravam dentro dos critérios estabelecidos e a outra por motivo de doença, não pôde ser entrevistada.

O dirigente da FEMEB é, por sua origem o homem do interior, apenas 30% dos entrevistados nasceram no Recife, embora todos os outros se encontrem residindo na RMR há mais de 10 anos. É possível que os fatores físicos, sócio-econômicos e culturais ligados à sua infância ainda influam no comportamento atual. Observa-se, porém, que essa influência da origem rural é bastante relativizada pela convivência no meio urbano, sua condição de assalariado e também pela própria experiência associativa no MB. Pode-

se dizer mesmo, que o perfil social do dirigente reflete as características gerais do quadro de associados no meio urbano<sup>37</sup>.

Na amostra observada, mais de 70 % dos dirigentes têm menos de 50 anos de idade, sendo que 43,75 % se encontram na faixa etária entre 31 e 40 anos.

**TABELA I**

**Distribuição dos Dirigentes Segundo Faixa Etária e o Grau de Escolaridade**

| Faixa<br>Etária | Escolaridade |              |          |              |          |             | Total     |            |
|-----------------|--------------|--------------|----------|--------------|----------|-------------|-----------|------------|
|                 | 1º Grau      |              | 2º Grau  |              | 3º Grau  |             | ABS       | %          |
|                 | ABS          | %            | ABS      | %            | ABS      | %           |           |            |
| 21 - 30         | —            | —            | 1        | 6,25         | —        | —           | 1         | 6,25       |
| 31 - 40         | 2            | 12,5         | 2        | 12,5         | 3        | 18,75       | 7         | 43,75      |
| 41 - 50         | —            | —            | 2        | 12,5         | 3        | 18,75       | 5         | 31,25      |
| 51 - 60         | 1            | 6,25         | 2        | 12,5         | —        | —           | 3         | 18,75      |
| <b>TOTAL</b>    | <b>3</b>     | <b>18,75</b> | <b>7</b> | <b>43,75</b> | <b>6</b> | <b>37,5</b> | <b>16</b> | <b>100</b> |

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora

Os dados sugerem que o movimento escolhe os dirigente em idade produtiva, somando experiência à educação formal. Conforme indica a Tab. 1, quase metade dos entrevistados concluiu o segundo grau (43, 75%) e 37,5% fizeram curso

<sup>37</sup> Ver relatório ETAPAS, 1988.



universitário. O nível de escolaridade sugere que os filiados esperam dos dirigentes uma atuação segura, mas também esclarecida e atualizada.

Vale ressaltar, aliás, que a maioria dos entrevistados reconheceu que a sua participação no MB e no partido político incentivou a retomada dos estudos. É ilustrativo desse fato o depoimento de um dirigente que voltou a estudar depois de perceber a importância dos estudos para a sua vida política:

*“Quando eu comecei no movimento, eu tinha o 1º grau. Fui depois percebendo que a política exigia estudos, pois ajudava a compreender a realidade. Então eu entrei num curso intensivo de 2º grau e cheguei a universidade.”*

O movimento é representado como canal de participação, mas também se constitui como processo de socialização. A participação no MB, na verdade, contribui para além da educação formal, à medida que os indivíduos envolvidos têm acesso a eventos tais como seminários, discussões em grupo, debates com assessores, onde são analisadas temáticas relevantes do ponto de vista sócio-político-cultural.

Colocando em relação nível de escolaridade e a ocupação dos dirigentes, identificam-se novas questões, como se pode verificar com o auxílio da Tab. 2.

**TABELA 2**

**Distribuição dos Dirigentes Segundo Escolaridade e Ocupação**

| ESCOLARIDADE |     |       | OCUPAÇÃO      |       |                      |       |             |       |                                    |       |
|--------------|-----|-------|---------------|-------|----------------------|-------|-------------|-------|------------------------------------|-------|
|              |     |       | Func. Público |       | Assessor Parlamentar |       | Comerciário |       | Servidores técnico/administrativos |       |
| 1º_Grau      | ABS | %     | ABS           | %     | ABS                  | %     | ABS         | %     | ABS                                | %     |
|              | 3   | 18,75 | 1             | 6,25  | —                    | —     | 1           | 6,25  | 1                                  | 6,25  |
| 2º_Grau      | ABS | %     | ABS           | %     | ABS                  | %     | ABS         | %     | ABS                                | %     |
|              | 7   | 43,75 | 3             | 18,75 | —                    | —     | 3           | 18,75 | 1                                  | 6,25  |
| 3º_Grau      | ABS | %     | ABS           | %     | ABS                  | %     | ABS         | %     | ABS                                | %     |
|              | 6   | 37,5  | 1             | 6,25  | 3                    | 18,75 | 1           | 6,25  | 1                                  | 6,25  |
| TOTAL        | ABS | %     | ABS           | %     | ABS                  | %     | ABS         | %     | ABS                                | %     |
|              | 16  | 100   | 5             | 31,25 | 3                    | 18,75 | 5           | 31,25 | 3                                  | 18,75 |

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora

No que diz respeito à ocupação, 50% dos dirigentes comunitários são constituídos por funcionários públicos, entre os quais figuram servidores da administração municipal e estadual, além de assessores parlamentares.

É interessante perceber que o exercício da atividade de assessor parlamentar pressupõe uma aproximação com algum partido político ou com o próprio político (deputado ou vereador), tendo em vista tratar-se de cargo de confiança. Ressalte-se, ainda, que apesar de apenas três dirigentes (18,75%) considerarem a atividade de assessor sua principal ocupação, durante a realização dessa pesquisa verificou-se que há um

número maior deles desenvolvendo esta atividade, ainda que de forma complementar. Este dado torna-se importante principalmente por sugerir a vinculação desses dirigentes do MB com os partidos e com os políticos no seu dia-a-dia e, conseqüentemente, sua influência nas práticas do movimento. Parece que devem sua permanência na direção da FEMEB à militância num partido político ou em instituições interessadas em exercer influência na entidade ou em ter o seu controle.

Constatou-se, ainda, que a maioria dos dirigentes, até mesmo os que possuem nível superior (37,5%), desenvolvem atividades profissionais em áreas diferentes de sua formação acadêmica, recebendo baixa remuneração. É possível que a posição no movimento represente uma compensação em termos de prestígio e reconhecimento social pela comunidade.

Outro elemento a ser destacado, na construção do perfil do dirigente comunitário, diz respeito à sua experiência associativa. As tabelas seguintes se propõem a mostrar a relação entre sua posição na associação de origem, tempo de participação no movimento e posição atual do entrevistado na direção da FEMEB.

A tabela 3 confirma que todos os dirigentes entrevistados tem mais de dois anos de participação no MB, indicando que o acesso à condição de dirigente exige um período mínimo de experiência. Apenas um dos entrevistados ascendem a posição em período inferior a cinco anos.



**TABELA 3**

**Distribuição dos Dirigentes Segundo Posição na Entidade de Origem x Tempo de Participação no Movimento de Bairro**

| Posição na Entidade de Origem | Tempo de Participação no Movimento |   |            |              |             |              |                 |             | TOTAL     |            |
|-------------------------------|------------------------------------|---|------------|--------------|-------------|--------------|-----------------|-------------|-----------|------------|
|                               | Menos de 2 anos                    |   | 2 - 5 anos |              | 6 - 10 anos |              | Mais de 10 anos |             | ABS       | %          |
|                               | ABS                                | % | ABS        | %            | ABS         | %            | ABS             | %           |           |            |
| Presidente                    | —                                  | — | 1          | 6,25         | 5           | 31,25        | 2               | 12,5        | 8         | 50,0       |
| Vice-Presidente               | —                                  | — | —          | —            | 1           | 6,25         | 1               | 6,25        | 2         | 12,5       |
| Secretário                    | —                                  | — | 1          | 6,25         | 3           | 18,75        | 1               | 6,25        | 5         | 31,25      |
| Tesoureiro                    | —                                  | — | 1          | 6,25         | —           | —            | —               | —           | 1         | 6,25       |
| <b>TOTAL</b>                  | —                                  | — | <b>3</b>   | <b>18,75</b> | <b>9</b>    | <b>56,25</b> | <b>4</b>        | <b>25,0</b> | <b>16</b> | <b>100</b> |

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora

Verifica-se, ainda, que o maior número de dirigentes se encontra entre aqueles que contam entre 6 a 10 anos de participação (56,25 %). É precisamente nesse grupo que se encontra mais da metade daqueles que integram a direção da FEMEB (Tab.4).

Os entrevistados referem o longo período de participação no Movimento de Bairro e ressaltam sua atuação em mais de uma gestão como presidente ou membro efetivo da diretoria da associação a qual se encontra filiado. Observa-se, porém, que persiste a

baixa renovação dos quadros de direção, seja nas entidades de base, seja na FEMEB, onde 50% dos entrevistados afirmam sua participação em duas ou mais gestões.

**TABELA 4**

**Distribuição dos Dirigentes por Tempo de Participação no Movimento  
de Bairro x Participação na Diretoria da FEMEB**

| Tempo de Participação<br>no Movimento<br>de Bairro | Participação na diretoria da FEMEB |       |                 |       |                         |      | TOTAL |       |
|----------------------------------------------------|------------------------------------|-------|-----------------|-------|-------------------------|------|-------|-------|
|                                                    | Apenas em uma<br>gestão            |       | Em duas gestões |       | Mais de duas<br>gestões |      |       |       |
|                                                    | ABS                                | %     | ABS             | %     | ABS                     | %    | ABS   | %     |
| Menos de 2 anos                                    | —                                  | —     | —               | —     | —                       | —    | —     | —     |
| 2 - 5 anos                                         | 2                                  | 12,5  | 1               | 6,25  | —                       | —    | 3     | 18,75 |
| 6 - 10 anos                                        | 5                                  | 31,25 | 3               | 18,75 | 1                       | 6,25 | 9     | 56,25 |
| Mais de 10 anos                                    | 1                                  | 6,25  | 2               | 12,5  | 1                       | 6,25 | 4     | 25,0  |
| TOTAL                                              | 8                                  | 50,0  | 6               | 37,5  | 2                       | 12,5 | 15    | 100,0 |

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora

Os dados confirmam que existe pouca rotatividade do poder nas associações e a renovação das lideranças é apenas discreta na entidade pesquisada, coincidindo com a situação de crise vivida pelo MB. A experiência associativa é outro aspecto relevante para a caracterização do perfil dos dirigentes. Sob esse aspecto, foi considerada sua filiação partidária e também, sua participação em outras formações associativas.

**TABELA 5**

**Distribuição dos Dirigentes segundo Posição na Diretoria da FEMEB  
e Filiação à Partido Político**

| Posição na<br>Diretoria da<br>FEMEB |           |            | Filiação a Partido            |              |                                                     |              |          |             |
|-------------------------------------|-----------|------------|-------------------------------|--------------|-----------------------------------------------------|--------------|----------|-------------|
|                                     |           |            | Antes do<br>ingresso no<br>MB |              | Após eleição para posto de Direção no<br>MB e FEMEB |              |          |             |
|                                     |           |            |                               |              | MB                                                  |              | FEMEB    |             |
|                                     | ABS       | %          | ABS                           | %            | ABS                                                 | %            | ABS      | %           |
| Presidente                          | 1         | 6,25       | —                             | —            | 1                                                   | 6,25         | —        | —           |
| Vice-Presidente                     | 3         | 18,75      | 1                             | 6,25         | 2                                                   | 12,5         | —        | —           |
| Secretário                          | 3         | 18,75      | 2                             | 12,5         | 1                                                   | 6,25         | —        | —           |
| Tesoureiro                          | 2         | 12,5       | 2                             | 12,5         | —                                                   | —            | —        | —           |
| Diretor                             | 7         | 43,75      | 2                             | 12,5         | 3                                                   | 18,75        | 2        | 12,5        |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>16</b> | <b>100</b> | <b>7</b>                      | <b>43,75</b> | <b>7</b>                                            | <b>43,75</b> | <b>2</b> | <b>12,5</b> |

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora

Conforme os dados da tab. 5; 56,25% dos dirigentes somente se filiaram ao partido político após a eleição para um posto de direção. Embora participassem de outras experiências associativas ou do movimento sindical (Tab. 6), a filiação ao partido político somente é formalizada depois de assumirem a condição de dirigente na associação.



**TABELA 6**

**Distribuição dos Dirigentes Segundo Participação em Outras Instituições  
e Práticas Coletivas Antes da Sua Inserção no MB**

| <b>Instituições e Práticas<br/>Coletivas</b> | <b>Dirigentes</b> |            |
|----------------------------------------------|-------------------|------------|
|                                              | <b>ABS</b>        | <b>%</b>   |
| Igreja                                       | 6                 | 37,5       |
| Igreja e Partido                             | 4                 | 25,0       |
| Partido Político                             | 2                 | 12,5       |
| Sindicato e Partido                          | 1                 | 6,25       |
| Sindicato                                    | 1                 | 6,25       |
| Movimento Estudantil                         | 1                 | 6,25       |
| Não Participou                               | 1                 | 6,25       |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>16</b>         | <b>100</b> |

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pela autora

Como se pode perceber, 93,75 % dos entrevistados já haviam participado de outros movimentos antes da sua inserção no MB. Verifica-se que a Igreja Católica aparece como a primeira esfera de participação coletiva para a maioria dos entrevistados, vindo em seguida o partido político e em menor proporção o sindicato e o movimento estudantil. Ressalte-se, ainda, que apenas um dirigente teve no MB seu primeiro canal de participação coletiva.

A experiência associativa, sem dúvida, influi no nível de politização dos dirigentes, atuando como determinante de sua participação no MB. Por esse motivo merece consideração especial o próximo item do estudo, no qual se toma como eixo de análise a motivação dos dirigentes para participar do MB e seus condicionamentos a partir do engajamento em outras ações coletivas.

• **A Aproximação dos Dirigentes Comunitários com outras Esferas de Ação Coletiva e sua Inserção no Movimento de Bairro.**

Ao falar dos motivos por que começaram a participar do MB, os entrevistados caracterizam processos específicos de inserção no campo da ação coletiva, onde tem papel decisivo outras instituições e práticas sociais.

É possível destacar três esferas de ação coletiva que exercem influência na formação política dos dirigentes comunitários:

- 1) a Igreja Católica através de seus movimentos (CEB's, Jovens, etc.) e da ação metodológica que desenvolve junto aos MS;
- 2) os partidos políticos cuja forma de atuação se fundamenta numa concepção teórico-política instrumental ou numa perspectiva de democracia;
- 3) os sindicatos e os movimentos ou práticas de caráter coletivo, como o movimento estudantil e outros.

No depoimento dos entrevistados, os motivos que os incentivam a participar do MB nem sempre se baseiam numa informação suficiente a respeito dos seus objetivos ou em inspiração de cunho político. É possível distinguir os que despertaram para o movimento através da Igreja, aqueles que se aproximam do movimento para garantir o acesso a órgãos públicos, mas também existem aqueles que ingressaram no MB mediante o convite de ex-dirigentes ou simplesmente para satisfazer a expectativa de amigos. Outros incentivos, porém, viabilizam a participação no MB conforme refere este dirigente:

*“(...) Então o que me levou a participar foi porque a gente sente na pele, quem mora nos bairros pobres, o dia a dia, a ausência de todo tipo de assistência e sente na pele também que a gente não é diferente de ninguém e precisa de casa, comida, trabalho, um campo de futebol. Então foi quando juntamos algumas pessoas, formamos um grupo e começamos a fazer um levantamento dos problemas da nossa comunidade. Tinha um pessoal no bairro que já tinha participado, trazia uma palavra de estímulo, de incentivo e isso ajudava a gente, que não tinha experiência, a ver que o caminho era a organização.”*

O entrevistado reconhece a importância do apoio recebido por parte de outros agentes que já tinham vivenciado experiências de organização no MB e que contribuíram no seu processo de organização, mas o principal estímulo à mobilização mostra-se relacionado à consciência da necessidade social. O diálogo com a realidade



pressiona o entrevistado a buscar soluções. A organização é o caminho encontrado que visualiza para canalizar e processar as mudanças desejadas.

Entre os dirigentes que iniciaram sua participação na esfera sindical, observa-se que a proposta de ação política do sindicato é transposta para o MB, embora sejam apontadas as diferenças nas lutas desenvolvidas:

*“O que me levou a participar foi quando você começa a ter a conscientização do movimento porque você já tem alguma coisa na cabeça. Como eu tinha vindo do sindicato, daquelas lutas, eu achei depois que o bairro precisava também do apoio nosso, porque o que você tinha aprendido, o que tinha conseguido, você dá um pouco mais, porque se temos dificuldades no movimento sindical, nós temos muito mais no MB, até por conta do nível de consciência do pessoal. São lutas diferentes, uma pela sobrevivência, melhores condições de trabalho e a outra por melhores condições de moradia, ruas pavimentadas. São lutas diferenciadas”.*

Já o dirigente oriundo do movimento estudantil justifica a sua inserção no MB da seguinte maneira:

*“(...) como eu não era mais estudante e não tinha sentido fazer movimento estudantil no bairro, então minha idéia foi fazer Movimento de Bairro, porque eu tinha ideais políticos.”*

Nessa postura, o MB aparece como oportunidade de continuação da luta e de contestação do *status quo*. Observa-se que o discurso dos dirigentes que participam do movimento sindical e estudantil é centrado numa perspectiva ideológica, que valoriza a formação da consciência crítica sobre a realidade social. Desse modo, os dirigentes se colocam em condições de contribuir com o MB, porque o aprendizado político obtido naquelas esferas os capacita para a intervenção no processo organizativo dos moradores, deixando supor que reconhecem a necessidade de imprimirem uma direção política ao movimento.

A fala dos dirigentes oriundos dos movimentos da Igreja se ergue noutra direção. Ou seja, predomina a defesa dos interesses vitais, da melhoria das condições de vida como indica o seguinte depoimento:

*“Participei da Igreja, do grupo de jovens e isso levou a me envolver com os problemas do bairro, pois lá (na Igreja) a gente conversava e via como resolver toda ordem de dificuldades. Entrei para a AM’s que era justamente quem encaminhava os problemas para serem resolvidos pela prefeitura, pelo governo do Estado. Só o fato de morar num bairro cheio de problemas, onde o meio de transporte era complicado, onde o povo morava pendurado nas barreiras, onde todo inverno era um sufoco, morria gente por causa de deslizamento (...) ou seja, foi justamente os problemas*

*do bairro que me fizeram participar do MB e entrar na AM's e hoje conheço a realidade dos movimentos mais geral."*

Está subjacente a esse discurso o processo pedagógico posto em prática pela Igreja que aponta dois aspectos fundamentais: o primeiro refere-se "*a existência de uma pedagogia que enfatiza o saber popular*" e o segundo "*(...) a importância do cotidiano como ponto de partida para o chamado processo de conscientização e mobilização. A prioridade de interesses imediatos fundou-se na noção de que 'situações vividas' eram antecedentes a qualquer nível de elaboração mais ampla a partir de concepções abstratas de poder, sistema econômico, etc. O tratamento que a Igreja deu a problemas imediatos, como referência para discussões nos bairros, permitiu enfatizar trajetórias individuais e diferenciações internas, que eram claramente desprezadas nas concepções teóricas homogenizantes, que tomavam as contradições estruturais como ponto de partida. O próprio bairro era o lugar ideal para pôr em prática essa pedagogia em face da heterogeneidade de situações de vida e de trabalho*" (Barreira, 1985: 13).

As situações apontadas trazem à reflexão aspectos que sugerem diferenças significativas na percepção e na prática dos dirigentes que chegam ao MB, após terem participado do movimento estudantil e sindical, e daqueles oriundos dos movimentos ligados a Igreja Católica.



Entre aqueles que referem uma vinculação anterior com partidos políticos de esquerda, a participação no MB mostra-se condição necessária para concretização de um projeto de transformação social, como ilustra este depoimento:

*“O objetivo da minha participação no movimento popular era implantar os organismos que a gente chamaria de CIO (Célula de Implantação Operária). O objetivo era organizar os operários prá executar, prá fazer a luta do bairro sob a influência da Ação Popular.”*

Sente-se aí que o processo de inserção no movimento se faz para atender à demanda posta por uma tendência de organização política partidária. Note-se que este dirigente ingressa no MB em função dos objetivos partidários e é justamente isso que confere a sua prática uma organicidade em relação ao partido político. Ou seja, no dia-a-dia da sua atuação política, apesar de desenvolver uma dupla militância (no partido e no movimento), a prioridade consiste em trabalhar para o partido, na divulgação de suas propostas e na persuasão de outras lideranças para o seu campo partidário.

Há exemplos, no entanto, de situações em que, mesmo sob o signo da dupla militância, no exercício das lutas cotidianas no MB, o dirigente tem uma perspectiva de demarcar as diferenças entre movimento e partido, através do respeito às discussões que são internas a cada uma dessas esferas. Neste caso, o dirigente tem a preocupação e o

cuidado de não transpor mecanicamente para o espaço do movimento decisões tomadas em instâncias partidárias e vice-versa. Sobre isso é ilustrativo este depoimento:

*“Quando eu entrei no MB eu estava já participando de um partido. Esta militância no partido precisava se concretizar mais, aí eu fui para o MB. O que eu aprendo lá (no partido) contribui na formulação das propostas e das discussões no movimento. Agora a questão é não instrumentalizar o movimento e isso me preocupa em relação a outras pessoas que fazem do movimento um aparelho para o partido A, B ou C. Isso eu sou contra, acho que temos que discutir política, ter uma meta e através da discussão fazer o movimento avançar. Às vezes você até leva uma proposta que pela conjuntura, pelo momento, foi discutida no partido e acontece muito, de quando chega esta discussão no movimento, a proposta que você defende é aceita pelos companheiros. Isto significa que os companheiros reconhecem e que a entidade leva à frente porque a proposta é boa e não porque é do partido A, B ou C. Isto não significa que você instrumentalizou, mesmo que você seja do partido.”*

Em outras palavras, trata-se do reconhecimento de que é possível pensar na autonomia do movimento mesmo quando seus dirigentes também são membros atuantes dos partidos políticos.

A esse respeito é significativa a análise de Barreira (1985: 10) quando ela afirma que o papel das instituições e diferentes práticas sociais *“na origem dos movimentos não conduzem a conclusão de que eles não têm independência ou força para se organizarem sozinhos. O que se quer argumentar, é que a participação dos agentes se constitui a partir de formas variadas de interação”*. Esse posicionamento constitui a base da ideologia política dos dirigentes que referem uma experiência participativa mais intensa e duradoura junto a partidos de esquerda e também junto à Igreja.

É possível falar de um grau de politização maior entre esses dirigentes, uma vez que sua história de participação em outros movimentos permite que tenham não só a responsabilidade como a oportunidade de interar-se dos problemas efetivamente vividos pela população. O direito de interagir com interlocutores válidos, ou seja, com autoridades competentes para tomar providências em relação aos problemas identificados, etc. Enfim, a experiência anterior possibilita àqueles dirigentes o acesso a informações – uma condição que viabiliza sua participação no MB.

#### • A Aproximação dos Dirigentes Comunitários com os Partidos Políticos

A aproximação entre os dirigentes do MB com a vida partidária foi reconstituída a partir das experiências dos entrevistados, tomando como referência suas motivações e expectativas, bem como o processo de interação que estabelecem com o partido.



O primeiro ponto a chamar atenção é o processo de ingresso no partido. Um dos entrevistados deixa caracterizada a pressão político-eleitoreira nos órgãos oficiais:

*“Meu processo se deu da seguinte forma: eu era muito ligado ao Secretário de Habitação do Governo Estadual, que era do PSB. Então, ele falou comigo politicamente e disse que precisava fazer filiações. Então, eu levei 180 fichas de filiações, inclusive a minha ficha de filiação do PSB. Foi assim que se deu a minha entrada no partido, agora eu posso dizer que não participei do partido, porque geralmente os partidos não lidam com o movimento popular, ele não sabe o que é a base, ele sempre faz por cima. Então, a prova é que eu era filiado do PSB, mas nunca fui ouvido, eu nunca militei, era só uma formalidade. O PSB necessitava de filiações, eu procurei ajudar o partido, mas nunca teve retorno, consideração. Não sei se era só o PSB que fazia assim, acredito que todo partido é assim. Até o próprio PMDB, a gente nunca foi chamado a falar lá.”*

Esta forma de aproximação traz à tona não o partido político, mas o político que normalmente está personalizado na ação do secretário, do deputado ou vereador. Nesta situação, o dirigente do movimento chega ao partido para atender ao apelo de um chefe. Note-se que não há por parte do dirigente nenhum interesse na vida partidária, mas concorda em sua filiação. A inserção no partido ocorre em virtude de interesses que não se referem a aspectos ideológicos nem depende de identificação com as propostas

partidárias. Expressa menos a vontade de participação política do que um mero ato burocrático de assinar uma ficha de filiação.

A experiência, traduzida nas palavras do dirigente, constituiu-se apenas “*numa formalidade*” aparentemente “*sem retorno*”. Para o chefe político e principal indutor de sua decisão, é o ponto de partida para o estreitamento das relações com os associados do movimento, uma conquista de efeito multiplicador em termos de voto e de apoio eleitoral. Na realidade a filiação do dirigente evidencia algo mais que uma simples “*ajuda ao partido*”.

Esse tipo de ação reforça as condições de instrumentalização do MB pelo partidos que se utilizam dos movimentos para aumentar, de qualquer modo, sua base eleitoral. Trata-se da repetição de uma velha prática que concebe a política numa perspectiva fisiológica, de atendimento a questões que não são refletidas, debatidas e encaradas sob o prisma da ação coletiva. No conjunto de dirigentes observados, esse tipo de aproximação com o partido político é mais frequente entre os que se filiaram depois de assumir posto de direção na FEMEB.

No mesmo sentido, um dirigente afirma que o ingresso no partido lhe deu acesso à carreira parlamentar:

“(…) aí começou mesmo minha militância. Entrei em partido, saí candidato a vereador muito inexperiente ainda, o partido não tinha uma orientação.

*Eu não tinha experiência, não sabia em que ia dar determinadas coisas, como se fazia articulações, não sabia que estava sendo usado pelo partido prá puxar votos para os candidatos majoritários.”*

Parece que o despertar para a carreira política também é um componente do processo de socialização do movimento. Embora o partido não garanta necessariamente a aproximação com o poder, acaba realizando um verdadeiro trabalho de sedução ao acenar com a possibilidade de uma carreira política, com a ampliação do partido e melhoria da situação econômico-financeira. A atitude anti-partido é, de uma certa forma, recusada em nome da pluralidade do social e da democracia representativa. Afinal, como assegurar a representação dos dominados no poder senão através de candidatos legitimados e reconhecidos por esse segmento da sociedade?

Tal fato remete a uma questão de caráter político-social mais abrangente, ou seja: em que medida uma candidatura assim construída expressa as necessidades da base? E ainda, em que medida essa candidatura é capaz de assegurar sua representatividade?

Pode-se afirmar que prevalece o projeto pessoal embora a atuação no movimento funcione como estímulo ao compromisso e à participação na luta política. Os partidos se ressentem da capacitação de lideranças e procuram, de algum modo, suprir tais deficiências através dos movimentos organizados no plano local. Como refere um



entrevistado, a intervenção do líder político ainda é condição necessária na distribuição dos bens coletivos à população.

*“Fui para o partido porque eu tinha interesse de ser vereador. Era a forma que eu tinha de ajudar o bairro, minha família e as pessoas que vivem sem condições (...) Mas eu me decepcionei muito, foi difícil conseguir apoio e eu desisti, mas ainda sonho com isso”.*

Apesar da aludida falta de apoio, o entrevistado demonstra um certo orgulho de sua identificação com os interesses da população local. Observa-se que as áreas atingidas pelo movimento tendem a encontrar seus “legítimos” representantes, buscando nomes entre aqueles que encaminham seus projetos à prefeitura, acompanham suas reivindicações ou se constituem seus interlocutores junto a outras instituições. O dirigente comunitário consegue projetar-se em seu meio como uma “pessoa capaz” de conduzir os projetos da população e alcançar os resultados pretendidos. Por sua vez, os dirigentes são sensíveis a essa expectativa:

*“Minha experiência no partido político surgiu através da idéia de algumas pessoas, lá no Alto do Bonifácio e em Casa Amarela, lançar o meu nome como candidato a vereador. Eu fui candidato a vereador porque a gente entendia na ocasião que um vereador seria um instrumento importante a fortalecer esta luta. Daí, então, eu achei que o caminho não era só*

*participar dos movimentos sociais, do movimento popular, mas também participar da vida política da cidade. E a única forma era se filiar a um partido (...)*”

Na condição de político, o dirigente considera-se capaz de ajudar num sem número de situações difíceis, empenhando-se em provar, cotidianamente, não apenas que é bom para si mesmo, mas também para sua família, seu bairro e seu país. Na prática romper com a inércia, afirmar a igualdade de direitos, agir para que a lei dê lugar a oportunidades efetivas de trabalho, de acesso aos direitos sociais, são algumas das bandeiras do movimento que ele (dirigente) se propõe a defender através do partido político. Mas o jogo é incerto. Como foi visto, alguns partidos estimulam a filiação e até mesmo, promovem as candidaturas a vereador nos bairros periféricos da cidade, a partir dos movimentos populares, seja como forma de arregimentar votos para os candidatos majoritários, seja na intenção de garantir a legitimidade dos representantes da população no legislativo. A convergência partido-movimento em torno de questões e temas específicos envolve porém outras mediações. Não basta a formulação de propósitos de realização de ideais coletivos. O clientelismo é um dos fatores mais responsabilizados pelas frustrações dos dirigentes na sua atuação político-partidária.

Durante a pesquisa foram evidenciadas situações em que a aproximação entre o dirigente e o partido se faz com base num ideário político-ideológico de mudança social.

*“(...) eu escolhi o PC do B, só que no tempo da clandestinidade eu era do PMDB, depois assumi o PC do B porque era o único partido que mostra a transformação da sociedade. E o que tem a proposta mais justa de transformar a sociedade, de resolver os problemas realmente do povo e criar uma nova sociedade, a sociedade socialista, para se chegar ao comunismo, uma sociedade sem classe”.*

Na perspectiva da transformação social, assume, porém, posição privilegiada a atuação do partido político. Para os que defendem uma posição leninista, o partido é não só o responsável pela mudança, mas a própria consciência da mudança:

*“(...) a forma superior de organização da sociedade se chama os partidos políticos. Quem decide o futuro da humanidade, quem decide o futuro dos povos são os partidos políticos, então a partir do momento que você tem essa compreensão, que entra num partido político, que o partido mostra que a gente vive numa sociedade de classes, então essas desigualdades, todas essas injustiças que a gente presencia, vivencia, isso é consequência de uma sociedade dividida em classes, os exploradores e os explorados (...) A maior referência pra mim é o partido político, porque é a forma superior de organização da sociedade, inclusive é superior aos movimentos, porque os movimentos representam parte da sociedade, só que os partidos políticos englobam a sociedade no geral.”*



Constata-se na fala desse dirigente uma reelaboração dos ensinamentos do PC do B, que é um partido baseado numa perspectiva leninista. Assim, ele faz referência ao partido único: “*assumi o PC do B porque era o único que mostra a transformação da sociedade (...)*”. Em outro trecho, o dirigente se refere ao papel de vanguarda que o partido deve exercer, identificando, a seguir, o partido como o maior centro de participação e representação política.

Uma lógica diferente pode ser observada na apreensão do partido quando se trata de filiados ao PT. Do ponto de vista desses dirigentes, a aproximação com o partido se fez através da discussão e não em função de um ato arbitrário de filiação ou de uma perspectiva abstrata de transformação da sociedade.

*“(...) Uma coisa que me fez entrar no partido político foi a influência de pessoas que eu me aproximava mais e via que essas pessoas eram sérias e queriam mudanças no país, na sociedade. E essas pessoas já vinham discutindo, já tinham um projeto de discussão a nível nacional, que era o projeto do PT. E eu tive a felicidade de participar desses primeiros momentos que foi a criação do PT. E essas pessoas me levaram para o partido, não para me filiar, mas para participar da criação e da discussão (...)”*

Chama a atenção, porém, a frustração dos dirigentes que, de uma maneira ou de outra, se engajaram no movimento político-partidário. Esse sentimento é mais forte

entre aqueles que têm mais tempo de filiação a partidos políticos. O desencanto pela vida partidária aparece, de forma ilustrativa, na opinião de um entrevistado:

*“O primeiro partido que eu me filiei foi ao PT, em 79. Me filiei ao PT na influência de amigos, companheiros e tal, mas com a continuação, através de amigos, fui lendo, conhecendo. Achei que o outro partido (PCB) dava muito mais acesso a você ter mais conhecimento. Fiquei filiado até 82 (no PT), depois entrei no PCB e fiquei no partido e tive uma outra educação partidária. Fui conhecedor de causas mais profundas, cheguei até a ir em Berlim, passei cinco meses na Alemanha Oriental, prá fazer um curso de economia, que prá mim era muito alto, mas era uma necessidade do partido. Hoje, me considero um homem fora do partido, eu estou vendo como é que está, houve uma transformação com aquilo que se chama o racha do partido (PCB). Eu no PT fui militante de base, uma atuação participativa, foi uma militância muito boa. Já no PCB eu cheguei a ser suplente de direção, participando com os grandes nomes do partido. Hoje estou de fora, vendo o que vai acontecer.”*

Um ponto que se mostra importante, para a caracterização do perfil político do dirigente é a sigla partidária a que se filiam os representantes do movimento. Dos entrevistados, 18,75% não se encontravam filiados a partidos, embora tenham estado em momento anterior; enquanto 43,75% estão filiados de acordo com a seguinte opção

partidária: PSB (com quatro representantes), PMDB (com três representantes), PT e PPS (cada um com dois representantes), e PDT e PC do B (com um representante cada um deles). Com esse perfil político partidário ficam ressaltados também as diferenças ideológicas dos dirigentes do MB, sugerindo suas opções eleitorais e tendências assumidas no exercício da direção na entidade investigada.

A aproximação dos dirigentes do MB com a vida partidária é considerada importante para sua formação política. No entanto, os entrevistados consideram problemático manter o vínculo com o partido e, ao mesmo tempo, ser dirigente do MB por três razões fundamentais:

a) a crise vivenciada pelos partidos políticos que já não conseguem formular propostas e estratégias capazes de empolgar o conjunto da militância, no sentido de pensar a realidade social sem dogmatismos;

b) a falta de tempo necessário para desenvolver uma dupla militância;

c) o caráter centralizador dos partidos de esquerda que, em última instância, inibe as iniciativas do dirigente no âmbito do movimento.

Esses dados são relevantes na medida que permitem mostrar as várias formas de aproximação identificadas entre os dirigentes do MB e os partidos políticos, bem como as dificuldades que decorrem de uma separação mecânica ou da polarização entre o reivindicativo e o político, produto de uma certa tradição burguesa-liberal. A própria idéia



de um projeto comum e global é problemática. Projetos globais, articulados entre partidos e movimentos podem ser convincentes para uma minoria militante, acrescenta um entrevistado, mas não é provável que sejam assimilados pelos segmentos mais amplos da sociedade.

### **3.2. O Movimento de Bairro e os Partidos Políticos**

Para apreender a relação MB - partidos políticos recorreu-se, num primeiro momento, principalmente às representações dos dirigentes sobre os partidos que atuam na esfera cotidiana do movimento.

Em seguida, buscou-se identificar e analisar as principais tendências, apontadas pelos principais entrevistados, no que diz respeito ao papel e à importância do partido na sua interação com o MB.

#### **• Os Partidos Políticos com Atuação no Movimento de Bairro**

É inegável a diversidade de concepções político-ideológicas existentes dentro do Movimento. Segundo os depoimentos dos dirigentes todos os partidos políticos que têm visibilidade na esfera política se encontram representados no universo do MB. Nesse leque abrangente de práticas partidárias, que vão desde as conservadoras até as que se encontram empenhadas num processo de mudança social se fazem representar o PFL e

o PMDB mas também o PDT, PSB, PT, PC do B, PPS e de modo menos expressivo o PSDB e PSTU. Não obstante a diversidade de siglas os entrevistados reconhecem que, sobretudo a partir dos anos setenta, são os partidos de esquerda que estão efetivamente inseridos na esfera do MB. Os partidos de direita aparecem em momentos pontuais de eleição, seja para arregimentar votos para os candidatos (executivo e legislativo) ou durante as disputas eleitorais para a direção das associações de moradores. De acordo com um dirigente entrevistado:

*“Os partidos que têm a presença mais marcante no movimento popular, no movimento comunitário, falando aleatoriamente é o PSB, PPS, PC do B, PT e uma facção que está no PMDB, que é o MR-8. Os outros são mais eleitoreiros, depois das eleições se apagam. Os que ficam se digladiando pelo poder do movimento no dia-a-dia são esses que citei.”*

Do ponto de vista estratégico da prática política, as grandes correntes em vigor no discurso e nas práticas de esquerda se dividem, na expressão política mais comum, entre os chamados “*ortodoxos*”, que estão no PC do B e nas vertentes mais radicais como é o caso do PSTU, e os considerados não-ortodoxos, que se aglutinam em torno, sobretudo, do PT<sup>37</sup>, do PPS e do PSB.

---

<sup>37</sup> Ressalta-se que o PT há uma multiplicidade de tendências internas, existindo pois, algumas de caráter ortodoxo.

Diante desse quadro, buscou-se apreender, as representações dos dirigentes entrevistados sobre quais os aspectos que diferenciam os partidos na sua articulação com o MB. Para fins de exposição as diferenças assinaladas podem ser agrupadas em quatro grandes blocos.

### **1) Quanto aos programas e estatutos:**

Há um certo consenso entre os dirigentes de que na própria definição programática dos partidos está a base da sua diferença. Neste sentido, tem-se que:

*“O que diferencia um partido do outro são os seus programas e estatutos. Embora a gente pense que é tudo igual, as diferenças já são postas ali. Agora no dia-a-dia o que se tenta é aplicar, é viver aquilo tudo, aí é claro, as diferenças são maiores.”*

### **2) Quanto às concepções ideológicas:**

Praticamente todos os partidos de esquerda desejam desenvolver alternativas de funcionalidade para o país e existem até os que, ao longo dos anos, estão acumulando discussões acerca de um novo projeto societário. O que vai diferenciá-los entre si é a variedade de interpretações, principalmente, no interior do marxismo, bem como a



maneira como avaliam a situação conjuntural do país e, a partir daí, formulam alianças e táticas que serão materializadas. Sobre isso destaca-se a opinião de um entrevistado:

*“A diferença (entre os partidos de esquerda) é muito ideológica (...) Então, o que diferencia um militante de esquerda do outro é a forma como ele vê as mudanças estruturais do país, do Estado e do município (...)”*

### **3) Quanto a disputa da hegemonia na direção do movimento:**

*“A luta por hegemonia ao lado da segmentação das forças sociais são processos que caminham juntos e passam a expressar distintas formas de conceber e atuar junto aos movimentos”* (Barreira, 1992: 120). Ou seja, na disputa política pela direção do movimento, a diferença partidária não aparece de forma explícita entre as chapas em confronto. O que vai se caracterizar enquanto diferença, para grande parte dos eleitores, são as propostas apresentadas, o carisma e o conhecimento do dirigente, as reivindicações já conquistadas, etc. No entanto, é preciso considerar que por todos esses aspectos assinalados perpassa uma concepção ideológica, política e, às vezes também, partidária, ainda que não seja levada em consideração por grande parte dos moradores.

Durante o III Congresso do MB de Pernambuco, realizado em 1993, foi possível perceber que, nas articulações para a formação da chapas que disputaram a diretoria da FEMEB, os grupos se auto-identificavam de acordo com a referência

partidária: o pessoal do MR-8, o pessoal do PT, o grupo do PC do B, os independentes, etc. Embora não se possa afirmar que todos os participantes do MB estão identificados com um partido ou que a ação social do movimento se subordina a ação político-partidária, é nos momentos de disputa pelo poder que os partidos ganham visibilidade no MB e se aguçam as diferenças ideológicas no interior das associações. O depoimento a seguir confirma:

*“(...) A diferença também é o interesse pelo poder, porque você não pode pregar uma metodologia, uma linha política de um partido sem estar no poder. Então, cada partido que disputa a direção de uma associação, tem o seu jeito: às vezes, chega ao poder de forma justa, outras vezes em cima, de imposição, da inocência da base (...)”*

#### **4) Quanto às propostas e o envolvimento nas lutas e nas entidades:**

A elaboração das propostas pelo MB supõe uma diretriz política que resulta não somente da concepção ideológica dos dirigentes, mas de uma construção coletiva com a participação das bases. No cotidiano do movimento essas propostas se mostram fortemente mediatizadas pela interação com os partidos.

Os dirigentes lembram que o movimento organizado tem seus próprios valores, normas e interesses, com grande autonomia, enquanto os partidos obedecem inclusive a uma legislação que regula até a comunicação com os eleitores. Na dinâmica

do movimento essas tendências se confrontam e perpassam todas as ações como se pode observar na documentação da FEMEB, influenciando nos padrões que regem as relações dessa entidade com outras instituições e também no seu caráter democrático.

Na realidade, sob influência dos militantes dos partidos, os associados são levados muitas vezes a tomar decisões auto-restritivas. E ainda, as diferenças partidárias acabam resultando na adoção de mecanismos não democráticos de representação a exemplo do que aconteceu nas últimas eleições da FEMEB. A mobilização político-eleitoral acabou introduzindo fatores de desagregação na própria organização.

Assim ocorre, na verdade, porque os métodos de atuação política pressupõem as pessoas que os abrigam. Em nome da defesa de suas posições ou da preservação de suas relações com determinado segmento – que representa um facção partidária – passam a prevalecer os métodos clientelísticos, os associados passam a reclamar privilégios supostamente indispensáveis à continuidade das ações do movimento e com isso fica comprometido a democracia interna na entidade. Em consequência formam-se sub-grupos que passam a girar em torno de um eixo próprio, em razão de sua identidade partidária, e com isso o movimento perde em termos de ação coletiva e fica comprometida sua direção social. Como se pode observar no discurso de um entrevistado:

*“(...) o que diferencia é a distância ou a relação que tem com o partido e com as entidades organizadas e, principalmente, as lutas que esses partidos*



*se envolvem: logicamente puxados por pessoas que se identificam mais (...) É por essas questões que a gente consegue identificar os diferentes partidos e sua atuação (na associação).”*

A análise do discurso dos dirigentes do MB, sobre a heterogeneidade de práticas no interior do movimento, possibilita apreender as ambigüidades que caracterizam a relação do MB com os partidos políticos. *“Nessa relação é simplificador afirmar que as práticas sociais efetivadas pelos partidos políticos são apenas realização de um saber previamente formulado. Da mesma forma, é linear supor que essa relação resulta na produção coletiva de um saber que apazigua as diferenças e as nivela no plano das ações coletivas”* (Barreira, 1992: 123).

#### **• Partidos Políticos: Do Discurso de Autonomia à Instrumentalização do Movimento**

A análise do discurso dos dirigentes sobre a relação entre o MB e os partidos políticos aponta basicamente duas direções, como se segue:

- 1) a defesa enfática da autonomia do MB em relação aos partidos, na suposição de que estes manipulam e instrumentalizam o movimento;
- 2) a necessidade da articulação entre MB - partidos como forma de capacitar politicamente as lideranças e fortalecer as lutas do movimento.

Na versão dos entrevistados o partido é um mediador externo que tende a assumir uma postura vanguardista influenciando na prática do MB. À exceção dos militantes do PT, PC do B e PPS todos se mostram reticentes quanto a articulação do MB com os partidos, sob a argumentação de que esses agentes têm objetivos específicos (*“lutam pelo poder”*) e não valorizam a participação popular. Partido é sinônimo de clientelismo, barganha, interesses eleitoreiros, enfim, a antítese dos valores políticos do MB, donde o receio de serem confundidos em sua imagem pública.

Com essa perspectiva, as respostas dos dirigentes mais antigos reconhecem uma relação problemática entre o MB e os partidos, embora necessária e inevitável. É possível dimensionar essas restrições através do depoimento que se segue:

*“(...) o problema é que partido utiliza os seus militantes que tem dentro do movimento para impor a linha do partido. Aí, o movimento perde sua autonomia e deixa de ter vida independente”.*

Sabe-se que as bases não têm como controlar diretamente o comportamento dos dirigentes que também são militantes de partidos. Como relatam os entrevistados, a constituição da FEMEB representa a instância legítima e legal do MB e por seu intermédio é possível dimensionar o limite das ações. Frequentemente, porém, é preciso uma verdadeira luta interna para preservar a identidade do movimento. Por conta da atuação daqueles dirigentes com dupla militância afloram noções distorcidas acerca do

real objetivo da entidade – “a associação é o local onde se faz inscrição para receber casa da COHAB” – por exemplo e, em resultado, cresceram os mecanismos de controle em seu interior e, também, sobre suas ações externas, inclusive suas relações com outras instituições como a Igreja e o próprio governo.

Ainda relacionada com esta perspectiva de autonomia *estrito senso*, os dirigentes aludem às práticas de caráter instrumental, que impõem ao movimento tarefas e discussões que ele não se propôs realizar, reforçando a versão de que os partidos, através dos seus militantes, podem manipular o movimento.

*“O militante orgânico ao partido ele vai fazer o possível e o impossível para que a proposta do partido dele seja o que prevalece sobre a maioria, sobre a própria entidade, mesmo sabendo que a maioria do movimento está indo por outro caminho, mas ele tenta como minoria absoluta impor para a maioria uma proposta que é do partido”.*

O desafio frente a esta perspectiva instrumental apresenta-se no dia-a-dia das associações, influenciando nos critérios de votação, no processo de negociação com os órgãos oficiais, nas propostas de ação, e no vínculo orgânico mantido entre a direção e as bases. O outro aspecto salientado nas entrevistas é o comportamento dos candidatos nos períodos eleitorais, quando crescem as possibilidades de articulação movimento/partido:



*“O partido só vai usar o movimento popular quando precisa. Você vê aí quando chega nas eleições ele lembra que precisa da base para eleger seus candidatos, então partem para as associações que ficam como verdadeiros cabos eleitorais. Quando se elege (o político) dá as costas para o movimento. O MB é manipulado pelos partidos que só escutam as lideranças quando chega a época de eleição, aí tem a preocupação em formar as lideranças. Eu costumo dizer que o MB deve ficar bem longe dos partidos para sua sobrevivência”.*

A crítica, embora procedente, representa uma queixa passageira. Na verdade todos os dirigentes estão envolvidos senão com um partido, com um representante político e isso é o bastante para que a disputa por diferentes candidaturas encontre repercussão na entidade de que participam.

A segunda tendência que pode ser apreendida no discurso dos dirigentes, reconhece em princípio, a relação do MB com os partidos como fundamental para o crescimento do movimento. Nessa perspectiva é papel do partido politizar o movimento e aglutinar as lideranças que se destacam, mesmo que sob a égide da subordinação, conforme o depoimento a seguir:

*“Qualquer partido que se preza ele tenta chegar junto. Acredito que até seria fugir à própria natureza da organização partidária, não tentar atrair*

*uma liderança que ele sente que é boa. A cooptação ocorre através de um processo que tem como objetivo a formação da consciência da liderança. O MB não pode só reivindicar calçamento, o posto de saúde, etc. Tem que ir além e reivindicar isso sabendo que existe um conjunto de questões por detrás disso, que existe uma forma de governar, uma questão política atrás disso”.*

Na mesma linha de argumentação é ressaltada a importância da articulação MB/partidos para o processo de organização das lutas populares, atribuindo à forma de liderança, autoritária ou democrática, as diferenças de resultado. As dificuldades constatadas na articulação MB/Partidos seriam relacionadas ao desempenho da direção:

*“Eu acho que a articulação do MB com os partidos políticos não é exatamente um problema. Para que se transforme num problema é preciso que a liderança aja de forma autoritária, dizendo o que o movimento deve fazer. Alguns partidos de esquerda já estão entendendo isso, outros não estão nem aí para o movimento, mas disputam as entidades para o partido aparecer. Aí a direita diz que o MB não deve se envolver com política, com os partidos, porque enfraquece o movimento e isso virou lei no dia-a-dia. Eu acho que o importante é ter propostas e saber qual é a função do MB e a do partido e quando um complementa o outro. Agora isso é muito de direção para direção porque as diferenças são muitas (...)”.*

A objetivação de uma relação democrática, fundamentada num confronto entre MB e partidos ainda se mostra, porém, como uma possibilidade e por isso mesmo, esta é uma tendência minoritária nas representações dos dirigentes entrevistados. É provável que a articulação avance na medida que os movimentos passem a influir mais fortemente no surgimento de novos partidos ou suas ações consigam pressionar os velhos partidos, levando-os a revisar suas práticas, como consequência do fortalecimento e organização da própria sociedade civil.

Este, porém, não é o ponto de vista de um pequeno grupo de entrevistados (18,75%) que descarta esta articulação considerando as mudanças na sociedade. Com essa perspectiva, já não considera tão necessária a articulação entre o MB e os partidos, na atual conjuntura. Assim, reflete este dirigente:

*“(...) a relação entre o MB e os partidos não é mais tão necessária. Antes os partidos tinham mais influência porque os movimentos estavam vivos, estavam na rua. Hoje não digo que está parado, mas o que existe é uma opção do próprio movimento desde a promulgação da constituição de 88, onde nós brigamos, lutamos para que houvesse uma participação do movimento na definição das políticas públicas, que abrissem canais institucionais de participação, onde nós interferimos nas prioridades sociais das administrações públicas: estadual e municipal. E isso foi*



*garantido, não só pela luta do MB, mas todos em geral. Não estou dizendo que a relação deixou de ser importante, mas ela não é tão necessária por que a conjuntura é outra, os partidos estão discutindo outros projetos de disputa de poder e isso fez com que os quadros do movimento fossem para as administrações públicas e assessorias no parlamento. Antes estávamos na rua, e os interesses andavam juntos. Hoje o leque das diferenças é maior e a necessidade da articulação é menor”.*

As mudanças por que passou o Estado, sobretudo após a Nova República, apresentaram-se como resultado tanto da participação e da organização de alguns movimentos e partidos de esquerda, bem como de uma reciclagem da estratégia de hegemonia dos grupos que, historicamente, mantêm a hegemonia no campo social e político. Diante disso, alargam-se os espaços de participação para representantes de alguns movimentos organizados da sociedade civil, na esfera das instituições do Estado. Ao mesmo tempo, cresce a influência das ONG's, outras práticas sociais e outros tipos de aliança se mostram até mais necessárias para conduzir o movimento do que a articulação com o partido.

Esse quadro sugere o distanciamento entre o MB e os partidos políticos, especialmente, no que concerne ao processo de formação política dos dirigentes, ao contrário do que ocorria em outros períodos, através das facções e partidos de esquerda.

O que se pode inferir dos diversos depoimentos analisados é que a autonomia é um tema recorrente nas representações dos dirigentes sobre as articulações entre o MB e os partidos. Parece que se trata de uma questão não resolvida, mesmo para aqueles que reconhecem a necessidade de articulação das forças organizadas da sociedade para concretizar um projeto mais global de democracia. Na expressão dos entrevistados, o MB sente-se ameaçado pelas práticas instrumentais e autoritárias dos partidos. Neste sentido, a perspectiva instrumental e a da autonomia *estrito senso* fundamentam o discurso da maioria dos dirigentes, a sugerir uma visão ilusória de autonomia, fundamentada na pretensão de liquidar ou abafar as diferenças, ao invés de enfrentá-las.

### **3.3. O Papel do Dirigente na Construção da Dimensão Política do Movimento de Bairro**

Considerando que toda explicação da realidade é repassada por um forte conteúdo ideológico, admite-se que as explicações dadas pelos protagonistas dessa pesquisa sobre o papel dos dirigentes na conduta política do MB são permeadas por sua maneira específica e particular de compreender a vida social (ideologia) que, em última instância, é determinada pelas condições concretas de sua existência. Neste sentido, ao reconstruírem de forma discursiva o papel do dirigente na construção da dimensão política do MB, os entrevistados tendem a projetar a sua própria experiência, da qual retiram os valores considerados como válidos, bem como os aspectos problemáticos que devem ser enfrentados.

Conforme a concepção da dimensão política dos MS vista no capítulo I e considerando o interesse deste estudo, buscou-se apreender nas representações sociais dos entrevistados os seguintes aspectos:

1) a influência do partido na formação política do dirigente e suas implicações na direção que este imprime ao movimento;

2) a condição de *intellectual* assumida pelo dirigente comunitário e sua expressão ao nível das ações desenvolvidas no MB.

#### • A Influência do Partido na Formação Política do Dirigente Comunitário

Os depoimentos dos dirigentes comunitários evidenciam que o partido exerce influência não apenas sobre o movimento, mas também no plano da formação política dos filiados, criando condições para sua atuação como liderança. A maioria dos entrevistados considera o partido o maior centro de formação política, não obstante as restrições apresentadas à articulação movimento/partido, como foi visto no item anterior.

A influência partidária está presente na construção da visão de mundo do dirigente e se estende a todos os seus domínios de atividade, conforme refere este entrevistado:



*“Eu acho que o partido influencia ideologicamente porque contribui na formação dos quadros, nas suas idéias sobre o mundo. Aí a pessoa passa a ter mais consciência da sociedade, da política e passa a ter mais responsabilidades para que as coisas sejam resolvidas”.*

A ideologia é percebida como um conjunto de valores ético-culturais que contribui para sua inserção no âmbito da prática política, como construtor e organizador, persuasor permanente (Gramsci, 1989). Sob a orientação do partido e nas lutas lideradas pelo movimento o dirigente adquire consciência do seu universo de relações e uma linha de conduta moral. Ao tornar-se mais preparado para enfrentar as situações de desigualdades e as carências vivenciadas no seu cotidiano, o dirigente também se coloca em condições de contribuir para modificar uma visão de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar, no dizer de Gramsci (1989).

A influência do partido na formação teórica dos dirigentes está presente, aliás, nos depoimentos dos entrevistados quando eles afirmaram que a participação em espaços coletivos (MB, partidos, sindicatos, movimentos ligados à igreja, etc.) propicia uma leitura mais abrangente da realidade social, desenvolvendo condições de liderança e operando mudanças no seu modo de pensar e agir. A esse respeito é interessante registrar a fala de um dirigente que salienta a importância dessa formação via partido, visando a adesão à proposta política da classe trabalhadora:

*“Os partidos influenciam no crescimento, na formação das lideranças a partir do momento que passam teorias, passam idéias que ajudam no entendimento da sociedade, daquilo que você vive (...) os partidos poderiam influenciar mais na formação dos seus militantes para os movimentos.”*

O partido prepara também, ainda, para a função de organização na perspectiva de sua atuação como intelectual-orgânico junto à classe trabalhadora.

*“Acho que o partido influencia na organização. Veja bem, na medida que o partido político organiza a atuação dos seus militantes dentro do bairro, ele empresta um dado de qualidade diferente porque a liderança fica mais desenrolada, menos temerosa e aprende a importância da reunião, da discussão para a luta do movimento”.*

Os dirigentes do MB têm um papel importante e influenciam seja na entidade de origem, seja na FEMEB. Além das tarefas de organização, eles exercem funções de persuasão e divulgação conforme as necessidades e o grau de desenvolvimento do movimento, mostrando a importância das reuniões, discussões para a eficácia das lutas.

#### **• A Condição Intelectual do Dirigente Comunitário**

Múltiplas vezes, ao longo das narrativas dos entrevistados, observou-se que

a condição intelectual do dirigente comunitário se apresenta no exercício das seguintes atividades no âmbito do movimento: mobilização, organização, articulação e educação/conscientização.

As narrativas das experiências dos entrevistados revelam, em diferentes níveis, a consciência social dos dirigentes. Assim, as quatro atividades anteriormente citadas são desenvolvidas de forma diversa, acompanhando as diferentes posturas e visões de mundo dos quadros dirigentes. Todos se colocam numa perspectiva democrática, insistindo em valores de liberdade e igualdade como condição de desenvolvimento. Nesta perspectiva sua prática política se dá no sentido da valorização do processo participativo, fundado na associação e na livre expressão do pensamento:

*“(...) Mais a liberdade que se tem não é completa. A democracia ideal é aquela onde não tem classe dominante”.*

Há, no entanto, um aspecto que apresenta-se com uma certa homogeneidade nas falas analisadas. É o fato dessas atividades (mobilização, organização, articulação, educação e conscientização) visarem a conquista de melhores condições de vida no mundo dos bairros, onde amplos segmentos sociais se avolumam num quadro crescente de exclusão social. As condições objetivas da sociedade, especialmente a maneira como as pessoas se posicionam no sistema produtivo, não passam despercebidas aos dirigentes. Seus depoimentos sugerem a busca de soluções alternativas, como a organização em



associações, quando se pretende a mudança social. Veja-se, por exemplo, o discurso desse dirigente:

*“O governo é responsável por muitas coisas, mas cada cidadão tem de conscientizar outros (...) A democracia só vai acontecer com o trabalho de base, de educação política junto a população”.*

As atividades de mobilização e organização foram percebidas à medida que os entrevistados faziam referências a dinâmica interna do MB, onde a rigor a eficácia da ação e a representatividade do dirigente dependem do seu poder de comunicação e convencimento para reunir e discutir com a população seus problemas.

Nas tarefas de articulação os dirigentes destacam o processo de mediação dos interesses da população frente aos órgãos governamentais. O dirigente é o intermediador direto, o representante do movimento que negocia/enfrenta o poder governamental, numa dinâmica contraditória em que as questões de interesses da população e do movimento se misturam às questões de ordem pessoal, freqüentemente combinadas ao clientelismo e à tutela.

Ainda dentro dessa atividade de articulação mereceu atenção principal, neste estudo, o papel do dirigente como articulador entre o movimento e os partidos. Neste sentido, procurar-se-á identificar, nas representações dos dirigentes, como estes percebem

a influência do partido na sua condição de intelectual (como organizador, articulador, educador, etc). Ou seja, trata-se, segundo Gramsci, de verificar se o partido contribui para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção.

Na opinião dos dirigentes, o PC do B é considerado o partido que define de forma mais sistemática o papel que o militante deve representar junto aos MS. Neste sentido, o partido coloca-se como vanguarda da classe operária, atribuindo ao militante a tarefa de “*politizar*” os movimentos de base. Em apoio a seus depoimentos referem as diretrizes do projeto do programa do partido onde se lê:

*“(...) o PC do B, vanguarda da classe operária, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação, constitui a força do dirigente da luta pela implantação e construção do socialismo. Sua liderança é fundamental na direção do Estado e no processo de formação da consciência social socialista. Apoiado na teoria revolucionária, é o portador e o intérprete mais autorizado do projeto de transformação progressista da sociedade. O partido, no entanto, não impõem arbitrariamente ou mecanicamente suas decisões (...)”*

No entanto, lembram os entrevistados que, entre os partidos de esquerda, o PC do B é acusado de freqüentemente instrumentalizar os movimentos sociais. Segundo esses dirigentes, isto acontece porque os militantes daquele partido que estão nos

movimentos, se preocupam bem mais com as questões relativas à conjuntura nacional e à implementação do projeto político partidário, do que em construir, a partir das demandas específicas, uma estratégia de intervenção para o movimento do qual participam, articulando essas demandas com as questões conjunturais.

No que diz respeito ao PT, consideram que, em se tratando de um partido emergente das lutas populares, tende a desenvolver uma prática marcada pela ênfase nas questões consideradas imediatas, o que faz com que os dirigentes identificados com o PT sejam considerados mais atentos às demandas internas do próprio movimento. Neste sentido, o PT distancia-se do ponto de vista teórico-estratégico dos partidos comunistas quanto a sua relação com o MS. Na verdade, ao formular uma crítica ao dirigismo dos PC's, o PT acabou por deixar em aberto o papel do militante petista com atuação nos movimentos sociais. Por isso, dirigentes do movimentos identificados como militantes petistas, na maioria das vezes, não formalizam laços orgânicos com a estrutura partidária, embora continuem a reivindicar-se PT.

Nos depoimentos dos dirigentes, o PCB exerceu grande influência sobre os dirigentes no MB sobretudo, durante os anos pré-64. *“Com a criação do PPS, tido como sucessor do PCB, o partido sofreu profundas mudanças, principalmente por defender o socialismo com liberdade e democracia”*, acrescenta um entrevistado. Na reconstituição das práticas dos movimentos, fica evidenciado que os dirigentes do MB filiados ao PPS procuram estratégias para reconstrução do partido junto às bases do movimento.



De acordo com os dirigentes entrevistados os demais partidos (PSB, PDT e PMDB) apresentam uma série de ambigüidades na influência que exercem sobre a prática dos dirigentes. O PSB vem crescendo em sua influência e, no âmbito desta pesquisa, é o partido que apresenta o maior número de filiados. Entretanto, o discurso dos dirigentes revela que embora o partido procure, em algumas situações, uma convivência democrática com o movimento, noutras se repete a tendência à instrumentalização ao exercer sua influência no alistamento de eleitores, no processo de decisão política, visando a ampliação da base partidária.

O PDT apresenta-se entre os partidos mencionados como o mais distante do cotidiano do MB, justificando-se desse modo, as dificuldades dos entrevistados para caracterizar sua influência na atuação do dirigente no âmbito do movimento. Entre os dirigentes parece haver consenso de que o PMDB constitui-se no mais conservador, usando de táticas que instrumentalizam o movimento no sentido do clientelismo e da tutela.

Observa-se nas representações dos dirigentes que eles reconhecem que a direção dada aos movimentos assume contornos variados que tem a ver com a opção partidária do dirigente.

No que diz respeito as atividades educativas e de conscientização pressupõe-se que estas estão inseridas nas outras atividades e se expressam tanto a nível das conquistas que o movimento adquire, bem como ao nível da politização dos agentes em

posição de direção e da sua base. Sobre isso a análise dos discursos dos dirigentes somada às observações realizadas permitem inferir duas questões que estão relacionadas entre si:

1) A distância entre o nível de consciência e o envolvimento político dos dirigentes do MB e o da maioria dos moradores associados. Como afirma o entrevistado:

*“Grande parte dos dirigentes manipula as decisões, criando nos bairros ‘os donos do poder’. Em nome da alienação das massas, julgam que o seu papel é decidir e manifestar-se sobre as questões, mesmo sobre aquelas que, embora, sendo importantes, necessitam de um processo mais longo de discussão entre a direção e a base do movimento”.*

2) A disputa ideológica entre os participantes do movimento que se faz, muito mais, tendo em vista o controle das entidades do que em cima de propostas para conduzir e orientar as lutas.

Esta problemática tem resultado no afastamento de um grande número de moradores, que se desencantam com as disputas sectárias e estéreis, quase sempre pautadas na acusação mútua. Com efeito, vale a pena considerar que a disputa pelo poder interno é efetivada através de um debate político entre as concepções divergentes no seio do movimento. Tal debate não só é possível, senão absolutamente necessário, para o amadurecimento democrático e a garantia da autonomia do movimento. Ao nível da

associação, porém, falta desencadear um processo cotidiano de educação política das bases que o dirigente não pode moldar nem conduzir à revelia dos associados (apesar de reiteradas vezes pretender fazê-lo).

Desse modo, a condição intelectual do dirigente comunitário se apresenta sob diversas perspectivas. Alguns agentes conseguem ter uma visão mais crítica da realidade e, assim, suas ações expressam mais substancialmente um compromisso político-ideológico com as classes subalternas, à medida que contribuem na democratização das relações cotidianas e procuram entender/encaminhar as lutas do MB tendo como pano de fundo a noção de direitos sociais. Mas também foi possível identificar dirigentes que acabam reforçando através das suas ações as concepções restritas de política e de poder, contribuindo, assim, para a perpetuação das relações instrumentais e autoritárias.

O que é importante ressaltar, no entanto, é que os dirigentes se mostram conscientes de suas responsabilidades junto ao movimento e, dentro dessa tendência, se posicionam favoravelmente à execução de uma “*política comunitária*”, visando a articulação das associações de bairro, comissões, conselhos, etc. Sob esse aspecto fica legitimada a atuação da FEMEB que pode constituir uma força de mudança na sociedade pelo seu poder de organização, mobilização e convergência de interesses plurais em seu âmbito de ação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do itinerário percorrido neste trabalho a relação dos movimentos de Bairro com os partidos políticos foi abordada pelos dirigentes do MB, na RMR, como um fato inevitável, ou condição necessária, tendo em vista sua dimensão política. Neste sentido, a presença dos partidos no âmbito do MB apresentou-se, desde o início, como um fato de inegável comprovação empírica. Restava, no entanto, apreender como e através de que canais e estratégias, os partidos procuravam influir na dinâmica do movimento e, em que medida, era possível pensar em autonomia no embate entre essas duas esferas.

Nos depoimentos coletados a questão da autonomia é frequentemente abordada como uma característica do MB, ameaçada pelas práticas de liderança autoritária/clientelista efetivados pelos partidos. Prevalece o imaginário de uma identidade homogênea com o ocultamento das conexões políticas que envolvem as posições partidárias dos próprios dirigentes, correspondendo, talvez, a um processo idealizado de eliminação das diferenças entre os participantes, na criação da comunidade de iguais. Esse espaço projetado de igualdade teria a ver com a própria identidade do movimento que dificilmente será consolidada com a explicitação das diferenças, como diz Durham (1994).

Na medida em que os entrevistados se dão conta, que o espaço político em que se movem é atravessado por valores diferenciados que procuram informar o conjunto

de ações coletivas, cresce a possibilidade de um confronto de saberes. Nesse sentido, a articulação partido/movimento é encarada como fator de aglutinação das experiências de organização e de contestação que se dão ao nível local. Isso não quer dizer partido e movimento se dêem às mãos, com perda de objetivos próprios. A intermediação do partido é pouco valorizada, no entanto quando se trata de abrir espaços de reconhecimento social ou como forma de legitimação do movimento.

Acrescenta-se, ainda, que os principais problemas apontados, advindos da relação entre MB e partidos, dizem respeito não à articulação em si entre essas esferas, mas à forma como esta é realizada.

Desse modo, estão impregnados aos “*modelos*” de relação MB-partidos políticos valores instituídos numa cultura política que tem um acentuado caráter autoritário. Assim, freqüentemente a direção política é encarada sob o prisma do dirigismo, do vanguardismo, disseminando a idéia de que a consciência crítica chegará ao conjunto das massas via uma elite iluminada. De outra forma, quando os partidos não definem uma relação instrumental diante dos MS, têm se apresentado impotentes para, diante das especificidades e diferenças próprias de cada esfera, reconhecer que se os MS não substituem os partidos, estes também não podem desvalorizar outras formas emergentes de representação política.

No conjunto destas reflexões emerge de forma patente a constatação de que

partidos e movimentos vêm travando predominantemente, seus combates e articulações num terreno minado: ora sob a égide da perspectiva instrumental, ora “*obcecados*” pela autonomia *estrito senso*.

Através dos depoimentos e da observação é possível constatar que a intervenção dos partidos no MB se dá, pelo menos, através das seguintes formas:

- através de reuniões, em que os militantes procuram passar as propostas de seus partidos, buscando transformar as bandeiras do partido em bandeiras do movimento;
- da apresentação de chapas durante as eleições para a diretoria das entidades;
- da introdução de candidatos na comunidade, ligado, a partidos políticos;
- do uso do movimento para fins políticos, que atendem mais aos seus objetivos do que ao movimento.

Apesar do discurso apolítico e apartidário dos dirigentes, há uma forte presença e vínculos partidários ao movimento. Segundo os dirigentes, as divergências partidárias entre as lideranças do MB provocam a divisão da diretoria e do movimento como um todo. E ainda, a presença dos partidos no movimento, repercute negativamente uma vez que, quando os partidos se envolvem os associados se afastam, agravando a crise do movimento.

Por fim, acredita-se que de forma isolada nenhuma dessas esferas abarca, na



complexidade dos dias atuais, todo o espaço da política e, exatamente, por não assumir esta realidade, partidos e movimentos deixam, a rigor, escapar a riqueza da convivência democrática: o confronto entre saberes.

## BIBLIOGRAFIA

- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: De frente para o Estado, em busca do parlamento - São Paulo: Cortez, 1991.
  
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez / Editora Ensaio: Autores Associados, 1982.
  
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Incômodos hóspedes**: Notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos. IN: Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbana. Recife: Ed. Líder, 1985.
  
- \_\_\_\_\_, **O reverso das vitrines**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992
  
- BARREIRA, Irllys Alencar e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (orgs) **Brasil Urbano**: cenário da ordem e desordem. Rio de Janeiro: Notrya: Foraleza/CE: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993.
  
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
  
- \_\_\_\_\_, **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
  
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha e VEIGA, Sandra Mayrink. **Novo vocabulário político**: hegemonia e pluralismo. Rio de Janeiro: Vozes/FASE, 1992.

- BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação**: política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: 1987.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a participação popular e reforço do Legislativo. In: **Estado, participação política e democracia**. Brasília: CNPq/ANPOCS, 1985.
- BOSCHI, Renato Raul e VALLADARES, Lícia de Prado. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado In: **Espaço e debates** Nº 8. São Paulo: Cortez, 1993.
- BUARQUE, Cristovam. **A revolução na esquerda e a invenção do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CARDOSO, Ruth Correia Leite. **Movimentos sociais urbanos**: um balanço crítico In: **Sociedades e políticas no Brasil pós-64**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia In: **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.
- CARVALHO, Inaiá e LANIADO, Ruth. Transição democrática, políticas públicas e movimentos sociais In: **O estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_. Lutas urbanas e poder político. Porto: Gráfica Firmeza, 1983.
- CERRONI, Umberto. **Política**. São Paulo: Brasiliense, 1992.



- \_\_\_\_\_. **Teoria do partido político.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
  
- CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política. In: **Movimentos sociais:** para além da dicotomia rural-urbano. Recife: Líder, 1985.
  
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
  
- \_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia.** São Paulo: Cortez, 1990.
  
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira In: **Gramsci e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
  
- \_\_\_\_\_. **Democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
  
- \_\_\_\_\_. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.
  
- DIÓGENES, Tereza (org.) - **Novos paradigmas e realidade brasileira.** Belém: UFPA/NAEA, 1993.
  
- DURHAN, Eunice Ribeiro. **Movimentos sociais:** a construção da cidadania In: Revista Brasileira de Ciências Sociais Nº 2. Vol 1. 1984.
  
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

- ETAPAS. **O Movimento de Bairro do Recife e seu relacionamento com a prefeitura entre 1955 e 1989**. Recife: ETAPAS, 1989.
  
- EVERS, Tilman. Identidade a face oculta dos novos movimentos sociais. In: **Novos Estados CEBRAP** N° 4. São Paulo: Ed. CEBRAP, 1984.
  
- FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Autores Associados, 1991.
  
- FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **Os movimentos sociais e os partidos políticos**: um estudo das associações de moradores filiadas à Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela - FEACA. dissertação de Mestrado em Ciência Política - UFPE. Recife: Mimeo, 1991.
  
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**: São Paulo: Contexto, 1988.
  
- FETSCHER, Iring. Bernstein e o desafio à ortodoxia In: **História do marxismo Vol II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1982.
  
- FRANK, André Gunder e FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais In: **Lua Nova** N° 17. São Paulo: CEDEC, 1989.
  
- GOHN, Maria da Glória. Estudo comparativo sobre três formas de organização popular In: **Serviço Social e Sociedade** N° 33. São Paulo: Cortez, 1990.
  
- \_\_\_\_\_. Movimentos populares e urbanos e democracia. In: **Serviço Social e Sociedade** N° 17. São Paulo: Cortez, 1985.

- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção de dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HALL, Stuart; LUMLEY, Bob e MCLLENNAN, Gregor. Política e ideologia: Gramsci. In: **Da Ideologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- IANNI, Octavio. **Classe e nação.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e partidos políticos.** Texto mimeografado.
- INGRAO, Pietro. **As massas e o poder.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Crise e terceira via.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo, 1974-1984.** Cortez Editora, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades.** In: **Movimentos Sociais na Transição Democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.



- JONSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: **História do Marxismo Vol VI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- KOWARICK, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão In: **Espaço e Debates** N° 8. São Paulo: Cortez, 1983.
- KRISTCHKE, Paulo e WARREN, Ilse (orgs.) **Uma revolução no cotidiano?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- LACLAU, Ernest. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** N° 02 - vol. 1, 1986.
- LOUREIRO, Isabel Maria. Rosa Luxemburgo: teoria e prática. In: **Caderno PRAXIS** N° 02, 1994.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partidos e sindicatos**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global Editora, 1990.
- LUXEMBURGO, Rosa e LENIN, V.I. **Partido de Massas ou partido de vanguarda**. São Paulo: Nova Estella, 1985.
- MELLUCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In: **Lua Nova** N° 17. São Paulo: CEDEC, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. (et. al.) **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Movimentos sociais urbanos no NE: menos que um balanço crítico, mais que uma resenha. In: **Movimentos Sociais**: para além da dicotomia rural-urbana. Recife: Líder, 1985.
  
- NEGΤ, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: **História do Marxismo**. Vol III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
  
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
  
- NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. In: **Lua Nova** - N° 17. São Paulo: CEDEC, 1989.
  
- OLINDA, Hercília Maria P. de A. **A dimensão educativa do partido político**. Fortaleza: Expressão gráfica editora Ltda, 1991.
  
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
  
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, os movimentos sociais, o partido (última entrevista com Nicos Poulantzas em 1979, traduzida por SILVA, Ana Amélia da.) In: **Espaço e Debates** N° 9. São Paulo: Cortez, 1983.
  
- \_\_\_\_\_. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
  
- PRZEWORSKI, Adam. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia ? In: **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
  
- REZENDE, Antônio Paulo de M. Movimentos Sociais e Partidos Políticos: questões sobre lógica e estratégia política In: **Movimentos Sociais**: para além da dicotomia rural-urbana. Recife: Líder, 1985.

- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Movimentos Sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90.** In: **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
  
- SADER, Eder. **Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
  
- SADER, Emir. **O Anjo Torto: esquerda (e direita) no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1995.
  
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A pós- "Revolução Brasileira" In: **Brasil, sociedade democrática.** Rio de Janeiro: José Olympio. 1986.
  
- SCHERER - WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.
  
- \_\_\_\_\_. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.
  
- SILVA, Neide Maria da (et al) **Movimentos de Bairro: repetição/invenção.** Recife: ETAPAS, 1988.
  
- SOARES, Ilma Rezende. **Domínios absolutos/resistências (im)possíveis ? Uma leitura do poder em Foucault e Gramsci. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - UFPE - Recife: Mimeo, 1987.**
  
- \_\_\_\_\_. **Dos intelectuais ao Estado.** In: **Serviço Social e Sociedade N° 40.** São Paulo: Cortez, 1992.



- SOLER, Salvador - O Prezeis: um processo de participação popular na formação da cidade. **Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano**. UFPE. Recife: Mimeo, 1991.
- SOUZA, M<sup>a</sup> Ângela de Almeida. Habitação: bem ou direito ? As condições de acesso à habitação popular analisadas à luz da atuação da COHAB-PE na Região Metropolitana do Recife. **Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano** - UFPE - Recife: Mimeo, 1990.
- SOUZA, João Francisco de. **Movimentos Sociais Populares**. Recife: Mimeo, 1991.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e Partidos Políticos do Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1983.
- STACCONE, Giuseppe. **Gramsci: 100 anos revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- TOURRAINE, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos In: **Lua Nova** - Nº 17. São Paulo: CEDEC, 1989.
- TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- VIGEVANI, Tullo. Movimentos Sociais na Transição Brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. In: **Lua Nova**. Nº 17. São Paulo: CEDEC, 1989.
- WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. Ed. Cortez, SP. 1993.

## DOCUMENTOS

- Estatutos da FEMEB - Federação Estadual e Metropolitana das Entidades de Bairros. Recife, 1993.
- FASE. Limites e dilemas da participação popular. Recife.
- FEMEB. Resoluções do 1º Congresso do Movimento de Bairros da Região Metropolitana do Recife. Setembro/1987.
- **Fortalecendo Nossa Articulação:** reflexões sobre a articulação do Movimento de Bairros na Região Metropolitana do Recife - resultado das reflexões de lideranças de bairros, que participaram do Seminário realizado pela Inter-Entidades (CEAS, GAJOP, ETAPAS, FASE, Comissão Justiça e Paz e o Núcleo de Estudos Urbanos da ASPE), em fevereiro/85 sobre a articulação do Movimento de Bairros.
- Notas e programas de chapa divulgados nos congressos na FEMEB
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B). Projeto de Programa Socialista. 1993.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). Programa, manifesto, estatuto e discurso da Convenção de 1981. São Paulo, 1986.
- PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS). Manifesto, Programa, Estatuto.
- Pauta do I Congresso Estadual da FEMEB realizado no período de 19 a 21 de novembro de 1987.
- Regimento Eleitoral e Pauta do IIIº Congresso Metropolitano - FEMEB, realizado no período de 20 a 22 de setembro de 1991.

# **ANEXOS**



**ANEXO I**

**OS SUJEITOS DA PESQUISA\***

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

\* Os nomes aqui relatados são fictícios no sentido de preservar a identidade dos entrevistados.

## **ANEXO II**

### **ESTATUTOS DA “FEMEB – FEDERAÇÃO ESTADUAL E METROPOLITANA DOS BAIROS DE PERNAMBUCO”**

#### **CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO E FINALIDADES**

**ARTIGO 1º** – A “FEMEB - FEDERAÇÃO ESTADUAL E METROPOLITANA DOS BAIROS DE PERNAMBUCO”, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede à Rua do Hospício nº 859, 3º andar, Edifício Líbano, Boa Vista, Recife, PE.

**§ ÚNICO:** A “FEMEB – FEDERAÇÃO ESTADUAL E METROPOLITANA DOS BAIROS DE PERNAMBUCO”, PODERÁ USAR TAMBÉM A DENOMINAÇÃO DE “FEMEB”.

**ARTIGO 2º** – A “FEMEB”, é pessoa jurídica de direito privado, e tem personalidade jurídica distinta de suas filiadas.

**ARTIGO 3º** – A “FEMEB” tem como finalidade:

- a) Congregar e Organizar Associações, Conselhos de moradores e Entidades afins, bem como, Entidades Federativas de Caráter Comunitário;
- b) Promover, Organizar e Realizar, palestras, debates, seminários, encontros e outras iniciativas congêneres;
- c) Mobilizar, Promover, Organizar e Manter Serviços de apoio e interesse do movimento comunitário de bairros, assegurar e legalização das áreas de posse urbana em todo Estado de Pernambuco;
- d) Produzir e Realizar levantamentos, pesquisas, estudos e outras atividades semelhantes;
- e) Manter contatos e organizar-se juntamente com outras entidades de caráter comunitário e da sociedade civil a nível estadual, nacional e internacional.

**ARTIGO 4º** – A “FEMEB”, mediante delegação, poderá representar suas filiadas perante entidades públicas ou privadas de âmbito municipal, estadual, ou federal, podendo promover ações ou medidas que se façam necessárias, em juízo ou fora deles.

**ARTIGO 5º** – A “FEMEB” será parte legítima para propor ação civil pública pela garantia e proteção da Saúde, Educação, Habitação, Meio Ambiente, do Consumidor, do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico.

#### **CAPÍTULO II – DAS FILIADAS**

**ARTIGO 6º** – Podem filiar-se à “FEMEB” as associações, conselhos de moradores e entidades afins, bem como entidades federativas comunitárias.

**ARTIGO 7º** – Os pedidos de filiação de acordo com a alínea “a” do “Artigo 3º ” e “Artigo 6º ” deste estatutos, serão encaminhados à Diretoria que os analisará e deliberará pelo deferimento ou não dos pedidos, cabendo recurso ao Conselho Federativo.

**§ ÚNICO:** Os pedidos de filiação devem conter anexo, cópia dos estatutos registrados, cópia da ata de posse da Diretoria e cópia da ata da Assembléia Geral que deliberou pelo pedido de filiação da entidade à “FEMEB”.

**ARTIGO 8º** – As entidades filiadas contribuirão para a “FEMEB”, com a mensalidade de valor igual a 1% (um por cento) do salário mínimo vigente por determinação do Governo Federal para o Estado de Pernambuco.



**ARTIGO 9º** – As entidades não responderão nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela “FEMEB”.

**ARTIGO 10º** – SÃO DIREITOS DAS ENTIDADES FILIADAS À “FEMEB”:

- a) Participar dos órgãos constitutivos da “FEMEB” nos termos deste estatuto;
- b) Requerer a convocação em caráter extraordinário do “Congresso Estadual”, da “Assembléia Geral”, e do Conselho Federativo nos termos deste Estatuto.
- c) Participar das diversas atividades da “FEMEB”, respeitando as normas estatutárias e regimentais desta Federação;
- d) Apresentar moções, propostas, reivindicações aos órgãos constitutivos da “FEMEB” nos termos deste Estatuto e normas regimentais vigentes.

**ARTIGO 11º** – SÃO DEVERES DAS ENTIDADES FILIADAS A “FEMEB”:

- a) Participar do “Congresso estadual”, da Assembléia Geral, e do “Conselho Federativo” nos termos deste Estatuto e normas regimentais vigentes;
- b) Cumprir as normas estatutárias e regimentais vigentes;
- c) Zelar pelo patrimônio e pelo bom nome da “FEMEB”.

### **CAPÍTULO III – DOS ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS DA FEDERAÇÃO**

**ARTIGO 12º** – Os órgãos constitutivos da “FEMEB” são 04 (quatro) e são os seguintes:

- a) “Congresso Estadual”
- b) “Assembléia Geral”
- c) “Conselho Federativo”
- d) “Diretoria”

### **CAPÍTULO IV - DO CONGRESSO ESTADUAL**

**ARTIGO 13º** - O “Congresso Estadual” é o órgão máximo da “FEMEB” e é constituído pelos delegados de todas as suas entidades filiadas, inscritas até 30 dias da realização do congresso.

**ARTIGO 14º** - COMPETE AO CONGRESSO ESTADUAL:

- a) Eleger e empossar a “Diretoria da FEMEB”
- b) Determinar e informar a linha política da “FEMEB”
- c) Deliberar, modificar ou reformar os Estatutos e Regimento interno da “FEMEB”

**ARTIGO 15º** – O “Congresso Estadual”, se reunirá ordinariamente de três em três anos e extraordinariamente sempre que necessário nos termos da alínea “b” do “Artigo 10º” e do “Artigo 16º”.

**ARTIGO 16º** – O “Congresso Estadual”, será convocado ordinariamente pela “Diretoria” através de edital em jornal de grande circulação no Estado de Pernambuco, com antecedência mínima de 60 dias.

**§ ÚNICO:** A convocação extraordinária do “Congresso Estadual”, será feito pela “Diretoria”, por um terço das entidades filiadas ou por dois terços dos delegados na “Assembléia Geral” cumpridas as exigências de prazo e divulgação do “caput” deste Artigo.

**ARTIGO 17º** – “Regimento Interno do Congresso Estadual”, deverá ser aprovado na “Assembléia Geral” convocada extraordinariamente para este fim, “AD Referendum” do Congresso.

## **CAPÍTULO V – DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**ARTIGO 18º** – A “Assembléia Geral”, órgão deliberativo da “FEMEB” é constituído de 02 (dois) delegados titulares e um suplente de cada entidade filiada e reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário pelos termos deste Estatutos.

**ARTIGO 19º** – COMPETE À ASSEMBLÉIA GERAL:

- a) Deliberar e aprovar ou não sobre relatórios, balanços e orçamentos da “FEMEB”;
- b) Deliberar sobre qualquer assunto de interesse da “FEMEB”, respeitando as decisões do “Congresso Estadual”;
- c) Elaborar seu próprio Regimento Interno, observando as normas estatutárias e regimentais da “FEMEB”.

**ARTIGO 20º** – A “ASSEMBLÉIA GERAL”, reunir-se-á em primeira convocação com a presença da metade mais um das entidades filiadas e em segunda e última convocação, com quinze minutos depois com o mínimo de 10% (dez por cento) das entidades filiadas.

**ARTIGO 21º** – A convocação da “Assembléia Geral”, será feita pela “Diretoria” ou por 2/3 das filiadas com o prazo máximo de 30 dias, através de carta postal com aviso de recebimento ou ofício devidamente protocolado, contendo pauta, data, local e horário de realização.

**ARTIGO 22º** – A “Assembléia Geral”, deverá ser convocada extraordinariamente pela “Diretoria” no ato da convocação do “Congresso Estadual”, para que se realize até 30 dias antes do “Congresso Estadual”, para aprovar o Regimento Interno do referido Congresso.

**ARTIGO 23º** – As deliberações da “Assembléia Geral”, serão tomadas por maioria simples dos delegados presentes, somente havendo procedimento diferente nos casos previstos nestes Estatutos.

## **CAPÍTULO VI – DO CONGRESSO FEDERATIVO**

**ARTIGO 24º** – O “Conselho Federativo”, órgão deliberativo da “FEMEB”, constituído por seis delegados de cada entidade Federativa filiada, reunir-se-á ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que necessário nos termos destes Estatutos.

**ARTIGO 25º** – Compete ao “Conselho Federativo”:

- a) Deliberar sobre os assuntos de interesses da “FEMEB” respeitando as decisões do “Congresso Estadual” da “Assembléia Geral”;
- b) Referendar ou não as decisões da “Diretoria” nos termos destes Estatutos;
- c) Referendar ou não as nomeações feitas pela “Diretoria” para os cargos eventualmente vacantes.

**ARTIGO 26º** – O “Conselho Federativo”, reunir-se-á em primeira convocação com a presença da metade mais um dos membros e em segunda e última convocação 15 (quinze) minutos depois, com qualquer número.

**§ ÚNICO:** As deliberações do “Conselho Federativo”, serão tomadas por maioria simples dos delegados presentes.

**ARTIGO 27º** – A Convocação do “Conselho Federativo”, será feita pela “Diretoria” com prazo mínimo de 30(trinta) dias, através de carta postal com aviso de recebimento ou ofício devidamente protocolado, contendo pauta, data, horário e local de sua realização.



**§ ÚNICO:** O “Conselho Federativo”, poderá ser convocado extraordinariamente pela “Diretoria” ou por um terço das federações filiadas, respeitando as exigências de prazo da comunicação da convocação, estabelecidas no “Caput” deste artigo.

## **CAPÍTULO VII – DA DIRETORIA**

**ARTIGO 28º** – A “Diretoria” é o órgão executivo, dirigente e gestões da “FEMEB”.

**ARTIGO 29º – COMPETE A “DIRETORIA”:**

- a) Elaborar plano de trabalho e orçamento para o exercício seguinte “Ad referendum” do Conselho Federativo;
- b) Executar as decisões e deliberações do “congresso Estadual”, “Assembléia Geral” e “Conselho Federativo”;
- c) Representar a “FEMEB” ou indicar representantes sempre que necessário;
- d) Executar todos os atos administrativos e prover as medidas correlatas a gestão dos interesses da “FEMEB”;
- e) Exercer todas as atividades não explicitamente nomeadas nestes Estatutos, “Ad referendum” do “Conselho Federativo”;
- f) Reunir-se ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente sempre que necessário nos termos do “Artigo 30º” destes Estatutos.

**ARTIGO 30º** – As reuniões da “Diretoria”, serão convocados pelo Presidente ou dois terços dos Diretores, através de carta postal com aviso de recebimento ou de ofício devidamente protocolado com prazo mínimo de 05 (cinco) dias para as reuniões ordinárias, e de 48 horas para as reuniões extraordinárias.

**§ ÚNICO:** As decisões da “Diretoria”, serão em caráter colegiado, por maioria simples dos presentes, reunindo-se em primeira convocação com a metade mais de um de seus membros e em segunda convocação 15 (quinze) minutos depois de qualquer número.

**ARTIGO 31º** – Os membros da “Diretoria”, não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela “FEMEB”. Salvo nos casos de fraudes, dolo e má fé no exercício do seu mandato.

**ARTIGO 32º** – A “Diretoria” tem mandato de 03 (três) anos, é formada por 27 (vinte e sete) membros, e compõe-se dos seguintes cargos:

- a) Presidente
- b) Primeiro Vice-Presidente
- c) Segundo Vice-Presidente
- d) Primeiro secretário
- e) segundo secretário
- f) Primeiro Tesoureiro
- g) Segundo Tesoureiro
- h) Vice-Presidente Regional Metropolitano
- i) Vice-Presidente Regional da Mata Sul
- j) Vice-Presidente Regional da Mata Norte
- k) Vice-Presidente do Agreste Meridional
- l) Vice-Presidente do Agreste Setentrional
- m) Vice-Presidente Regional do Vale do São Francisco
- n) Vice-Presidente do Sertão de Pajeú
- o) Vice-Presidente Regional do Sertão de Araripe;
- p) Diretor do Depto. de Habitação
- q) Diretor do Depto. de Planejamento
- r) Diretor do Depto. de Transportes



- s) Diretor do Depto. de Saúde
- t) Diretor do Depto. de Comunicação
- u) Diretor do Depto. de Educação e Cultura
- v) Diretor do Depto. de Meio Ambiente
- w) Diretor do Depto. de Abastecimento
- x) Diretor do Depto. de Assuntos Especiais
- y) Diretor do Depto. de Assuntos da Mulher
- z) Diretor do Depto. de Obras e Urbanismo
- z.1) Diretor do Depto. de Esportes, Lazer e Eventos
- z.2) Diretor do Depto. de Assuntos da Criança, do Adolescente e Idoso.

**ARTIGO 33º** – Compete ao Presidente da FEMEB, as seguintes funções, encargos e atribuições:

- a) Dirigir as reuniões do “Conselho das Federações e da Assembléia Geral” nos termos destes Estatutos;
- b) Dirigir as reuniões da “Diretoria” e convocá-las nos termos destes Estatutos;
- c) Representar legalmente a “FEMEB” em todos fóruns Públicos e Privados, respondendo civil e criminalmente pela entidade;
- d) Responder conjuntamente com o Tesoureiro pelo movimento contábil e financeiro da entidade, assinando cheques, recibos e demais documentos sempre que necessário.

**ARTIGO 34º** – Compete ao Primeiro e Segundo Vice-Presidente, auxiliar o Presidente exercendo funções e encargos por determinação da Diretoria e substituir o Presidente, por ordem de procedência lógica, em sua ausência ou impedimento.

**ARTIGO 35º** – Compete ao Primeiro Secretário, secretariar e lavrar as atas das reuniões da “Diretoria”, do “Conselho Federativo” e da “assembléia Geral”; elaborar relatórios, zelar e administrar os arquivos da “FEMEB”; assinar a correspondência de rotina e exercer as demais atribuições inerentes ao cargo.

**ARTIGO 36º** – Compete ao Segundo Secretário, auxiliar o Primeiro Secretário, assumindo tarefas e encargos por determinação da “Diretoria” e substituí-lo em sua ausência ou impedimento.

**ARTIGO 37º** – Compete ao Primeiro Tesoureiro, dirigir e administrar toda a movimentação contábil e financeira da entidade; cuidar do caixa; assinar juntamente com o Presidente, cheques, recibos, duplicatas, promissórias e demais documentos correlatos, prestações de contas, balanços, balancetes, relatórios financeiros e responder juntamente com o Presidente pelo movimento contábil e financeiro da “FEMEB”.

**ARTIGO 38º** – Compete ao Segundo Tesoureiro, auxiliar o Primeiro Tesoureiro, assumindo Tarefas e Encargos por determinação da “Diretoria” e substituir o Primeiro Tesoureiro em sua ausência ou impedimento.

**ARTIGO 39º** – Compete aos Vice-Presidente Regionais, cuidar dos interesses da “FEMEB” em suas regiões e representá-las nos mais diversos eventos regionais, dirigindo ainda as sucursais regionais que vierem a ser criadas pela entidade em suas regiões.

**ARTIGO 40º** – Compete aos Diretores dos Departamentos, cuidar da elaboração e execução de planos de ação e projetos sobre suas áreas temáticas; representar a “FEMEB” nos eventos relativos as suas áreas temáticas; Prestar todas as informações necessárias sobre suas áreas temáticas e atividade departamental à “Diretoria”.

**ARTIGO 41º** – Os diretores que, se ausentarem por mais de 03 (três) reuniões da “Diretoria” consecutivamente, ou á 05 (cinco) reuniões da “Diretoria” alternadamente, sem

apresentar justificativa, terão os seus cargos declarados vagos, cabendo à Diretoria renomear seu substituto "Ad referendum" da "Assembleia Geral".

## **CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIA**

**ARTIGO 42º** – A "Diretoria" da "FEMEB" poderá outorgar poderes de representação Regional a Federações Filiadas, podendo os outorgados cobrar as mensalidades, expedir e receber documentos relativos a "FEMEB".

**ARTIGO 43º** – As eleições para a "Diretoria da FEMEB", serão realizadas nos termos destes Estatutos e de Regimento Eleitoral a ser elaborado e aprovado no Congresso Estadual.

**ARTIGO 44º** – Para dirigir e administrar todo o processo eleitoral e as eleições será eleita na reunião extraordinária da "Assembleia Geral", convocada para aprovar o Regime Interno do "Congresso Estadual", conforme o "Artigo 22º" destes Estatutos, a Comissão Eleitoral composta de 05 (cinco) membros, que serão inelegíveis sem prejuízo dos demais direitos estatutários e regimentais inclusive como eventuais delegados do Congresso estadual.

**ARTIGO 45º** – COMPETE À "COMISSÃO ELEITORAL":

- a) Organizar todo o procedimento eleitoral do Congresso estadual;
- b) Convocar as eleições através através de edital publicado em jornal de grande circulação do Estado de Pernambuco que, mencionará data, horário, local de votação, prazo, horário e local para registro de chapas, e prazo para impugnação de chapas ou candidatos;
- c) Fiscalizar e dirigir o processo eleitoral mantendo a ordem, sigilo e liberdade do voto, podendo delegar poderes a colaboradores que não sejam candidatos;
- d) Deliberar plenipotenciariamente sobre todas as dúvidas, protestos recursos, impugnações e ainda sobre os casos omissos nestes Estatutos e Regimento Eleitoral Vigente;
- e) Proclamar o resultado do pleito e dar posse imediata a nova "Diretoria" eleita.

§ **ÚNICO:** A "Comissão Eleitoral" dissolve-se logo após a posse da nova "Diretoria".

**ARTIGO 46º** – A Inscrição das chapas deverá ser feita através de ofício, contendo nome completo e assinatura dos candidatos, à "Comissão Eleitoral", até 07 (sete) dias antes das eleições.

§ **ÚNICO:** Cada candidato poderá participar apenas de uma chapa, devendo os mesmos serem delegados ao Congresso Estadual.

**ARTIGO 47º** – Todos os cargos eletivos da "FEMEB", serão exercidos em caráter de gratuidade.

**ARTIGO 48º** – Os diretores da "FEMEB", que candidatarem-se a cargos públicos eletivos deverão licenciarem-se 90 (noventa) dias antes do pleito a que concorrem, sem qualquer impedimento de retorno dos cargos logo após às eleições disputadas.

**ARTIGO 49º** – Para dirimir qualquer dúvida, pendência ou litígio, fica eleito o foro da Cidade do Recife.

**ARTIGO 50º** – A extinção e dissolução da "FEMEB", somente poderá ocorrer por decisão do "Congresso Estadual" extraordinariamente e especificamente convocado para este fim, devendo tal resolução ser aprovada por dois terços dos presentes a este "Congresso Estadual".

**ARTIGO 51º** – Ocorrendo a dissolução da entidade, os bens e patrimônio serão doados a entidade congênere, registrando no "CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social" ou órgão que venha substituí-lo.



**ARTIGO 52º** – Toda e qualquer mudança ou alteração destes Estatutos, somente poderá ser realizada pelo “Congresso Estadual”.

**ARTIGO 53º** – Os casos omissos nestes Estatutos, serão decididos pela “Diretoria” cabendo recurso ao “Conselho Federativo”.

**§ ÚNICO:** Os recursos ao “Conselho Federativo”, não tem efeito suspensivo sobre as decisões da “Diretoria”, que somente poderão ser revogado após eventual decisão em contrário do “Conselho Federativo”.

**ARTIGO 54º** – Estes Estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação, salvo nas questões e dispositivos nomeados no parágrafo único deste Artigo.

**§ ÚNICO:** A nova estrutura e composição da “Diretoria” nos termos do Artigo 32º e 39º somente entrarão em vigor a partir das eleições da nova Diretoria no Primeiro “Congresso Estadual”.

**ARTIGO 55º** – Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Recife, 12 de Junho de 1993.